

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO
INTEGRADA DO TERRITÓRIO**

AMANDA BERALDO MACHADO

**DOMESTICIDADE URBANA: gestos e ações que conformam territórios
simbólicos**

GOVERNADOR VALADARES – MG

2017

AMANDA BERALDO MACHADO

**DOMESTICIDADE URBANA: gestos e ações que conformam territórios
simbólicos**

Dissertação para avaliação da banca de
defesa do Programa de Mestrado em
Gestão Integrada do Território, da
Universidade Vale do Rio Doce.

Orientador: Dr. José Luiz Cazarotto

GOVERNADOR VALADARES – MG

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

M149d Machado, Amanda Beraldo.

Domesticidade urbana : gestos e ações que conformam territórios simbólicos / Amanda Beraldo Machado. — 2017.

128 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce, 2017.

Orientação: José Luiz Cazarotto.

1. Espaços urbanos. 2. Cidades. 3. Urbanização. I. Título.

CDU-711.4

AMANDA BERALDO MACHADO

**DOMESTICIDADE URBANA: gestos e ações que conformam territórios
simbólicos**

Dissertação para obtenção do Título de
Mestre em Gestão Integrada do Território
apresentada ao Programa de Mestrado do
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais
da Universidade Vale do Rio Doce.

Governador Valadares, __ de abril 2017

Banca Examinadora:

Dr. José Luiz Cazarotto (Orientador)
Universidade Vale do Rio Doce

Dra. Patrícia Falco Genovez
Universidade Vale do Rio Doce

Dra. Flávia Nacif
Universidade Federal de São João del-Rei

Á minha mãe Glauce, que do céu me abençoa e me faz acreditar nos meus sonhos.

Ela sempre soube que eu seria professora e pesquisadora.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pelas bênçãos concedidas para conseguir realizar esta pesquisa e concretizar meu sonho.

Ao meu querido orientador, Dr. José Luiz Cazarotto, por ser mais que orientador, uma referência, um verdadeiro mestre no desenvolvimento desta trajetória.

Aos professores do mestrado, pelas ótimas conversas e referências, vocês me fizeram pesquisadora. Em especial a professora Dra. Patrícia Falco que apresentou-me os fichamentos, os territórios simbólicos e fez encantar pelo mundo da pesquisa. Obrigada pela generosidade.

Ao meu querido professor de graduação, Jorge Tanure, que acreditou na domesticidade urbana, desde minha graduação e sempre me incentivou a continuar a pesquisa.

A minha professora e amiga, referência de vida e acadêmica, Carla Paoliello, que literalmente me 'pegou pela mão' e me conduziu ao mundo da pesquisa. Obrigada pelo reik, pelos conselhos, incentivo, por acreditar em mim. Mesmo distante fisicamente, desenvolvi essa pesquisa como se tivesse ao meu lado, discutindo cada conceito e devaneio. Muito obrigada!

Aos meus sempre amigos, Tiago, Dani, Danny, Kêzinha, que aguentaram muita reclamação, choro e me apoiaram. Sempre estão ao meu lado para tudo! Muito obrigada!

Ao mestrado GIT, por todo conhecimento adquirido, mas principalmente por ter 'me dado' a Nat, Ana e Maruzinha... companheiras de uma jornada e, agora, de toda a vida. Amo muito vocês!

A dona Irma, que me recebeu com tanto carinho nesses meses. Muito obrigada pelas ótimas conversas.

Aos meus alunos e colegas de trabalho, por ficarem me ouvindo falar dessa pesquisa, foco da minha vida nestes 23 meses.

Ao bairro Amaro Lanari e seus moradores, que tornara-se o território de análise das possíveis domesticidades urbanas.

A toda minha família, por entender a ausência nesses 24 meses e pelo apoio incondicional.

A Tereza pelo carinho e paciência, em me ouvir e apoiar nessa trajetória.

Ao meu pai, que sempre me incentivou e me fez acreditar nos meus objetivos... Quando mais precisei, disse para respeitar meus limites, para fazer o que era possível. Obrigada por ser uma referência! Pai, consegui!

A minha irmã 'my same', agradeço mais do que tudo, por estar na minha vida! Nada disso seria possível seu apoio, seu sorriso, suas broncas, sua benção, pois faz o papel de amiga, irmã e mãe... Você é tudo para mim!

E por fim ao meu marido, por se meu amigo, incentivador, 'técnico de pesquisadora' como digo, principalmente pela paciência, carinho, debates sobre domesticidade sem fim... Fez do meu sonho, em realizar essa pesquisa, o seu. Serei sempre grata pela generosidade, abdicar de tanta coisa para eu conseguir fazer o que acredito! Muito obrigada!

RESUMO

O crescimento das cidades contemporâneas propicia interferências diretas na vivência dos indivíduos e na sua relação com o meio, dentre essas, na dialética entre público e privado. Identifica-se uma ruptura comportamental quanto aos gestos e ações expressos no espaço privado e, também, quanto às simbolizações corpóreas no espaço público. Estes são alterados de acordo com o contexto, as temporalidades, os hábitos e os diferentes estilos de vida. Porém, há um hibridismo comportamental materializado em algumas partes da cidade, onde apropriações e vínculos de pertencimento são estabelecidos no espaço urbano, como uma transposição doméstica ao espaço público. Este fenômeno de apropriação – conceituado como Domesticidade Urbana – afeta diretamente os vínculos relacionais e identitários com o espaço e conforma territórios simbólicos. O objetivo desta dissertação foi compreender como a transposição dos gestos domésticos no espaço público estabelecem um vínculo com o espaço urbano, conformando territórios simbólicos. Para tal, foi conceituado a Domesticidade Urbana a partir da revisão bibliográfica, da análise metodológica de Kenneth Burke, pela pênade dramática e dos efeitos no território (simbólico). Como exemplificação das ações simbólicas da domesticidade urbana, foi realizado um levantamento de campo no bairro Amaro Lanari, identificado como um bairro híbrido, entre os municípios de Coronel Fabriciano e Ipatinga. Conclui-se que este fenômeno é recorrente na sociedade contemporânea e permeia nossas histórias, memórias, vivências, referências e, principalmente, interfere nos vínculos e apropriações do território vivido.

Palavras chaves: território simbólico, domesticidade, público e privado, ações.

ABSTRACT

The growth of contemporary cities propitiates direct interference in the individuals' experience and in their relationship with the environment, among them, in the dialectic between public and private. It identifies a behavioral rupture of the gestures and actions expressed in the private space and even, of the corporeal symbolizations in the public space. These are changed according to the context, the temporalities, the habits and the different lifestyles. However, there is a behavioral 'hybridism' materialized in some parts of the city, where appropriations and bonds of belonging are established in the urban space, as a domestic transposition to the public space. This phenomenon of appropriation – conceptualized as Urban Domesticity – directly affects the relational link and identity with the space and conforms symbolic territories. The objective of this dissertation was to comprehend how the transposition of the domestic gestures to the public space establish a bond with the urban space, conforming symbolic territories. For this, was developed the concept of Urban Domesticity from the bibliographical review, from the methodological analysis of Kenneth Burke, by the dramatic pentad and the effects in the territory (symbolic). As exemplification of the symbolic actions of urban domesticity, was performed a field survey in the Amaro Lanari neighborhood, identified as a hybrid neighborhood between the municipalities of Coronel Fabriciano and Ipatinga. It is concluded that this phenomenon is recurrent in the contemporary city and society and permeate our histories, memories, livingness, references and, mainly, interfere in the ties and appropriations of the lived territory.

Key words: symbolic territory, domesticity, public and private, actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cenário	17
Figura 2- Uso do espaço público: as 'praias' em Paris.....	65
Figura 3- Pêntade de Kenneth Burke	67
Figura 4-Héxade da domesticidade.....	72
Figura 5- Diagrama conceitual da domesticidade urbana	74
Figura 6- Metodologia das caminhadas pelo local	77
Figura 7- Bairros Candangolândia e Maringá.....	83
Figura 8- Conversar	95
Figura 9- Conversar efêmero sofás.....	99
Figura 10- Conversar efêmero cadeiras.....	100
Figura 11 - Conversar fixo	101
Figura 12- Cultivar.....	104
Figura 13- Cultivar público.....	105
Figura 14- Cultivar privado	106
Figura 15- Cuidar	107
Figura 16- Estacionar	110
Figura 17- Recrear público.....	114
Figura 18- Recrear privado.....	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Percurso das caminhadas pelo local.....	78
Mapa 2- Localização Amaro Lanari.....	84
Mapa 3-Setores de Coronel Fabriciano.....	85
Mapa 4- Acesso ao Amaro Lanari.....	87
Mapa 5- Elementos Amaro Lanari.....	89
Mapa 6- Levantamento de tipologias	90
Mapa 7- Levantamento de tipologias 2	92
Mapa 8- Ações simbólicas.....	96
Mapa 9- Conversar.....	98
Mapa 10- Cultivar	103
Mapa 11- Cuidar.....	108
Mapa 12- Estacionar	111
Mapa 13- Recrear	113

SUMÁRIO

PRÓLOGO	14
1 INTRODUÇÃO	18
2 O MUNDO VIVIDO E CONSTRUÍDO: ABORDAGENS	23
2.1. GEOGRAFIA CULTURAL E FENOMENOLÓGICA	24
2.2. DIMENSÕES FILOSÓFICAS E PSICOLÓGICAS	29
2.3. DESAFIOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO	32
2.4. CIDADE E O COTIDIANO	37
2.5. INSTRUMENTOS DE LEITURA INTERDISCIPLINAR	38
3 TERRITÓRIOS VIVIDOS: A DINÂMICA DO PÚBLICO E PRIVADO	42
3.1. TERRITÓRIO E IDENTIDADE	43
3.2. O TERRITÓRIO SIMBÓLICO	45
3.3. PÚBLICO E/OU PRIVADO: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO	49
3.4. DA CASA PARA O BAIRRO: A CONFORMAÇÃO DA DOMESTICIDADE	52
3.5. A CIDADE EM CONSTRUÇÃO	56
3.6. A CIDADE E SEUS MORADORES	59
4 DOMESTICIDADE URBANA: A EXPANSÃO DA MORADIA	66
4.1. CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO - A PÊNTADE DE BURKE	67
4.2. DA PÊNTADE A HÉXADE	71
4.3. A MORADIA E SEU ÍNTIMO – A DOMESTICIDADE	74
5 O BAIRRO AMARO LANARI: A DOMESTICIDADE COMO SUPERAÇÃO DE UM ‘TERRAIN VAGUE’	76
5.1. A DINÂMICA DO TERRITÓRIO – PROCESSO DE DESVELAMENTO	76
5.2. O BAIRRO AMARO LANARI: UM ESPAÇO HÍBRIDO	81
5.3. CAMINHADAS LOCALIZADORAS	88
5.4. AÇÕES SIMBÓLICAS NA HÉXADE DA DOMESTICIDADE URBANA	91
5.5. ENCONTROS COM O CENÁRIO	93
5.5.1 Conversar	95
5.5.2 Cultivar	102
5.5.3 Cuidar	107
5.5.4 Estacionar	110
5.5.5 Recrear	112
6 CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	120

“Muito tempo atrás [...] as pessoas costumavam simplesmente deixar as coisas caírem. Mas, hoje em dia, temos físicos para nos informar sobre as leis da gravidade que causam a queda dos objetos; filósofos para questionar se há mesmo algum objeto a se deixar cair; sociólogos para explicar que essa queda é, na verdade, consequência de pressões urbanas; psicólogos para sugerir que no fundo todos nós queremos deixar nossos pais caírem; poetas para escrever sobre todas essas quedas simbolizam a morte; e críticos para dizer que isso é um sinal do complexo de castração do qual o poeta sofre. O ato de “deixar algo cair” nunca mais será o mesmo. Nunca mais voltaremos àquele alegre jardim pelo qual simplesmente perambulávamos, deixando as coisas caírem o dia todo sem maiores preocupações. [...] A prática foi forçada a se tornar seu próprio objeto de investigação. A teoria nada mais é do que a atividade humana voltando-se para si mesma, restrita a uma nova forma de autorreflexão. E ao absorver essa autorreflexão, a própria atividade será transformada”

(EAGLETON, 2013).

PRÓLOGO

O interesse pelo estudo da transposição dos gestos domésticos no espaço público despertou no decorrer da graduação em Arquitetura e Urbanismo, entre os anos de 2003 a 2008, paralelamente ao processo de consolidação do High Line Park em New York, (EUA), que será explicado, posteriormente. Na época, a busca pelo entendimento dessa transposição partiu de uma análise observacional de como as pessoas ocupavam a cidade, criavam hábitos, rotinas, que muitas vezes, não correspondiam a mesma vivência do espaço privado das casas.

No trabalho final de graduação, realizei três intervenções em Coronel Fabriciano que, na contramão do distanciamento dos corpos imposto pelo uso do espaço público, característico do município àquela época, buscavam a identificação de uma possível domesticidade urbana. Era a busca por identificar vínculos do corpo com o espaço público, oposto dos retratados pelo desenho reprisado *Jetsons*, com original da década de sessenta do século vinte, onde o espaço urbano de *Orbity City* era obsoleto, as construções estilo *Googie*¹ sobre o chão distanciavam o corpo da rua, tornando-os, apenas local de deslocamento, não vivenciado.

Nos seis anos na atuação acadêmica, como professora no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a docência das disciplinas de humanidades e de projetos, propiciou um aprofundamento teórico e uma inquietação cada vez maior em retomar as pesquisas sobre a vivência urbana. O mestrado em Gestão Integrada do Território foi a plataforma para o desenvolvimento do tema, com o aprofundamento no território e na interdisciplinaridade como meio de análise da complexidade do fenômeno da 'domesticação do espaço público', existente no contexto urbano contemporâneo.

No início do mestrado, durante a revisão bibliográfica, com aprofundamento teórico nas questões do território vivido, recordei o projeto de consolidação do *High Line Park*, em Nova York, na região oeste da ilha de Manhattan, projeto tão comentado durante o desenvolvimento da minha graduação. Ao pesquisá-lo novamente, vários questionamentos surgiram e me despertaram ao desenvolvimento desta pesquisa. A

¹ Estilo de arquitetura futurista, baseado na corrida espacial e na indústria automobilística, com ascensão na década de 1950 (NOVAES, 2013).

descrição breve da história do processo, fundamentará o percurso tomado neste trabalho.

De acordo com o site oficial 'Friends of the High Line' (Amigos da High Line) (2016), a Live Line, tratava-se de uma linha férrea elevada, de 2,6 km, construída para conexão, por trem, de três regiões de Nova York, cuja obra foi iniciada em 1929 e finalizada em 1934. Essa linha era responsável pelo abastecimento da cidade, que transportava da zona portuária do rio Hudson, mercadorias até armazéns internos. A linha funcionou por 46 anos, quando o último trem percorreu o trajeto transportando três vagões cheios de perus congelados.

Na década de 1980, um grupo de proprietários de imóveis fez um lobby para demolição da ferrovia, mas eles foram desafiados no tribunal por Peter Oblets, residente de Chelsea, ativista e entusiasta da ferrovia. De fato, sua construção ocupava parte da malha urbana da cidade e não favorecia o convívio, tampouco propiciava a vivência pelos demais usuários, porém, era uma estrutura que fazia parte daquele contexto e da vivência da grande cidade.

Posteriormente, pela degradação e marginalização da área, a prefeitura decidiu demolir o viaduto inutilizado, para possibilitar novas construções e adensamentos. A partir da decisão municipal, os moradores passaram a se interessar em preservar e reativar imóvel para uso público e em transformá-lo em um parque urbano. Assim, em 1999, foi fundado por Joshua David e Robert Hammond a "Friends of the High Line", a partir da iniciativa da comunidade da comunidade, para defender a preservação do High Line e sua reutilização como espaço público aberto.

Dessa forma, o estudo para implementação do projeto foi realizado e descobriu-se que o High Line era economicamente viável. A partir disso, o poder público concedeu à NY a institucionalização do High Line Park (2002-2003), e foi proposto o concurso de ideias para o projeto. Em 2004, houve a seleção, pelos Amigos da High Line e pela prefeitura de NY, da equipe que iria consolidá-lo, e foram selecionados o estúdio de paisagismo James Corner Field Operations e o escritório de arquitetura Diller Scofidio + Renfro.

O projeto, inaugurado em 2009, consistiu na restauração de estruturas originais, manutenção e regularização do paisagismo, sendo este, em sua maior parte, feito pela vegetação que crescera espontaneamente junto com os anos de desuso, e adequação à utilização humana. Além disso, foram desenvolvidos mobiliário, iluminação, circulações, mirantes, estruturas de apoio para consolidação do parque.

Atualmente a manutenção do local é coordenada e feita pelos Amigos da High Line, que mantêm e incentivam a apropriação deste espaço pela comunidade e visitantes (FRIENDS OF THE HIGH LINE, 2016).

O processo descrito acima me despertou para a análise do envolvimento dos indivíduos com o espaço público. Questionei como a iniciativa privada de alguns indivíduos e, posteriormente, da comunidade, consolidou um projeto público que foi iniciado pela valorização de uma estrutura urbana que fazia parte do cotidiano da cidade, dos seus hábitos e rotina. A linha férrea abandonada passou a, novamente, ser habitada, vivida, pela ação dos indivíduos circundantes.

O mais interessante foi identificar o envolvimento que foi construído entre as pessoas e o local, proporcionando novos vínculos de pertencimento, que resultaram na revitalização da área. Hoje o parque é utilizado como um prolongamento do espaço doméstico das casas. Assim, o pertencer privado foi transposto para o espaço público, alterando os vínculos com o território vivido.

O High Line Park, embora não seja objeto de estudo desta pesquisa, constituiu o estopim para o seu desenvolvimento, por levantar o questionamento sobre a dialética entre privado e público nos usos da cidade, que causam e interferem nos múltiplos territórios vividos e são representados por ações simbólicas.

Porém, como esta hipótese pode ser verificada nas cidades atuais? Será que esse fenômeno existe de forma espontânea, não institucionalizada? Faz parte do nosso cotidiano? Como desenvolver uma metodologia para estudá-lo? Essas questões passaram a nortear a viabilidade da pesquisa. Até que, ao andar pela minha cidade de Coronel Fabriciano e por Ipatinga, apenas ao transpor a porta do espaço privado da casa, identifiquei que essas relações de pertencer e de domesticar a cidade sempre aconteceram. O crescimento urbano, a globalização, o acesso a informação, dentre outras questões que são levantadas na pesquisa, alteram esses vínculos de vivência, mas ainda estão presentes.

A partir daí o objeto de pesquisa foi definido: a transposição dos gestos domésticos ao espaço público, na cidade de Coronel Fabriciano (com recorte no bairro Amaro Lanari) e como conformam territórios simbólicos. Enfim, como dito por Eagleton (2013), a prática tornou-se o objeto de investigação.

[Ações domésticas no espaço público]



Figura 1- Cenário

Fonte: Da Autora

1 INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras vivenciam um intenso processo de aglomeração e adensamento, que resulta em um maior número de pessoas, veículos, comércios, habitações, temporalidades e informações que estruturam a concepção urbana. Esses fatores influenciam diretamente as relações das pessoas com seu meio, nos gestos e hábitos corporais, nas apropriações e vínculos de pertencimento ao território vivido.

Neste contexto, a dialética público/privado torna-se um fator preponderante na identificação da vivência urbana pelo indivíduo, pois quando se tratam de espaços públicos e privados, há uma alteração comportamental quanto aos gestos e ações expressos no espaço privado, principalmente na casa, e aqueles expressos nos espaços públicos da cidade. Estes alteram-se de acordo com o contexto, temporalidades, hábitos e estilos de vida.

Podem-se exemplificar essas alterações com elementos presentes em nossas próprias memórias. Ações que antes eram realizadas nas cidades, coletivamente, hoje são feitas no espaço privado das casas, como o ato de brincar, que antes ocorria na rua. Esta era, anteriormente, uma ação que priorizava o espaço público, as crianças do bairro, a interação entre vizinhos e, gradativamente, tornou-se uma ação privada, realizada de forma intensa no espaço das casas. A alteração comportamental decorre de diversos fatores, como a difusão de computadores, videogames, aumento da violência urbana, o envolvimento familiar, estilo de vida, etc. Porém, não há uma rigidez que limita um comportamento a um espaço definido, com caráter privado ou público. Percebe-se que há um 'hibridismo', materializado principalmente em algumas partes da cidade, como no bairro, nos parques e nas ruas, onde apropriações e vínculos de pertencimento são estabelecidos no espaço urbano.

Os gestos, as ações e os sentimentos domésticos são resultantes da vivência privada das nossas casas. As 'domesticidades' tornam-se a materialização deste processo de interiorização, que interfere nos aspectos relacionais com o lugar, bem como no sentimento de pertencimento. Estas permanecem nos espaços privados ou podem transpô-los e alcançar o espaço público, conformando, assim, domesticidades urbanas.

Para a materialização da domesticidade é necessária a vivência, a experimentação espacial, para que um vínculo seja estabelecido e, assim, se possa

pertencer de forma corporal e intuitiva àquele território 'domesticado'. Esse processo é expresso corporalmente, materializado no espaço por ações simbólicas, que propiciam uma interpretação, uma narrativa. Para tal, os símbolos devem ser interpretados considerando o contexto, os sujeitos envolvidos, os estímulos e objetivos, na busca das respostas para leitura da situação identificada.

No contexto, as cidades contemporâneas, com a proposição de uma heterogeneidade de experiências, propiciam uma relação multiterritorial, com diversas possibilidades de relações espaço-culturais, hibridização de comportamentos e identidades, multiplicidade de ações e comportamentos que interferem diretamente na corporeidade e no vínculo com o território. Esta vivência e as apropriações que se fazem dela podem conformar territórios simbólicos (HAESBAERT, 2008).

A partir dessas considerações, foram delimitados os objetivos desta pesquisa que buscam, de forma geral, compreender como a transposição dos gestos domésticos no espaço público estabelece um vínculo com o espaço urbano conformando territórios simbólicos. Para tal, buscou-se, inicialmente, analisar os usos do espaço urbano pelos cidadãos que configuravam uma continuidade do espaço doméstico, por meio da impressão de gestos e ações, materializados nas simbolizações espaciais. Em seguida, foi feito o esforço no sentido de conceituar de Domesticidade Urbana a partir da metodologia de análise de Kenneth Burke e dos efeitos no território (simbólico). Por fim, buscou-se verificar como a domesticidade urbana acontece na cidade contemporânea, com a pesquisa de campo do bairro Amaro Lanari, na cidade de Coronel Fabriciano, Minas Gerais.

No processo de revisão bibliográfica, a identificação da história dos estudos sobre os conflitos entre o público e o privado no espaço urbano deixaram entrever que o trabalho tenderia para uma vertente interdisciplinar. Fez-se necessário, pela complexidade do fenômeno estudado, recorrer a estudiosos de áreas diversas tais como geografia, antropologia, arquitetura e urbanismo, sociologia, psicologia, história, para fundamentação e análise do fenômeno pesquisado e nas obras interdisciplinares de Kenneth Burke, como metodologia observacional para compreensão do objeto.

Tendo isto presente, dialogaremos com diversos autores. De acordo com Gaudêncio Frigotto (2008), a interdisciplinaridade é necessária para o conhecimento da sociedade, pois esta apresenta caráter unitário, em decorrência das diversas relações e práticas sociais realizadas pelos homens, que as engendram por dimensões culturais, estéticas, psíquicas, biológicas, etc. A interdisciplinaridade é

aplicada como recurso na pesquisa dos fenômenos sociais complexos. Para que seja realizada de forma efetiva, a pesquisa deve ser clara, estruturada e considerar a condição prévia para um trabalho interdisciplinar, qual seja, a de explicitar de forma crítica as concepções da realidade, do conhecimento e os pressupostos do fenômeno estudado (FRIGOTTO, 2008). Assim, o trabalho é construído pelo perpassar das diversas áreas dos saberes.

Para atingir os objetivos foi preciso desenvolver a pesquisa em etapas de fundamentação, a fim de que pudéssemos compreender os fatores e as abordagens, conceituar o fenômeno e, posteriormente, identificá-lo no espaço urbano. A metodologia desta pesquisa segue o mesmo caminho de desenvolvimento em etapas. Parte da revisão bibliográfica, nos primeiros capítulos, para fundamentação conceitual do contexto e identificação do fenômeno. Posteriormente, utiliza o método da pêntrade dramática de Kenneth Burke para análise da situação/fenômeno, desenvolvido à héxade da domesticidade para abarcar os *efeitos* no território, e pôr fim, a verificação das ações simbólicas da domesticidade urbana, pelo levantamento de campo, realizado no bairro Amaro Lanari.

Por se tratar de uma pesquisa observacional, no qual a observação direta possibilita à identificação, análise dos fenômenos e a demonstração das relações entre as pessoas. Para tal, os registros devem ser realizados no momento em que ocorre a observação, por anotações e levantamento fotográficos, por exemplo (GIL, 2008). A partir desse método de pesquisa, o levantamento de campo foi realizado em etapas de mapeamento.

No primeiro o momento, o conhecimento do bairro e das relações *in loco*, como processo de imersão, aconteceu por três caminhadas pelo local, com dias e horários distintos. Em um segundo momento, para levantamento das possíveis ações simbólicas da domesticidade urbana, um mapeamento foi realizado, no dia 24 de janeiro de 2017, para verificação e registro fotográfico das ações, que posteriormente foram tematizados e realizada a análise dos resultados. A explicação detalhada da metodologia utilizada no levantamento de campo, acontece no capítulo cinco.

Portanto, a dissertação foi organizada em capítulos que buscam responder a grande questão da pesquisa: *como a transposição de gestos e ações domésticas realizados no espaço público propicia a conformação de territórios simbólicos?*

Na primeira parte, “O MUNDO VIVIDO E CONSTRUÍDO: ABORDAGENS”, estão os principais conceitos, pesquisas, metodologias de autores que discutem o

mundo-vivido em diversas áreas dos saberes: na geografia cultural e fenomenologia; na filosofia, como reflexão e autoconhecimento do indivíduo sobre o mundo vivido; na arquitetura e urbanismo, para identificação da percepção ambiental e as interferências no mundo construído; na história do cotidiano, como uma narrativa das relações com o meio; e, por fim, na metodologia interdisciplinar de Kenneth Burke.

A seguir, o território como expressão cultura e simbólica é analisado em “TERRITÓRIOS VIVIDOS: A DINÂMICA DO PÚBLICO E DO PRIVADO”. Nessa parte, identifica-se a relação entre território, identidade e cultura, com ênfase no conceito de território simbólico do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, que será analisado como *efeito* resultante dos usos da cidade com gestos domésticos. Os conceitos e a dialética público/ privado, a identificação da domesticidade, o entendimento desses processos no habitar a cidade e nos cidadãos são discutidos em uma revisão interdisciplinar. Estas duas primeiras partes, constituem a fundamentação teórica, resultante da revisão bibliográfica interdisciplinar.

A terceira parte, “DOMESTICIDADE URBANA: A EXPANSÃO DA MORADIA”, inicia com a análise do objeto de pesquisa, sob a metodologia interdisciplinar do filósofo Kenneth Burke. Nos seus premiados trabalhos de literatura sobre linguagem e signos, este autor elabora uma pêntade para o entendimento das relações humanas a partir de elementos e perguntas que propiciam a sua interpretação. Por meio dela, analisam-se o *ato*, a *cena*, o *agente*, a *agência* e o *propósito* da situação/fenômeno, sob os conceitos da fundamentação teórica. A definição por esta metodologia acontece em decorrência dos trabalhos interdisciplinares de Burke e sua aplicação em diversas áreas de saber. Porém, aqui nesta pesquisa, é acrescido um elemento à sua pêntade, o efeito, que abarca o entendimento do fenômeno no território e a conformação de um território simbólico, sob a ótica de Rogério Haesbaert.

Em “O BAIRRO AMARO LANARI: A DOMESTICIDADE COMO SUPERAÇÃO DE UM ‘TERRAIN VAGUE’” é realizada a identificação do fenômeno do contexto urbano, com recorte no bairro Amaro Lanari, em Coronel Fabriciano. São apresentados a metodologia e os procedimentos operacionais para tal, com levantamento de dados pela observação e experimentação, em que se buscava a identificação de ações simbólicas que exemplificassem o fenômeno da domesticidade urbana. Estas foram tematizadas e identificadas sob a metodologia da hêxade, em busca da interpretação do ato, na cena em que acontecia, dos agentes responsáveis com suas agências, propósitos e dos efeitos no território vivido, na contramão da

consolidação de um espaço não apropriado, um '*terrain vague*', a partir da reflexão de Alice Giannitrapani.

As considerações finais concluem o intuito de identificar esse fenômeno recorrente na cidade e sociedade contemporâneas, que permeiam nossas histórias, memórias, vivências, referências e, principalmente, interferem nos vínculos e apropriações do território vivido. Esta pesquisa não abarca toda a complexidade do fenômeno, mas pode gerar desdobramentos de pesquisas em outras vertentes e lugares, e proporcionar novas óticas sobre o comportamento humano no espaço urbano.

2 O MUNDO VIVIDO E CONSTRUÍDO: ABORDAGENS

Para fundamentação do debate sobre as dinâmicas entre público e privado na sociedade e cidade contemporânea, primeiramente, faz-se necessário o aprofundamento teórico na busca da identificação de autores e estudos que iniciaram e/ou destacaram-se nas diversas áreas do conhecimento, para interpretação da relação do homem e seu meio. Este levantamento de abordagens, mesmo que não aplicados de forma direta na análise do fenômeno identificado, o contextualizam, pois apontam obras e autores que fundamentaram os estudos da percepção, desvelaram o reconhecimento do indivíduo pelo meio e assim, tornam-se alicerces à percepção do objeto da dissertação.

Esta revisão apresenta como recorte os estudos de percepção ambiental e revalorização do indivíduo impulsionados a partir da década de 50, com auge na década de 70, nomeado por autores como o filósofo Jean Baudrillard, de pós-modernidade. Apresenta-se em um contexto de mudanças culturais, econômicas e científicas, posterior a duas guerras mundiais, ao Movimento Moderno, iniciado na Europa no início do século XX, como uma nova arquitetura e soluções urbanísticas que responderiam aos anseios da sociedade industrial, através da incorporação da racionalidade e funcionalidade (PEREIRA, 2010); ao positivismo de Auguste Comte, ao marxismo inspirados nos filósofos Karl Marx e Friedrich Engels e ao estruturalismo de Ferdinand de Saussure.

O indivíduo, neste contexto, foi abdicado em detrimento dos ideais racionalistas, transformando-o em um sujeito cartesiano, com experiências humanas restritas, em relação ao mundo sensível. As soluções arquitetônicas, urbanísticas, os hábitos, produtos oferecidos, modos de vida, tendiam à uma homogeneização de padrões e de relações que suprimiam o homem, como um indivíduo sensível, único, no cotidiano moderno (GUSMÃO, 2008).

Porém, a partir da década de 50, houve a necessidade de renovação, na busca da valorização do indivíduo, da cultura, da identidade, do pluralismo, da heterogeneidade e da experiência sensível, frente ao contexto econômico, social e de análise da modernidade. “A compreensão dos indivíduos como sujeitos sociais, iriam desencadear um debate entre as formas universais de compreensão da humanidade e as particularidades dos sujeitos, grupos e culturas” (GUSMÃO, 2008, p.51).

Neste contexto, novas abordagens foram desenvolvidas nas mais diversas áreas do conhecimento, na busca da interpretação do indivíduo, no entendimento do seu cotidiano, do corpo e de seu meio. Pois, o homem habita seu mundo e o espaço vivido torna-se reflexo desta relação com o ambiente e nesse processo o homem é conformado, passa a ter consciência de si, através do seu meio. O homem, passou a ser compreendido como ser complexo, contraditório, sensível e sua interação com o meio interfere nas relações sociais, na percepção ambiental, na sua identidade individual e coletiva.

Estas questões, ainda hoje, perpassam a identificação da relação entre o homem e seu meio, na busca de análise concisa e aprofundada dos indivíduos, que sejam adequadas às novas realidade e contextos da sociedade do século XXI. Por isso, o entendimento desses trabalhos, que desenvolveram-se a partir da segunda metade do século XX, colaboram à interpretação dos condicionantes e do contexto da dialética do público e privado atual, através da identificação de obras que foram e são utilizadas como subsidio teórico, sendo analisadas na busca da interpretação do indivíduo e da sociedade contemporânea.

Neste panorama, inicia-se a identificação das abordagens a partir da geografia humana, como a ciência que abarca as relações entre a sociedade e o espaço, propiciando o entendimento da interação do homem com o seu meio e o desenvolvimento da fenomenologia. Na filosofia de Gaston Bachelard, Maurice Merleau-Ponty e Martin Heidegger busca-se o reconhecimento do ser, a valorização do espaço, corpo e abrigo; posteriormente, tem-se a análise do cotidiano do historiador Michel de Certeau, na área da arquitetura e urbanismo a identificação de estudos da percepção e mapeamento espacial e por fim, o desenvolvimento da metodologia pelo estudo interdisciplinar de Kenneth Burke.

2.1 GEOGRAFIA CULTURAL E FENOMENOLÓGICA

De acordo o geógrafo francês Paul Claval (2011), a geografia humana se construiu no fim do século XIX, período de triunfo do darwinismo. Foi concebida por Friedrich Ratzel como uma 'ecologia dos homens' e aceita por outros geógrafos da escola francesa como Vidal de la Blanche e Pierre Deffontaines. Para eles, a cultura não era inata, pois podia ser influenciada e determinada pelo meio ambiente. A partir

desse posicionamento, surge a ênfase sobre as relações entre os grupos humanos e seu ambiente. Porém, a epistemologia dominante, o positivismo, impulsionava a supressão das dimensões subjetivas do homem (CLAVAL, 2011).

A abordagem cultural teve importante papel na geografia humana na primeira metade do século XX, porém de forma limitada, com ênfase nos meios de modificação do ambiente pelo homem, e assim, nas interpretações funcionais. Apesar dessa limitação, autores como Eduard Hahn, na Alemanha; Pierre Deffontaines, na França e Carl Sauer, nos Estados Unidos apresentaram interesse nos elementos simbólicos da paisagem, embora não tenham chegado à análise das representações e do trabalho mental dos homens (CLAVAL, 2011).

Neste contexto, a geografia cultural apresentou três etapas de desenvolvimentos, destacadas por Claval (2013b): a primeira, do final do século XIX até os anos 1950, com enfoque na perspectiva positivista ou naturalista e nos aspectos materiais da cultura; a segunda etapa, entre os anos 1960 e 1970, com a utilização da “nova Geografia”, ou néo-positivismo, para um sistema metodológico. A terceira etapa desenvolve-se após os anos 1970, quando houve uma mudança significativa e o objetivo da abordagem cultural passou a ter foco no entendimento da experiência dos homens com seu meio ambiental e social. Nesse contexto, epistemologia das Ciências Humanas e Sociais começou a mudar “[...] graças a fenomenologia, o interesse pela experiência direta dos lugares e pelo sentido de morar (para quem e não para que, hoje e não ontem) se desenvolveu.” (CLAVAL, 2013b. p. 93).

O geógrafo brasileiro Marandola Jr. (2013) destaca que, na década de setenta do século XX, houve um movimento de renovação da geografia que eclodiu nos Estados Unidos e Canadá. Essa renovação busca a reaproximação da geografia com as humanidades, voltando-se para a literatura, os estudos culturais e a psicologia, na busca pela renovação epistemológica da geografia. Nesse contexto, a fenomenologia é incorporada de forma sistêmica, inserindo “[...] questões como mundo vivido, ou mundo da vida da filosofia husserliana, a ideia de habitar da fenomenologia existencial de Martin Heidegger e especialmente a ideia de experiência geográfica [...]” (MARANDOLA JR, 2013. p.50).

Esse movimento filosófico, que influenciou a geografia cultural e recebeu a denominação de fenomenologia, foi erigido no final do século XIX. Porém, teve suas raízes na filosofia alemã de Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831) e foi criado, em

última instância, pelo filósofo Edmund Husserl (1859-1938). O principal objetivo da fenomenologia foi o de buscar a superação da dicotomia existente entre o racionalismo e o empirismo, entre o sujeito e o objeto, entre o homem e o mundo (RIBEIRO, et al. 2009).

A pesquisa fenomenológica busca analisar a dimensão do vivido, da experimentação espacial, que provoca transformações nas pessoas e no espaço que habitam. Para Merleau-Ponty (1999), a fenomenologia é também uma filosofia que analisa as essências da existência, e parte da facticidade para compreender a relação do homem com o mundo. Assim, a identificação das abordagens filosóficas, no mundo vivido, contribui como fundamentação inicial para o reconhecimento ambiental pelos homens.

Na compreensão da essência do lugar, destacam-se os trabalhos voltados para a geografia humanista de Edward Relph e de Yi-Fu Tuan, na década de 1970, que fortalecem os estudos perceptivos, na relação do homem-meio. Houve uma preocupação com a consciência e a percepção espacial ou ambiental, aproximando-os nos estudos que procuravam alternativas para a inserção da perspectiva do sujeito, nos processos de planejamento. (MARANDOLA JR, 2013).

O geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan descreveu a influência do meio ambiente no corpo dos seus usuários, provocando vínculos, influenciado hábitos e gestos simbolizadores desta relação. Em “Topofilia” (1974), aborda as atitudes e valores envolvidos na relação com o meio ambiente, enfatizando o elo entre as pessoas e o lugar. A relação entre memória, cultura, paisagem e experiências são compartilhadas e, assim, o autor possibilitou uma abertura para o debate sobre a experiência da percepção, que parte da análise histórico-cultural e das experiências de um grupo.

A percepção do meio ambiente – necessária para suas representações – sofre interferência da cultura que influencia, dessa forma, nos valores ambientais das pessoas. “Atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada por uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências” (TUAN, 1974, p.4). Tuan difunde e desenvolve o termo ‘Topofilia’, descrito por Bachelard, como o elo afetivo entre as pessoas e o lugar-meio ambiente. Resultante dessas relações, surgem os pertencimentos, as afetividades e a possibilidade de uma geografia dos lugares mais humana e sensorial. Essas relações se fazem sentir corporalmente, são percebidas

pelos sentidos (visão, olfato, audição, tato) e criam significados para o homem e para o meio (TUAN, 1974).

O geógrafo brasileiro Marandola Jr. (2013) defende que, dentre os geógrafos humanistas, Edward Relph foi quem de forma contínua e sistemática mais se dedicou à geografia fenomenológica. “Relph contribuiu muito com reflexões sobre lugar, paisagem e ontologia geográfica, especialmente a partir de Heidegger” (MARANDOLA JR., 2013. p. 52).

Em sua tese, que foi publicada como livro intitulado “Place and placelessness” (RELPH, 1976), o geógrafo estabelece a relação entre paisagem e lugar, na construção de memórias e valores da existência humana. Relph enfoca o coletivo sob uma abordagem fenomenológica. Para Marandola Jr. (2010), esta obra constrói uma perspectiva teórica e metodológica “[...] para pensar os lugares a partir da fenomenologia, integrando o horizonte das intervenções e do planejamento urbano com aquele da percepção do ambiente, entendida enquanto experiência do espaço” (MARANDOLA JR., 2010. p.1)

Marandola Jr. (2013) identifica que alguns pesquisadores da percepção fenomenológica aprofundaram-se na pesquisa do entendimento corporal para análise do vínculo com o lugar e das vivências cotidianas, como os trabalhos de Buttimer e de David Seamon. A geógrafa irlandesa, Anne Buttimer em ‘Apreendendo o dinamismo do mundo vivido’ de 1982, parte do conceito de habitação de Heidegger, para questionar o habitar no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, Buttimer (1982) destaca que os fenomenologistas têm sido os porta-vozes da vontade de compreender os comportamentos e ações, dos nossos mundos diários. A autora relata que a atitude fenomenológica “[...] demanda um retorno à evidência, aos próprios fatos, como são produzidos, e uma investigação dos atos da própria consciência” (BUTTIMER, 1982, p.169). Torna-se, dessa maneira, um método para penetrar no contexto de mundo vivido, no qual as experiências são construídas. Estas, por sua vez, mais que as experiências cognitivas, envolvem pré-consciências sensoriais que precedem o conhecimento intelectual. Assim, o mundo diário “apresenta-se em unidade dinâmica e é experienciado de maneira holística, até que o pensamento comece a refletir sobre ele” (BUTTIMER, 1982, p.171).

A autora defende a liberdade da experiência vivida como um fantasma no horizonte a ser conquistado. O espaço, nessa perspectiva, é dinâmico, nele, a experiência vivida é concretizada e materializa significados. Buttimer (1982) destaca,

ainda, alguns pilares da fenomenologia como o ‘corpo-sujeito’, na comunicação do corpo com o seu mundo e os ‘ritmos do tempo-espaço’, nas experimentações e suas temporalidades.

Já o arquiteto e geógrafo David Seamon, em seu artigo “Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar” (1980), destaca que “[...] a tarefa da fenomenologia é desenterrar e descrever esta indubitabilidade, a qual as pessoas costumam perder de vista por conta da mundanidade e das certezas de suas situações de vida cotidianas” (SEAMON, 2013. p.5), e ainda que o “[...] valor da geografia fenomenológica explorando o fenômeno do movimento cotidiano no espaço, entendido como qualquer deslocamento espacial do corpo ou corporalmente em parte iniciado pela própria pessoa” (SEAMON, 2013. p.5).

Seamon (2013) aborda as movimentações e pertencimentos dos corpos que podem perfazer características fortes nos ambientes. A ‘atitude natural’ nos absorve nas atividades mundanas, sendo muitos atos ocultados por essas metas e atividades (pela própria rotina, modo-de-fazer). Essa atitude natural gera os movimentos habituais e, assim, desdobramentos automáticos e movimentos corporais direcionados. Dessa maneira, o comportamento espacial “[...] é dependente de alguns tipos de processos cognitivos como o pensar, descobrir e decidir.” (SEAMON, 2013. p.7).

Nesse artigo, também destaca-se o habitus, como o conjunto de comportamentos adquiridos que se tornam involuntários. Alguns destes movimentos são conduzidos pelo corpo em um processo pré-consciente, sem a pessoa necessitar estar consciente de determinados acontecimentos (SEAMON, 2013). Os habitus, assim, geram uma memória corporal que reage ao meio, ou a uma determinada atividade. O fazer automaticamente, ou seja, sem uma intencionalidade corporal, é aprimorado com o tempo, com o aperfeiçoamento técnico, oriundo da repetição sistemática e da dedicação à atividade.

Os estudos da geografia cultural e fenomenológica aqui identificados, apontaram à complexidade da interpretação das narrativas corpóreas, resultantes da vivência espacial. Outros autores da geografia cultural como Paul Claval, Guy Di Méo, Joel Bonnemaïson e Rogério Haesbaert, que também abordam a relação indivíduo e meio serão apresentados *a posteriori*, no terceiro capítulo, com foco no estudo entre identidade, cultura e território.

A revisão da área da geografia colabora ao desvelamento do olhar fenomenológico sobre o mundo vivido e construído, através da experimentação e da vivência espacial. Anne Buttimer (1982), apresenta um papel importante no desenvolvimento da dissertação, pois sua obra colabora à identificação deste estudo como uma ‘atitude fenomenológica’ e permite o entendimento da fenomenologia, como o método para investigação do mundo vivido, através das percepções sensoriais e na busca da compreensão dos fenômenos do mundo diário. Além de Buttimer, David Seamon (2013), torna-se um instrumento de análise do fenômeno, que será desenvolvido no capítulo quatro, ao identificar a “atitude natural” como uma das possíveis interferências na dialética entre público e privado e no processo de transposição dos gestos privados para o espaço público.

Porém, para identificação da valorização do ser, das suas relações com o espaço habitado, com seu corpo, como reafirmação identitária, necessita-se da identificação das abordagens nas dimensões filosóficas e psicológicas.

2.2 DIMENSÕES FILOSÓFICAS E PSICOLÓGICAS

A partir da década de 50, houve a produção de abordagens filosóficas que destacam-se pelo foco no indivíduo e na sua relação com o meio, como na filosofia francesa de Gaston Bachelard, em “A poética do espaço”, Maurice Merleau-Ponty em a “Fenomenologia da Percepção”, e na filosofia alemã Heidegger, na obra “Construir, habitar, pensar” reconhecido como um dos mais importantes filósofos do século XX.

Primeiramente, o filósofo e poeta Bachelard parte dos conceitos de psicanálise de Sigmund Freud e de autores literários como Mary Shelley, Joseph Conrad, Lewis Carroll, William Blake para fundar o que seria a “fenomenologia das imagens”. Em seu trabalho interdisciplinar, destaca o papel da imaginação poética por meio de uma “sonoridade do ser” (BACHELARD, 1978, p.184) que considera sensibilidades, devaneios, vivências e lições apreendidas pelos indivíduos como meio para coleta de dados.

Em “A poética do espaço” (1952), Bachelard aborda a pesquisa fenomenológica nas artes e na poesia, como ‘ferramenta’ para uma nova visualização das vivências, das experimentações e do corpo, “[...] trata-se de passar, fenomenologicamente, a imagens não-vividas, a imagens que a vida não prepara e

que o poeta cria. Trata-se de viver o in-vivido e de abrir-se a uma abertura da linguagem” (BACHELARD, 1978, p.192). A fenomenologia, em seu trabalho, recorre à psicologia para o entendimento das lembranças como narrativas de nossas histórias, das vivências espaciais.

Os valores de intimidade são representados, materializados por nossos comportamentos, vivências e expressos, principalmente, no espaço privado das nossas casas. O meio ambiente é interiorizado e, posteriormente, externado, representado pelas ações e hábitos da vida privada (BACHELARD, 1978). Bachelard cunha os termos “topofilia”, como o amor ao lugar, ao referir-se a casa como o espaço das lembranças e projeções; e “topoanálise” como instrumento para o estudo psicológico sistemático de lugares da vida íntima dos indivíduos.

Esta pesquisa, não contemplará a topoanálise, pela metodologia e objetivos elegidos, mas a análise fenomenológica interpretação do homem com seu espaço privado da casa, fundamenta a construção dos vínculos de pertencimento e de domesticidade, com o espaço habitado. Essas questões serão desenvolvidas no próximo capítulo, para entendimento da domesticidade como resultante da dialética entre público e privado.

Sob a vertente da análise fenomenológica do corpo, destaca-se a obra do filósofo Maurice Merleau-Ponty “Fenomenologia da Percepção”, escrita em 1960, onde analisa a percepção e como ela se relaciona diretamente com a atitude corpórea. Para tanto, o autor recorreu ao estudo do gesto como análise das expressões corporais, que não são um imediatismo da percepção, mas dados que dizem sobre as experiências dos corpos em um meio, em uma paisagem.

Para o autor, o sentido dos gestos deve ser compreendido e não é dado. “Obtém-se a comunicação ou a compreensão dos gestos pela reciprocidade entre minhas intenções e os gestos do outro, entre meus gestos e intenções legíveis na conduta do outro” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.251). A percepção ambiental está consciente no sujeito e o corpo simboliza essa relação, ou seja, as sensações são espaciais, pois o ser, que sente, constrói um meio de experiência, portanto ele é o espaço, ao mesmo tempo em que o constitui. Assim constitui-se um ‘corpo-sujeito’, que propicia o reconhecimento espacial, pois “[...] tenho consciência de meu corpo através do mundo (...) e tenho consciência do mundo por meio de meu corpo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.122).

Esse reconhecimento transmitido pela comunicação corporal por meio de ações e gestos não é algo meramente perceptivo, uma vez que eles podem ser lidos e analisados, pois relatam uma experiência corporal e do ser-no-mundo. Na comunicação, os gestos não são signos naturais, mas produtos que sofrem interferência culturais dos hábitos vivenciados de maneiras distintas, de acordo com o contexto (MERLEAU-PONTY, 1999).

Merleau-Ponty (1999), aponta para o desvelamento do fenômeno pesquisado, pois o corpo-sujeito, suas atitudes naturais são significadas e externalizadas corporalmente, e assim, permitem a identificação e interpretação das vivências e das relações do homem com seu meio. As ações tornam-se símbolos que podem ser interpretados, como resultados das experiências do ser no mundo.

Paralelamente, na filosofia alemã, destaca-se o filósofo Martin Heidegger, reconhecido como um dos mais importantes do século XX, pela influência nos diversos campos do pensamento contemporâneo, ao discutir a existência do 'ser-no-mundo' através do seu habitar. A partir da década de setenta foi incorporado às reflexões na área da geografia e influenciou o trabalho de importantes geógrafos como Edward Relph (MARANDOLA JR. 2012).

Em "Construir, habitar, pensar", publicado originalmente em 1954, Heidegger busca o significado do habitar e do construir. Afirma que o ser humano é na medida em que habita e o habitar é o traço fundamental do ser-homem, pois permite que ele tenha a paz de um abrigo e permaneça na paz de um pertencimento, valorizando a sua essência.

Heidegger define o conceito de espaço como algo arrumado, espaçado e liberado, que propicia articulações por meio de um lugar e, assim, a relação entre o lugar e o homem é estabelecida como plataforma de atuação do homem no espaço. O espaço não é um objeto interior e nem uma vivência exterior, ele se abre pelo fato de ser admitido no habitar do homem que habita, torna-se capaz de questionar e pensar. Enfim, Heidegger (2002) afirma que devemos aprender a habitar, como uma vivência real, identitária e de pertencer a um espaço. Além do mais, ele aprofunda a relação de entrega do corpo na vivência espacial, sem restringir o habitar apenas ao ambiente privado, portanto devemos pertencer ao habitar (HEIDEGGER, 2002).

Estes três filósofos, permitem a compreensão das relações de pertencimento e reconhecimento do espaço habitado pelo indivíduo. Pois, o reconhecimento espacial, ambiental e corporal altera o indivíduo, e este quando habita a casa e a cidade,

transforma-as na mesma medida em que por elas é modificado, como um ciclo de referências e simbolizações espaciais. A compreensão deste processo torna-se um desafio e faz-se fundamental para as propostas e projetos que são realizados no mundo vivido e construído, em especial na atuação dos arquitetos e urbanistas.

2.3 DESAFIOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

Na mesma época das reflexões de Bachelard, Heidegger e Merleau-Ponty, os estudos da percepção do espaço e do ambiente, desenvolveram-se na área de arquitetura e urbanismo, como meio de identificação e análise das relações do homem com a cidade, em reação ao movimento que erigiu no início do século XX.

O Movimento Moderno foi influenciado diretamente pelas vanguardas artísticas, do final do séc. XIX e início do séc. XX, caracterizado pelo experimentalismo, na busca por novas bases metodológicas e novas codificações linguísticas, para renovação disciplinar e forma de responder as demandas da sociedade industrial. A valorização do processo de mecanização dos ambientes construídos destaca-se na elaboração dos projetos. A mecanização chega ao lar, alterando as ações diárias e habituais, através dos equipamentos e eletrodomésticos, que interferem nas soluções espaciais, diminuem esforços e a relação temporal doméstica, apresentando assim, uma nova relação entre casa e o morador (PEREIRA, 2010).

Pereira (2010) descreve que a mecanização proporcionou novas estruturas de pensamento lógico-matemático, que resultaram em métodos de series de elementos arquitetônicos que caracterizavam-se pela funcionalidade, racionalidade e pelo socialismo utópico de alguns representantes. A moradia passa a ser a somatória de elementos funcionais mínimos (quartos, banheiros, cozinha, etc.), e configuram-se como células habitacionais. Também, o bairro e a cidade resultam do somatório de equipamentos e serviços destinados à sua funcionalidade: habitações, escolas, centros religiosos, espaços culturais e comerciais, vias, etc., e tornaram-se a unidade máxima de agregação, como uma máquina eficiente e otimizada. Este processo pode ser exemplificado pelos projetos residências e urbanísticos de Le Corbusier, um dos maiores mestres do movimento (PEREIRA, 2010).

Conforma-se assim, um Estilo Internacional, termo cunhado pelos críticos Henry Russel Hitchcock e Philip Johnson em 1932, resultantes dos ideais e da linguagem do Movimento Moderno, que foi aplicado em diversas países, através da divulgação pelas exposições universais e pelos congressos internacionais de arquitetura moderna (CIAM).

Porém há uma “evolução” como descrito por Josep Maria Montaner (1993) a partir da década de 50, devido a limites explícitos na teoria modernista “[...] inclusive do formalismo e dos princípios do funcionalismo, a necessidade de uma ‘ruptura radical’ com a história e a expressão ‘honestas’ da estrutura e do material” (NESBITT, 2006, p.15), que resultou em uma crise de sentido na disciplina. Montaner (1993) aponta ainda, fatores que contribuíram para a evolução e crise da arquitetura do Movimento Moderno: a contextualização e a valorização da cultura, da identidade e da tradição, esquecidos pelo movimento; a necessidade de uma renovação formal, em detrimento dos esquemas definidos pelo estilo internacional; o destaque do papel da memória e da história na arquitetura e pôr fim, o foco nos usuários para o qual é projetada a arquitetura (MONTANER, 1993).

Assim, na busca da renovação disciplinar, adequada as novas demandas e contextos, as teorias e obras a partir da década de 50, como auge nos anos 60 e 70, caracterizaram-se pela interdisciplinaridade, para compreensão da complexidade da sociedade contemporânea, marcada pelo “[...] capitalismo tardio, capitalismo multinacional, pós-industrialização ou sociedade do consumo” (NESBITT, 2006, p.22). Buscava-se uma base realista para realização dos trabalhos.

Na década de 60, diversos tratados arquitetônicos significativos foram desenvolvidos, pois “[...] os arquitetos pós-modernos usaram a palavra escrita para selecionar problemas complexos com a mesma frequência com que se voltaram para o projeto teórico” (NESBITT, 2006, p.26). Algumas dessas obras são “A arquitetura da cidade” do arquiteto italiano Aldo Rossi (1966), “Complexidade e contradição em arquitetura” (1966) e “Aprendendo com Las Vegas” (1972) de Robert Venturi, *Intentions in Architecture* (1965) de Christian Norberg-Schulz e “A imagem da cidade” (1960) de Kevin Lynch.

Nesta revisão, destacam-se para fundamentação da metodologia da pesquisa, as obras dos arquitetos Kevin Lynch e Amos Rapoport, nas teorias da percepção ambiental e construção de mapas mentais, como metodologias de mapeamento como reflexo da vivência urbana, e na obra do filósofo francês Guy Debord, fundador do

grupo Internacional Situacionista e da teoria da Deriva. Destaca-se também, a obra de Christian Norberg-Schulz, para entendimento das alterações ambientais a partir da inserção e vivência do indivíduo, que conformam o “espírito do lugar”.

Na obra “A imagem da cidade” (1960) do arquiteto americano Kevin Lynch é abordada a imagem construída pela percepção do meio, discutindo o vínculo entre os espaços vividos e o comportamento humano. Com estudo de caso de três cidades – Boston, Jersey City e Los Angeles –, o autor analisa como a representação perceptiva é feita a partir do ponto de vista dos usuários, sendo esta, resultado dos sentidos envolvidos na experimentação urbana e na organização das informações e signos oferecidos pela cidade. Para o arquiteto “[...] todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 2009, p.11).

A cidade, como o meio ambiente de inserção corporal, “[...] pode fornecer matéria-prima para os símbolos e memórias coletivas da comunicação entre grupos” (LYNCH, 2009, p.14), ocasionando segurança emocional para os usuários. Há um processo de aprendizado da percepção que força o observador a novos estímulos, a absorver seu entorno e seus símbolos.

A construção de imagens só é possibilitada através da percepção da cidade, que se modifica de acordo com a potência dos códigos e dos signos. Assim, as imagens são o resultado da identificação do indivíduo com o seu meio. “Se o meio ambiente está visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a conhecer, por meio dos seus próprios significados e relações. Nesse momento tornar-se-á um verdadeiro lugar notável e inconfundível” (LYNCH, 2009, p.104). Destarte, o meio ambiente visual torna-se integrante na vida dos habitantes da cidade, onde novos vínculos e pertencimentos podem ser constantemente estabelecidos e mapeados.

Já década de 1970, o arquiteto polonês Amos Rapoport (1977) também aborda a percepção ambiental e a produção de imagens como meio de relação entre corpo e espaço. Rapoport (1977) utiliza a análise cognitiva e a percepção ambiental para formação de mapas mentais, gerados pela absorção dos símbolos urbanos. Apresenta a distinção entre percepção, cognição e avaliação, como diferentes etapas de absorção do meio pelo corpo.

A relação resultante da inserção do corpo em um meio propicia a experimentação sensorial do espaço, que pode ser, posteriormente, registrado em

representações, como os mapas mentais. Estes são uma série de transformações psicológicas pelos quais as pessoas adquirem um código, informações, recordações e decodificam dados sobre o seu ambiente espacial – seus elementos, localizações relativas, distâncias, direções e estrutura geral, podem ser chamados de mapas cognitivos (RAPOPORT, 1977).

Os mapas mentais são as representações das informações adquiridas no meio e apresentam-se como experiências, memórias, conhecimentos, interações sociais, pelas quais o corpo se reconhece no mundo vivenciado. Como um acúmulo de informações apreendidas, constituem uma forma de reconhecimento espacial que interfere nos vínculos com o local, na forma de interação e pertencimento.

Essas metodologias não serão diretamente aplicadas ao levantamento de campo, mas colaboram para a compreensão do contexto de desenvolvimento dos mapeamentos espaciais pela experimentação ambiental. A relação entre a experimentação espacial e seu registro, também é abordada nas obras de Guy Debord, filósofo, cineasta e crítico cultural francês, que influenciou diretamente o debate sobre a arquitetura e do urbanismo.

Guy Debord, em 1957, foi um dos fundados do Internacional Situacionista, grupo dedicado a crítica do contexto econômico, político e social da época, chamado de ‘sociedade do espetáculo’, que posteriormente seria o título de sua obra mais celebre, publicada em 1967. A obra é um manifesto, contra as forças de dominação econômicas (ocidental e oriental), pós a modernização do início do século XX, que afetou a produção cultural vigente, causando uma alienação do indivíduo em prol dos bens de consumo.

Em “A teoria da Deriva” (1958), Debord descreve a vivência espacial a partir de um ponto inicial, onde a pessoa, lança-se em deriva no espaço urbano, criando os próprios caminhos, de forma aleatória, em busca da experimentação espacial livre. Debord (1958), descreve que o conceito de deriva, relaciona-se indissolúvelmente ao reconhecimento de efeitos da natureza psicogeográficas e assim, permite a conformação de um comportamento construtivo e lúdico. Essa técnica deve ser registrada em mapas, para entendimento, *a posteriori*, das escolhas e motivações. Assim, as soluções arquitetônicas e urbanísticas resultariam deste mapeamento e os indivíduos que se lançaram à deriva, colaboram à construção da cidade. Este processo, proporciona experiências diversas nos espaços vividos, compreensão das

atividades urbanas, signos, eventos, soluções arquitetônicas e urbanísticas, que interferem na percepção do indivíduo e altera suas escolhas.

Lançar-se à deriva, constitui como técnica à segunda etapa do levantamento de dados, no bairro a ser mapeado. Parte-se dessa vivência espacial livre, aleatória, pelas vias, para identificação das ações simbólicas da domesticidade, que serão registradas, para construção de uma análise dos usos do espaço público do bairro.

Já o arquiteto norueguês, Christian Norberg-Schulz em “O fenômeno do lugar”, de 1976, destaca a análise da fenomenologia aplicada à arquitetura. Norbert-Schulz identifica o potencial da arquitetura de propiciar a capacidade de significar o ambiente, mediante a criação de lugares específicos. Isso acontece por meio da utilização da dimensão sensorial, quer seja dos materiais, como da experiência humana na arquitetura, a partir da interação do homem com o ambiente.

Para tal entendimento a distinção entre lugar e espaço é feita em busca do valor simbólico, daquilo que tradicionalmente se chamou de Genius Loci. Para Norberg-Schulz, todos os lugares possuem um caráter, sendo este um dado da qualidade, apreendido corporalmente a partir da vivência espacial. O Genius Loci é um conceito romano de identificação com o ambiente, segundo o qual para a absorção da ‘vocação’ do espaço é necessário vivenciá-lo, habitá-lo de fato. “Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental” (NORBERG-SCHULZ, 2006. p.455). Assim, a identidade humana pressupõe a identidade do lugar.

Esses estudos destacam-se como referenciais na análise sensorial do ambiente com o usuário e exemplificam os desafios encontrados na área, para entendimento da percepção ambiental e aplicação dos seus desdobramentos em projetos e intervenções, principalmente no espaço urbano. O processo de simbolização, absorção de códigos e conformação de uma qualidade espacial, que podem ser sentidas e interpretadas, interfere diretamente na vivência dos usuários, na conformação das suas relações, apropriações, memórias e vínculos que são estabelecidos, diariamente, nos seus hábitos, no cotidiano.

Estes podem ser exteriorizados, por ações e gestos corporais, que podem ser interpretados, como significantes da interação entre o homem e seu meio, principalmente como instrumentos de leitura da vivência diária e do cotidiano.

2.4 CIDADE E O COTIDIANO

O cotidiano é uma narrativa a ser interpretada. Nos hábitos e ações corriqueiros, são materializados as nossas demandas, atividades, rotinas, caminhos e escolhas. Esse panorama é o objeto de estudo em duas obras do historiador francês Michel de Certeau: “A Invenção do Cotidiano”, de 1980; e “A Invenção do Cotidiano 2. Morar, Cozinhar” de Certeau, Luce Gard e Perre Mayol, publicado pela primeira vez em 1990. Nessas obras, a relação do homem e seu meio passam a ser analisadas pela vivência espaço-temporal, do cotidiano. Certeau analisa ‘as maneiras de fazer cotidianas’ sob vários aspectos e operações característicos das ações humanas, como enfoque nas relações sociais, simbolizações corpóreas como a fala, o consumo, a vivência espacial e o tempo, etc.

Na obra de 1980, Certeau (1998), destaca a vida comum a partir da crítica a autores como Bourdieu, Foucault, D tienne para fundamentar conceitos que permeiam a vivência urbana diária como táticas, estratégias e trajetórias que propiciam a reapropria o da cidade. A questão temporal   inserida neste comportamento, relacionando a prática (como adquirido) e as situa es (manifesto da estrutura). O tempo das histórias, das maneiras de fazer, de vivenciar a cidade interfere na vivência espacial e, assim, na constru o das memórias.

Em ‘A Inven o do Cotidiano 2’, enfoca as maneiras de se morar na cidade: a vivência do bairro e da casa no cotidiano, suas influências na identidade do usuário em um grupo, o espaço urbano como um lugar de reconhecimento identitário e a rea o e absor o da intera o homem e espaço pelo corpo. Para os autores, “o corpo   na verdade uma memória sábia que registra os sinais do reconhecimento: ele manifesta, pelo jogo das atitudes de que dispõe, a efetividade pela inser o no bairro, a técnica aprofundada de um saber-fazer que sinaliza a apropria o do espaço” (CERTEAU, et al, 2009. p.55). Esse reconhecimento corporal gera códigos sociais, que podem ser decifrados por outros membros da coletividade. “O corpo   o suporte de todas as mensagens gestuais que articulam essa conformidade:   um quadro-negro onde se escrevem – e, portanto, se fazem legíveis – o respeito aos códigos ou ao contrário o desvio com rela o ao sistema dos comportamentos” (CERTEAU, 2009. p.48), criando, assim, simbolismos individuais e de grupos que influenciam diretamente na identidade individual e coletiva.

A compreensão do cotidiano, dos indivíduos na sua vivência espaço-temporal diária, permite a interpretação de símbolos e códigos corporais que desvelam informações importantes para o entendimento da relação do homem com seu meio. O cotidiano gera hábitos, atitudes corporais automáticas, reconhecimento ambiental, que afetam e simbolizam o indivíduo e construção da dialética público e privado.

Porém, para interpretação deste cenário, conformado pelo cotidiano, necessita-se de uma metodologia, interdisciplinar, para abarcar todas as áreas mencionadas anteriormente e as outras, a serem discutidas no capítulo a seguir. Assim, como metodologia interdisciplinar para a análise do homem e seu meio, recorre-se a pênade dramática do trabalho do filósofo, crítico literário, sociólogo, linguista e crítico social Kenneth Burke, para verificação do objeto da pesquisa.

2.5 INSTRUMENTOS DE LEITURA INTERDISCIPLINAR

Kenneth Burke transgride as linhas estabelecidas dos campos acadêmicos, misturando conceitos e temas de diversas áreas do conhecimento. O trabalho de Burke tem influência vital entre os estudiosos da sociedade, por abarcar movimentos intelectuais de áreas diversas como antropologia simbólica, sociologia fenomenológica, teoria crítica e a interação simbólica. Esta abordagem torna seu trabalho, com os aspectos da reflexão humana atuais. Para Joseph Gusfield (1989), há uma abordagem da ação humana profunda, original e valiosa na obra de Burke.

A linguagem, central nas análises de Burke, capacita os indivíduos de uma habilidade reflexiva que impõe uma interpretação simbólica das coisas e dos eventos. Essa capacidade de comunicação por meio de símbolos habilita os seres humanos à imaginação, à criação e à definição de situações diante das quais eles respondem. A interpretação da ação humana acontece por intermédio da leitura das ações simbólicas dos indivíduos com o meio. Porém, ela só é possível pela capacidade de comunicação e identificação dos elementos que compõem a linguagem (GUSFIELD, 1989).

Em “Language as Symbolic Action” (1966), Burke define que o ser humano é um animal que usa símbolos, ‘symbol-using animal’. Mesmo parecendo óbvio, como observa, o autor descreve que, mais do que isso, o homem constrói símbolos de forma complexa, por meio de sinais, sons, gestos e códigos corporais, que se adequam à

comunicação com os outros e à determinadas situações. Constrói, assim, a existência humana, a partir do fato de serem criaturas usuárias de símbolos.

Diferentemente do passarinho que adentra a sala, relatado no início do livro, o homem comunica suas ações não de forma instintiva, mas intencionalmente, como uma atitude corpórea simbolizadora. Para definir essas atitudes, o autor utiliza-se do conceito da psicanálise de 'ação simbólica', aplicado de forma distinta às pessoas, para referir-se ao uso dos sistemas simbólicos em geral como linguagem, que se adapta a situações e intenções.

O uso de símbolos para descrever e definir eventos torna-se ponto de partida para a ponte entre literatura e sociologia. Neste contexto, a linguagem torna-se uma forma de ação, transpondo o discurso em si, e o dramatismo é a técnica de análise da linguagem e do pensamento para leitura dos símbolos dos seres humanos. Burke utiliza o termo dramatismo para descrever essa relação, uma vez que os elementos do drama estão inerentes à ação humana. Desta forma, a linguagem não pode ser separada da ação, uma vez que, por meio daquela, atribui-se uma dimensão simbólica ao conteúdo desta. A ação também não pode ser separada da linguagem, pois a situação em que o ator age é compreendida através das informações simbólicas que são disponibilizadas.

A ação para Burke implica na verificação das situações e das pessoas com quem o sujeito interage, esse processo gera uma reflexão em relação aos interesses dos indivíduos, seus sentimentos e objetivos. A ação é dramática porque ela inclui conflito, objetivos, reflexão e escolhas. Os seres humanos entendem seu mundo através da sua descrição, da apreensão dos símbolos e do processo de atribuir sentidos aos eventos. Assim, Burke apresenta uma ênfase na construção simbólica das situações, dos eventos e das outras pessoas, com foco nos aspectos da vida humana, relacionados ao uso de símbolos e da construção de sentido (GUSFIELD, 1989).

A partir desse entendimento, das ações e gestos como símbolos e códigos, a serem interpretados, as ações simbólicas enunciadas por Burke, tornam-se a materialização do fenômeno mapeado. Este, através da pesquisa observacional, no levantamento de campo, será o símbolo a ser identificado e mapeado. Além da colaboração à pesquisa com a abordagem de ação simbólica, a metodologia de análise desta pesquisa, parte de outra obra do crítico literário.

Em “A Grammar of Motives” (1945), uma das obras mais influentes do autor, Burke descreve as formas básicas do pensamento que podem ser encontradas em todos os lugares através da ‘pêntade dramática’. Esta consiste em cinco elementos-chaves do drama humano, daí pêntade, do grego, penta, que estão necessariamente implicados no processo de definição de situações e que se tornam um recurso analítico interdisciplinar para análise das ações simbólicas.

Os elementos correspondem a perguntas que, quando identificadas, direcionam a interpretação dos elementos do drama humano. Tenha, por outro lado, presente que “drama” vincula-se não tanto a uma situação desafiadora, mas muito mais ao percurso, à caminhada. Para tal, podem ser analisados individualmente ou estabelecer conexões entre si, como meio de interpretação do ato como uma narrativa, composta de instrumentos, situações, pessoas e motivações. Assim, os cinco termos de investigação são ato, cena, agente, agência e propósito.

O *ato* é associado com verbos de ação dramática e responde a pergunta ‘o que?’; o que ocorreu no pensamento ou na ação. A *cena* está associada à definição de ato e responde às perguntas: ‘quando e onde?’, é o fundo de um ato, a situação em que ocorreu. O *agente* responde a pergunta ‘por quem?’, abrangendo a pessoa ou tipo de pessoa que realizou o ato. A *agência* responde a pergunta ‘como?’ para análise dos instrumentos utilizados no ato. E, por fim, o *propósito*, que responde ao ‘por que?’ indica a finalidade, a motivação que levou o agente a realizar o ato (BURKE, 2001).

A pêntade pode ser utilizada em diversas áreas, onde alguns de seus componentes são mais valorizados que os outros. Gusfield (1989) descreve que os sociólogos enfatizam bem mais que os psicólogos, a cena e não os agentes. Burke (2001), refere-se a este tipo de relação entre as partes da pêntade como uma questão de *ratio*, de proporção entre as partes. Para ele, o que é significativo e interessante é a falta de equilíbrio entre as partes, e assim os *rationes* são princípios de determinação.

Neste processo, o que é significativo é o modo como os sistemas de alocação utilizam as formas simbólicas para selecionar e para refletir. A intenção da investigação torna-se determinante, pois estabelecem-se as relações, os *rationes* e as possíveis transformações entre os elementos que compõe a pêntade de Burke. Desta forma o trabalho do autor apresenta um pluralismo, no qual a interpretação das ações simbólicas apresenta, muito mais que um sentido, uma possível interpretação ou estrutura.

Em “A Rhetoric of Motives” (1969), destaca-se a ação do ser humano como retórica. A comunicação está nos gestos, no comportamento humano, na forma que nos vestimos e, assim, a ação é vista como persuasiva e, por isso mesmo, uma retórica. Este processo produz simbolizações que são oferecidas para os outros ou para si mesmo como meio de identificação. A identificação é um termo-chave para a análise da retórica de Kenneth Burke. Neste processo, há a interpretação e conformação de ações simbólicas, como elementos de linguagem, utilizados para o relacionamento com o outro, para as interações sociais.

Esses sistemas simbólicos que compõem a linguagem corporal podem ser interpretados apontando para a compreensão de fenômenos que permeiam o mundo-vivido e construído. Tornam-se um recurso interdisciplinar de análise, para identificação das formas de habitar, no reconhecimento do corpo como instrumento de comunicação, na percepção ambiental, enfim, na construção do próprio indivíduo, sua identidade, relações sociais e culturais. Este processo, se faz sentir corporalmente e é externado ao seu meio, interferindo nas vivências, nas relações com o território vivido e na conformação da dialética entre público e privado na sociedade contemporânea.

3 TERRITÓRIOS VIVIDOS: A DINÂMICA DO PÚBLICO E PRIVADO

Dentre as abordagens do mundo vivido e construído, com a valorização do sujeito, da pluralidade, dos vínculos e pertencimento com o espaço vivido, com o habitar, a cidade que ressaltam a identidade individual e coletiva, surge o questionamento sobre os impactos no território. Segundo Haesbaert (2006), “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (HAESBAERT, 2006. p. 20). Neste tópico, serão identificados os conceitos de território e a maneira como se conformam a partir da relação entre o homem e seu meio.

As alterações de posicionamento da geografia humanística, com foco na vivência, descritos no subitem anterior, causam alterações diretas nas análises sobre o território. Em “O mito da desterritorialização” (2004), o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert trata da amplitude conceitual, afirmando que a definição de território e territorialidade é uma abordagem central na geografia, por referir-se à espacialidade humana. Porém, o conceito é analisado sob a ótica das demais áreas como ciências políticas, economia, antropologia, sociologia, psicologia, entre outros.

Haesbaert (2006) delimita que na geografia quatro vertentes básicas: a *política*, pela qual o território é visto como espaço controlado e relacionado ao poder político do Estado; a vertente *econômica*, na qual o território é tido como fonte de recursos e incorporado a debates sobre capital-trabalho; a vertente *natural*, cuja noção de território baseia-se nas relações entre sociedade e natureza, com referência ao comportamento ‘natural’ do homem e seu meio físico; e, por fim, na vertente *cultural* ou simbólico cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, e assim, o território é abordado como “[...] produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2006. p.40).

O território, nesta pesquisa, será compreendido na vertente simbólico cultural, com foco na vivência dos indivíduos, cujos territórios apresentam-se como agentes, grupos envolvidos em dinâmicas de pequena escala.

3.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Como identificado no item anterior, o estudo do espaço vivido teve início com base na escola francesa de geografia, na busca da compreensão da dimensão vivida. Esta influencia diretamente na relação com o território e na concepção de territorialidades. Para fundamentação da relação território e identidade, recorre-se a três geógrafos franceses, Paul Claval, Guy Di Méo e Joel Bonnemaïson.

O geógrafo Joel Bonnemaïson destaca-se na discussão sobre a geografia humana, como uma geografia das representações (da realidade), com foco na cultura, nas civilizações, símbolos geográficos e a memória. Estas representações acontecem em um espaço que, pelo autor, é múltiplo. Em “Espace géographique et identité culturelle en Vanuatu (exNouvelles-Hébrides)” de 1980, descreve o arquipélago de Vanuatu, e como o acesso à independência proporcionou impactos profundos nos povos locais e na identidade cultural (BONNEMAISON, 1980).

O pesquisador aponta para as tipologias culturais existentes nas ilhas, que respondem a vivência em cada espaço geográfico. Os hábitos, tradições e comportamentos de cada povoamento é em resposta a vivência espacial. Descreve o conceito de ‘espaço vivido’ e estende essas relações com a terra, a definição de território. O vínculo com o espaço é identificado como a ideologia do território, e assim, a lei da terra que fixa a cultura e os seres humanos a um ‘território mágico’, tem repercussões sociais importantes (BONNEMAISON, 1980. p.183).

Bonnemaïson (1980) destaca que a cultura aparece fundamentada sob o enraizamento do território. O contato dos nativos com o homem branco desarticulou a sociedade tradicional existente, pois o espaço vivido pelos nativos correspondia a um espaço social seccionado, restrito ao seu território e aos vizinhos imediatos. O trabalho de Bonnemaïson aponta a relação entre território, territorialidades e identidade, discutido, posteriormente na obra de Paul Claval.

O geógrafo Paul Claval em “O território na transição da pós-modernidade”, com publicação original em 1996, descreve que a dimensão simbólica do território “[...] torna-se um dos temas essenciais da geografia, no momento em que se desenvolvem as pesquisas sobre o espaço vivido nos anos de setenta e oitenta” (CLAVAL, 2013a, p.125). Para Claval, (2013a) o território resulta da apropriação coletiva espacial por um grupo. A geografia se inclina sobre o sentimento de enraizamento, sobre os laços

afetivos que são estabelecidos com o território. Este processo causa mudanças profundas na abordagem geográfica, ao considerar a dimensão territorial, em substituição ao espaço. Essa alteração evidencia a ação do homem, nos lugares que se inscrevem as existências humanas.

Assim, destaca-se que a relação que os grupos mantêm com seu meio, também é de ordem simbólica e não apenas material e essa relação torna os grupos reflexivos. “Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, ajuda-os a tomar consciência daquilo que eles partilham” (CLAVAL, 2013a. p.127).

A busca pela compreensão da identidade como característica das sociedades contemporâneas, se aprofunda nos anos 1970, com as ciências sociais. A construção das identidades assume uma dimensão geográfica, e a construção territorial passa a ser entendida como parte das estratégias identitárias. Neste contexto, a identidade “[...] aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: ‘quem sou eu?’” (CLAVAL, 2013a. p.131).

A narrativa da construção identitária individual e de um grupo reconstrói características da experiência humana com o tempo, o espaço, a cultura e as crenças, tornando as relações territoriais e identitárias indissociáveis. No espaço urbano, a identidade é reafirmada, amparada pelas formas simbólicas de identificação. (CLAVAL, 2013a).

Claval analisa que as transformações contemporâneas dos sentimentos de identidade repercutem sobre a territorialidade, pois “[...] leva a uma reafirmação apoiada nas formas simbólicas de identificação” (CLAVAL, 2013a, p.137) e conclui que a maior parte das estruturas conhecidas, na vida coletiva, traduz-se por meio da territorialidade. Portanto, a análise da territorialidade torna-se indispensável à identificação das identidades coletivas.

Já o geógrafo culturalista francês Guy Di Méo (2004), aborda a relação entre território e identidade ao descrever a interação entre o sujeito humano e o território como um ‘continuum’, numa perspectiva dialética entre as dimensões identitárias dos espaços e as representações sociais; e a utilização dos signos, dentre eles, os gestos e hábitos para reconhecimento de um grupo.

Para Di Méo, a identidade é nutrida pela relação com o espaço vivido pelo sujeito e contribui para conferir uma dimensão específica a esta relação; processo que

pode ser sintetizado como uma forma cultural de interações sociais e espaciais. Assim, a identidade reflete o estatuto pessoal do sujeito que se identifica, e essa incorporação pessoal está relacionada com as vivências, experiências íntimas, espaciais e pessoais (DI MÉO, 2004). O reconhecimento desse território é oriundo das relações que as sociedades nutrem com seus espaços vitais, em uma perspectiva dialética. As representações identitárias, mentais e sociais são produtoras de lugares e de territórios, e assim o corpo inserido neste meio modifica e é modificado pelo território, pois 'a identificação da pessoa é situacional'. Nesta relação, o território emerge do imaginário e da vivência humana.

3.2 O TERRITÓRIO SIMBÓLICO

Para análise do território simbólico, previamente, se faz necessário identificar o conceito de símbolo e para tal, recorre-se a Charles Peirce (1834-1914), fundador da ciência dos signos, a semiótica. No livro "Semiótica", apresenta a tríade com tipos de signos indispensáveis ao raciocínio:

[...] o primeiro é o signo diagramático ou *ícone*, que ostenta uma semelhança ou analogia com o sujeito do discurso; o segundo é o *índice* que, tal como pronome demonstrativo ou relativo, atrai a atenção para o objeto particular que estamos visando sem descrevê-lo, o terceiro o *símbolo* é o nome geral de descrição que significa seu objeto por meio de uma associação de ideias ou conexão habitual entre o nome e o caráter significativo (PEIRCE, 2005, p.10).

O símbolo são signos complexos pois não apresentam semelhança ou contiguidade com o a coisa representada. Sua compreensão necessita da apreensão do que significa, através da interpretação do seu significado de usos, da aplicação, do contexto e da temporalidade. Essa transformação e interpretação dos símbolos a partir dos usos e hábitos é abordado por Clifford Geertz (2008) que conceitua o símbolo, como "[...] qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção – a concepção é o "significado" do símbolo" (GEERTZ, 2008. p.67-68). Assim o símbolo torna-se um meio de significação e identidade que representam valores culturais de uma sociedade, que pode ser continuamente construído, ressignificado, transformado a partir do tempo, das vivências, identificando os indivíduos e sua cultura.

O símbolo torna-se uma identificação, um vínculo entre significante e o significado. O homem constrói significações a partir da vivência, e essas são transmitidas, materializadas pelos símbolos. A cultura denota:

[...] um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 2008, p.66).

Neste contexto, busca-se a identificação das abordagens do território e da territorialidade na vertente simbólica da geográfica cultural integradora de Rogério Haesbaert, que analisa a relação entre território, territorialidade e identidade em um contexto interdisciplinar. A partir da obra de autores como Deleuze, Guattari, Gramsci e Bourdieu, Haesbaert amplia o conceito de territórios aos múltiplos territórios e os identifica em diferentes escalas. Seu conceito é utilizado como recorte na pesquisa à análise da relação das domesticidades urbanas.

Haesbaert e Bruce (2002) que abordam os três processos territoriais – territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) – como potencial de exploração no campo da geografia a partir da filosofia de Deleuze e Guattari. Os conceitos de ‘rizoma’ e ‘multiplicidade’ são analisados como possibilidade de entendimento territorial não hierarquizado, múltiplo e de relações binárias. O território é um agenciamento de relações espaciais-sociais, “no cotidiano, a dinâmica mais comum é passarmos de um território para outro. É uma des-reterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado” (HAESBAERT & BRUCE, 2002. p.12).

Este conceito é desenvolvido posteriormente por Haesbaert, em “Dos Múltiplos territórios à multiterritorialização” (2004), extrapolando a ‘des-reterritorialização cotidiana’, descrevendo os territórios plurais que resultam da relação entre espaço-tempo-vivido. Para este estudioso, o território é um “[...] continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004. p.2). Recorre-se a esta obra para a fundamentação do território simbólico, através dos processos de apropriação que serão analisados na pesquisa.

Haesbaert (2004) inicia relatando que, para analisar a multiterritorialidades, faz-se necessário esclarecer os conceitos de territórios e territorialidades. A origem de

território parte de uma dupla conotação: material e simbólica. O geógrafo aplica os conceitos de Lefebvre (1974) de 'apropriação e dominação' aos estudos territoriais e assim, considera que o território e o processo de territorialização devem ser analisados na multiplicidade de suas manifestações, dentre elas, a multiplicidade de poderes incorporados pelos agentes e sujeitos envolvidos no processo. Assim, o território agrega as representações funcionais (da dominação) e culturais-simbólicas (apropriações), dos indivíduos.

O processo de territorialização apresenta como objetivo esta dualidade: funcional (como abrigo físico) e de identificação e/ou simbolização de grupos (pelas referências espaciais que são absorvidas). Porém, essas representações não são unilaterais e sim plurais, rompendo qualquer limite ou paradigma pré-estabelecido e propiciando diversas relações sociais. Esta dualidade rompe a lógica unifuncional do território pois “[...] enquanto ‘espaço-tempo vivido’ o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’” (HAESBAERT, 2004, p.2). Assim, todos os espaços ocupados por diversas representações sobre o território legitimam a jurisdição dos habitantes que nele residem, configurando relações sociais entre as diversas percepções de domínio.

O território e a territorialidade, neste contexto, são trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, incorporando os sujeitos e agentes envolvidos. Devem ser distintos pelos sujeitos que os constroem, sejam eles individuais, grupos sociais, institucionalizados ou privados, “portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2004, p.3).

Haesbaert destaca dois tipos ideais ou referências externas que podemos investigar no território: uma funcional e outra simbólica. O *território funcional*, aborda os processos de dominação, os princípios da exclusividade e a unifuncionalidade, e o território como recurso e valor de troca. Já o *território simbólico* remete aos processos de apropriação, aos princípios da multiplicidade e, assim, ao território como símbolo e valor simbólico, como abrigo, lar e segurança afetiva (HAESBAERT, 2004). Porém, essa dualidade não é rígida, o território funcional apresenta alguma carga simbólica e o território simbólico também carrega um caráter funcional.

Para tal análise, Haesbaert (2004) fundamenta que é necessário perceber a historicidade do território, variação conforme contexto e espaço geográfico. No

contexto atual de acesso a informação e mobilidade, a multiplicidade de representações (culturais, sociais, políticos) faz com que vivenciemos a multiplicidade de territórios, onde o ‘território plural’ constitui a justaposição de vários territórios. Assim, o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos “[...] toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma ‘multiterritorialidade’” (HAESBAERT, 2004. p.11).

A multiterritorialidade resulta da sobreposição de territórios, que são articulados, encaixados, sobrepostos, em diferentes dimensões e escalas (individuais coletivas, instituições, Estado ou empresarial). Além disso, relaciona-se a três elementos básicos: os territórios-zona, que partem dos territórios tradicionais e da lógica zonal; territórios redes, definidos pela lógica reticular, dos aspectos econômicos e os aglomerados de exclusão que compreendem os grupos segregados e de instabilidade territorial. Estes conceitos, contudo, não serão abarcados nesta pesquisa.

Em “O território em tempos de globalização” Haesbaert & Limonad (2007, p.45) retomam a noção de território e as suas abordagens, cujas principais características serão distinguidas em um quadro comparativo. Na dimensão cultural são identificados os seguintes aspectos:

- a) Concepções correlatas: abordam lugar e cotidiano, identidade e alteridade social, cultura e imaginário (conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo);
- b) Concepção de território: produto fundamentalmente de apropriação do espaço, feita através do imaginário e/ou da identidade social;
- c) Na territorialização:
 - Principais atores/agentes: Indivíduos, grupos étnicos-culturais,
 - Principais vetores: Relação de identificação cultural.
- d) Na perspectiva da Geografia: Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural;
- e) Exemplos de trabalhos próximos a esta vertente: Deleuze e Guatarri e Tuan.

Portanto, a revisão da obra de Rogério Haesbaert fundamenta o conceito de território simbólico na dimensão cultural em que serão identificadas as domesticidades urbanas. Elementos como lugar, contexto, cotidiano, identidade, imaginário

permearão toda a análise realizada, a posteriori, na dissertação. Porém, anteriormente se faz necessário a identificação das relações entre público e privado, como dialética ao debate dos gestos domésticos no espaço urbano.

3.3 PÚBLICO E/OU PRIVADO: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

Para fundamentação conceitual do objeto de pesquisa, faz-se necessário analisar, de forma interdisciplinar, conceitos de público e privado. Para tal, recorreremos a autores de áreas diversas que debatem o tema e buscam identificar como essas definições interferem nas relações diárias do homem com seu meio. De acordo com a psicóloga social Sandra Jovchelovitch (2000), a relação entre o público e privado é uma relação de natureza dialética, pela qual as duas instâncias constituem domínios distintos e assumiram sentidos diferenciados em momentos históricos diversos. A relação entre o que é ‘comum’ e ‘particular’ é influenciada diretamente pela sociedade e pelo lugar onde são alocados. Assim, os conceitos de público e privado sempre foram definidos um em relação ao outro.

Essa dialética pode ser exemplificada pela definição utilizada pelos dicionários da língua portuguesa, como o Michaelis (2016) que define público como: o que pertence a todas as pessoas; que pode ser feito diante de todos; do conhecimento de todos; diz-se de lugar onde qualquer um pode vê-lo ou ouvi-lo; universalmente conhecido. Já *privado* refere-se ao que não é público ou que não tem caráter público; que pertence a um indivíduo particular; que é secreto e confidencial; que é pessoal (MICHAELIS, 2016). As definições apontam a oposição conceitual, mas também a complementaridade, onde o limite de um termo inicia a atuação do outro.

Entretanto, para embasamento conceitual é necessário ir um pouco mais além. Elizabeth Frazer (1995) reconhece que o conceito de privado, ainda que seja bastante importante, não é antigo e nem universal; ou pelo menos, não é compreendido da mesma forma em todos os lugares, tampouco a extensão de sua abrangência é a mesma em diferentes sociedades. As ideias mais importantes de público-privado surgem com a necessidade de se estabelecerem os limites da esfera do poder social. Os limites ou as fronteiras destes campos são fluidos; por exemplo, as relações econômicas são privadas, mas as suas regulações são públicas. No geral, toma-se a

família e a pessoa individual – e seu âmbito – como sendo o ponto alto do que seria privado.

O sociólogo e historiador norte-americano, Richard Sennett, em “O declínio do Homem Público” de 1988, relata que a compreensão da história das palavras ‘público’ e ‘privado’ é uma chave para se entender as transformações na cultura ocidental. As primeiras ocorrências, em inglês, da palavra ‘público’ por volta de 1470, identificavam-no como “o bem comum da sociedade”. Setenta anos mais tarde, foi acrescentado um novo significado ao sentido de público como sendo “aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral”. Porém, apenas no século XVII a oposição entre público e privado foi matizada de modo semelhante ao uso atual, “Público significa aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto ‘privado’ significava uma região protegida pela vida, definida pela família e pelos amigos” (SENNETT, 2014. p. 33).

Na sociedade burguesa do século XVIII, o público remetia “[...] a vida passada fora da vida familiar e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente” (SENNETT, 2014. p. 35). Essas mudanças de conceitos e aplicações relacionam-se ao comportamento e modos de crença da sociedade da época. O autor conclui que, juntos, o público e o privado “criavam aquilo que hoje chamaríamos de ‘universo’ de relações sociais” (SENNETT, 2014. p. 37).

Anteriormente à publicação de Sennett, em 1983, a filósofa política Hannah Arendt, em “A condição humana”, analisa a configuração da esfera pública grega e disserta que o termo *público* remete a dois fenômenos: o primeiro sobre a partilha da realidade, onde o privado torna-se público, desta forma *pública* é tudo o que vem a público, com exposição coletiva e com a maior divulgação possível”. Para a autora “[...] A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDR, 2008, p. 60). No segundo fenômeno, o termo público é o próprio mundo, comum a todos e, ao mesmo tempo, difere-se do lugar que cada um ocupa dentro dele; assim separa e estabelece a relação entre os homens. Já o termo *privado*, era o oposto da vida pública, refere-se à privação da realidade, ser destituído de elementos essenciais à vida. O homem privado não se relaciona e, assim, não existe. Para a autora, esses conceitos são diluídos na esfera social que não era privada nem pública, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna (ARENDR, 2008).

A partir dos conceitos de Arendt, Jovchelovitch (2000) realiza a análise dos conceitos aplicados à realidade brasileira e disserta que a vida pública não é uma estrutura externa que influencia a vida privada, mas constitui um dos seus elementos. Desta forma, há uma relação profunda entre as duas esferas e as fronteiras sutis que as definem fazem-nos refletir sobre os espaços privados e públicos, acima de tudo, refletir sobre a natureza das relações. Para a autora, se por um lado existiu e ainda existe uma variação nos modos de vida que são caracterizados como público e privado, por outro, “[...] não há registro de qualquer sociedade humana onde o significado da vida pública não se tenha constituído pelo significado da esfera privada e vice-versa” (JOVCHELOVITCH, 2000. p.45).

Já o arquiteto Holandês Herman Hertzberger (1999) apresenta uma abordagem espacial para os conceitos, no qual público e privado podem ser interpretados como ‘coletivo’ e ‘individual’. Para o autor, pública é “[...] uma área acessível e a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente”. Já o conceito de espaços privados “é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem responsabilidade de mantê-la” (HERTZBERGER, 1999.p.12).

O autor aponta que essa oposição extrema, resultou em um falso clichê, pois vem da polarização contemporânea entre a ‘coletividade exagerada’, num polo, e a ‘individualidade exagerada’ em outro. Na realidade, ambos podem ser vistos e compreendidos em termos relativos como qualidades espaciais, que referem-se “[...] ao acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas” (HERTZBERGER, 1999.p.13).

Os conceitos não são rígidos e os espaços podem ser classificados como público, privado, semipúblico, mais ou menos privado, ao abarcar estratégias de envolvimento do homem com seu meio como: grau de acesso, perfil do usuário, responsabilidade, etc. O autor aponta para um maior envolvimento com o espaço vivido, que propicia uma consciência ambiental e assim afinidade emocional com o espaço a sua volta. Esse processo interfere nas demarcações e zoneamentos territoriais (HERTZBERGER, 1999).

Assim, a dialética público e privado deve ser identificada a partir da compreensão de diversos fatores como temporalidade, contexto, intenção, agentes envolvidos e finalidades, pois impactam diretamente da relação do indivíduo com o

seu meio. Este fenômeno se faz sentir corporalmente, interferindo no comportamento dos indivíduos em sociedade e nos vínculos com o território vivido.

A vida pública como um elemento da vida privada, analisado por Jovchelovitch (2000), aponta para o fenômeno identificado nesta dissertação. Pois a partir do entendimento dessa complementaridade, das barreiras sutis que limitam e integram as duas esferas, que conforma-se a domesticidade da cidade. Esta é identificada pelo vínculo de pertencimento descrito na obra de Bachelard (1978), e externalizado, por ações sutis no espaço público, como identificado por Rybczynski (2002).

3.4 DA CASA PARA O BAIRRO: A CONFORMAÇÃO DA DOMESTICIDADE

Historicamente, o homem apropria-se do que lhe é exterior, de maneira efetiva, imprimindo sua identidade em escalas: primeiro o corpo, posteriormente a casa e, depois, a cidade. A casa remete-nos de maneira intuitiva ao privado, ao que é nosso, ao individual, ao íntimo. É a expressão direta de valores, imagens, percepções e de estilos de vida em mudança (RAPOPORT, 1977). Tende a ser a fundamentação das identidades, respondendo as demandas e tornando-se a materialização dos pertencimentos. O bairro é o local do público, do conhecido e do desvelar. O limite entre o espaço privado da casa e o espaço público da cidade.

Na década de 1950, o filósofo e poeta francês Gaston Bachelard em “A poética do espaço” (1957) utiliza a análise fenomenológica para abordar a relação do corpo com o espaço privado das casas. Afirma Bachelard (1978) que é no espaço privado da casa que nossa identidade, lembranças e histórias são materializadas, pois o espaço privado é tão potente como representação corporal, que as referências da casa natal estão fisicamente inscritas nos indivíduos, como um grupo de ‘hábitos orgânicos’ (BACHELARD, 1978). Para Bachelard somos “[...] o diagrama das funções de habitar aquela casa e todas as outras não são mais que variações de um tema fundamental. A palavra hábito é uma palavra usada demais para explicar essa ligação apaixonada de nosso corpo que não esquece a casa inolvidável” (BACHELARD, 1978, p. 207).

Envolvemo-nos não só fisicamente, mas emocionalmente com o espaço construído, que é ‘re-imaginado’ constantemente, registrado por nossas memórias como narrativas das nossas histórias. A vivência do espaço privado e sua

representação são tão potentes que se tornam uma extensão corporal dos usuários, e assim, o espaço habitado transcende a caixa inerte da casa, o espaço geométrico. Enfim, para o autor o espaço privado da casa é interiorizado e “[...] a casa, mais ainda que a paisagem, é ‘um estado de alma’” (BACHELARD, 1978. p. 244).

O habitar transpira as características do ser humano ocupante, refletindo sua identidade, cultura, pensar, imaginação e temporalidade. Porém, o conceito de domesticidade não surge imediatamente com o habitar. É uma característica construída historicamente, influenciada por questões sociais, econômicas e políticas. Gradativamente, o espaço de morar adaptou-se às necessidades dos usuários, transformando-o em um local apenas das relações familiares, que produz sentimentos e significados, apresentando uma relação simbólica com o usuário, sendo reflexo da essência do mesmo.

A transcendência do espaço privado da casa, interiorizado pelo indivíduo, analisado por Bachelard (1978), pode ser analisado como um dos fatores para o desenvolvimento da domesticidade e posteriormente sua extensão ao espaço público. Este processo foi descrito no livro “Casa, a pequena história de uma ideia”, do arquiteto e professor Witold Rybczynski com original em 1986, no qual o autor afirma que a casa, principalmente a partir do século XVII nos Países Baixos, passou a ter privacidade e, assim, desenvolveu-se o sentimento de domesticidade nos usuários (RYBCZYNSKI, 2002).

Este processo aconteceu devido ao rompimento do caráter público da casa medieval e enveredando para o caráter privado da casa do século XVII que se torna, efetivamente, um lar. A moradia típica de um burguês do século XIV era um espaço múltiplo, utilizado para morar e trabalhar, como reflexo do adensamento das cidades. A privacidade e intimidade eram desconhecidas, e a casa era o reflexo do meio em que estava inserida: das pessoas e da cidade.

Já no século XVII, o vínculo com o lugar e os gestos no espaço público foi modificado influenciando com isso a vivência do espaço público e privado. Segundo Rybczynski (2002), a burguesia holandesa vivia com muita simplicidade e discrição em vários parâmetros, e esta simplicidade era materializada na arquitetura da residência, nos gestos e hábitos ali estabelecidos. As casas eram pequenas e abrigavam não mais do que quatro ou cinco pessoas; a prosperidade local permitia que todos tivessem sua própria residência, ainda que pequena.

Neste contexto, a casa não era mais um local de trabalho e produção nem abrigava mais tantos criados. A presença de pessoas que não pertencessem ao núcleo familiar no espaço residencial foi reduzida, pois a sociedade holandesa desaprovava a contratação e cobrava impostos especiais para quem empregasse auxiliares domésticos. Assim, passou a haver a valorização da independência do indivíduo, resultando em uma vida caseira cada vez mais privada.

Os holandeses adoravam suas casas, neste contexto desenvolve-se o conceito da palavra 'home' (lar) que reuniu o significado de casa e família, moradia e abrigo, afeição e prosperidade. "Home' significava a casa, mas também tudo que estivesse dentro dela, assim como as pessoas e a sensação de satisfação e contentamento que emanava de tudo isso. Podia se sair de casa, mas sempre se retornava ao lar. (RYBCZYNSKI, 2002. p.73).

O papel da mulher na família e na atuação no espaço da casa destaca-se, pois era a responsável pelos trabalhos domésticos e pela criação dos filhos. Assim, desenvolveu-se uma ordem de valorização: primeiro os filhos, segundo a casa e, depois, o seu jardim. A domesticidade tornou-se "[...] conjunto de emoções sentidas, e não um único atributo. Ela está relacionada à família, à intimidade, à devoção ao lar, assim como uma sensação de casa incorporadora – e não somente abrigo – destes sentimentos" (RYBCZYNSKI, 2002. p.85). Os jardins holandeses tornam-se o artifício que cria um vínculo com a cidade, como uma continuidade coletiva de hábitos privados para o espaço público. O habitar e, conseqüentemente, a domesticidade passam a estender-se ao espaço público, ao bairro, à cidade.

Já na contemporaneidade ocidental, Barros e Couto (2012) descrevem que os indivíduos relacionam-se com suas casas construindo diferentes hábitos de morar como reflexo dessa vivência. A casa torna-se palco para diferentes manifestações da vida humana em sua diversidade social, cultural e econômica, assumindo uma dimensão simbólica nos indivíduos, "[...] como resultado de um sentimento de pertencimento do indivíduo com seu lugar de moradia" (BARROS & COUTO, 2012. p.97).

As autoras apontam que a casa ultrapassa a estrutura física que combina piso, paredes e teto, torna-se uma extensão da vida que nela habita. As histórias vividas e os hábitos cotidianos tornam a arquitetura da casa repleta de significados. Neste espaço, há a manifestação do público e privado, "[...] pois há os espaços de maior

publicidade (sala de estar, por exemplo) e aqueles de intimidade (banheiro, por exemplo)” (BARROS & COUTO, 2012. p.98).

Neste espaço em que se vive individualmente ou coletivamente, criam-se hábitos próprios de cada ambiente como “[...] dormir nos quartos, tomar banho nos banheiros, fazer as refeições na cozinha, e fazer reunião familiar e receber visitas na sala” (BARROS & COUTO, 2012. p.99). Porém, a forma de viver altera-se na vida contemporânea, os hábitos próprios de cada espaço sofreram mudanças, por exemplos, as refeições, que hoje são realizadas também em restaurantes e shoppings; academia como lugar para o banho, etc. (BARROS & COUTO, 2012).

Sobre o assunto, Roberto Da Matta em “A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil” (1997), aborda a oposição e complementaridade entre a casa e a rua. A casa torna-se uma manifestação dos moradores, da individualidade, enquanto a rua representa a coletividade. Nesta dialética, o autor aponta os códigos de conduta social. Cada espaço tem seu código de conduta, excludentes entre si, então, não se poderia agir na rua com o código da casa e vice-versa.

O código da casa (fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio) e o código da rua (baseado em leis universais, numa burocracia antiga e profundamente ancorada entre nós, e num formalismo jurídico-legal que chega às raias do absurdo (DA MATTA, 1997, p.24).

O autor contesta a alteração do comportamento privado nos espaços públicos, dizendo que não se pode misturar o espaço da rua com o da casa, sem criar alguma forma confusão ou até mesmo de conflito, pois a vivência doméstica é feita muito cedo, exemplifica que “[...] devo comer na sala de jantar, posso comer na varanda no caso de uma festa, mas não posso mudar de roupa na sala de visitas” (DA MATTA, 1997. p.50), configurando uma ‘gramática’ de espaços, ações e reações. Esta gramática é alterada pelo contexto, condições de vidas e hábitos de cada família.

As gramáticas interferem diretamente no comportamento social, pois os hábitos, modo de vestir e de falar são alterados de acordo com a vivência na rua ou na casa. Para ele, a oposição entre a casa e a rua tem aspectos complexos, não é estática nem absoluta, mas dinâmica e relativa, pois, “[...] na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua "casa", ou seu ‘ponto’” (DA MATTA, 1997.p.55). Esta dinâmica depende também das relações estabelecidas, pois se estamos no centro da

cidade, nossa casa pode ser o bairro, com todas as suas ruas e jardins (DA MATTA, 1997). Enfim, na relação entre público e privado há oposições que se rompem e se misturam, sobrepõem-se pelas apropriações dos usuários.

O bairro, como fragmento da cidade, remete-nos à coletividade. Michel de Certeau, et al (2009), fazem a análise do cotidiano e do comportamento no espaço social e destacam que o bairro é a porção do espaço público em que, gradativamente, insinua-se o espaço privado particularizado, pelo seu habitar no cotidiano. Assim, “o bairro constituiria [...] o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência” (CERTEAU, et al, 2009. p.41).

Pelo uso temporal, que é incorporado ao cotidiano dos usuários, o bairro torna-se uma interseção entre a continuidade do espaço privado da casa e o espaço público da cidade. Esses processos geram apropriações do espaço e o bairro “[...] poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo” (CERTEAU, et al, 2009. p.42). O limite entre público e privado no bairro constitui uma ‘separação que une’, sempre interdependentes, conformando um espaço híbrido, em que o habitante relaciona-se com o outro. Esta comunicação, iniciada com o ato de sair de casa e andar pela rua, torna-se um ato cultural, no qual inscreve o corpo que vivencia, em uma rede de sinais sociais. Este processo torna o espaço urbano um local de reconhecimento de si e dos outros (CERTEAU, et al, 2009).

O bairro como o limiar, espaço de uma relação dialética em que são impressas ações privadas e públicas, materializa-se em ações simbólicas que traduzem as sensações da domesticidade do indivíduo ocupante. Esse processo resulta em uma territorialização que o conforma como um território simbólico, que traduz características do cotidiano, da identidade, da cultura e do imaginário dos indivíduos que o vivenciam.

3.5 A CIDADE EM CONSTRUÇÃO

A cidade é a plataforma para os desdobramentos da dialética público e privado. E esta temática está longe de ser plenamente compreendida. O historiador Lewis Mumford que a estudou – especialmente as suas configurações no mundo Ocidental

– por mais de cinquenta anos, no início de seu clássico “A cidade na história”, sintetiza: “[...] este livro se inicia com a cidade sendo compreendida simbolicamente como um mundo, e termina com um mundo, que em muitos aspectos, se tornou uma cidade” (MUMFORD, 1961, p. XII). Por outro lado, quantas vezes não percebemos que ela é habitada de um jeito para o qual não foi planejada? Praças que ficam sempre vazias, embora tenham sido pensadas para serem invadidas por multidões; ou ruas, como a 25 de março em São Paulo, projetada para ser uma simples passagem e que se tornou o destino de multidões. Além do mais, costuma-se compreender a cidade como um lugar de convivência humana pacífica e harmoniosa, o que nem sempre acontece.

Por que e como surge a cidade é algo ainda muito discutido. Ainda que tenha brotado da aldeia, ela já se configura, admite Leonardo Benevolo (2012), de modo muito diverso. “Ela necessita que o campo produza mais do que necessita para que os cidadãos possam viver na cidade fazendo coisas que não são próprias dos camponeses. Mas como aconteceu inicialmente, isto é ainda um mistério” (BENEVOLO, 2012, p. 23).

A arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik (1995), em “O que é cidade”, inicia o livro descrevendo a cidade como uma obra coletiva, que surge do processo de sedentarização e, delimita assim, uma nova relação entre o homem e a natureza. É, portanto, o centro de expressão do domínio sobre o território, plataforma à produção de mitos e símbolos. A cidade contemporânea caracteriza-se pela velocidade de circulação de mercadorias, pessoas, capital, “[...] rompendo barreiras, subjugando territórios” (ROLNIK, 1995. p.9). O espaço urbano deixou de restringir-se a densidade de edificações para ampliar-se a predominância da cidade sobre o campo. Este movimento, “[...] tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo” (ROLNIK, 1995. p.12).

Na consolidação das cidades brasileiras, Cerqueira (2013) relata que o meio rural começa a perder espaço no século XVIII em detrimento do espaço urbano da aristocracia cidadina. Gradualmente, este ganha novas estruturas e diversidades, como passeios públicos e jardins botânicos. “As praças e ruas da cidade passaram a viver um movimento derivado principalmente do comércio” (CERQUEIRA, 2013, p.30), contrapondo ao crescimento do espaço público colonial – onde aconteciam as interações sociais, o “ver e ser visto” – a vida familiar foi resguardada no interior das residências. A cidade consolida-se e transforma-se ao longo do tempo, criando, constantemente, novos modos de vida e hábitos em seus moradores. Assim, essas

múltiplas temporalidades materializam-se no espaço urbano e afetam diretamente os cidadãos, suas referências, percepção ambiental e vivências. Esses fatores são discutidos pelo historiador Bernard Lepetit (2001).

Para o autor, vivemos em uma 'pluralidade de tempos descompassados' que permeiam a vivência espacial e geram mudanças a cada instante. A sobreposição de tempos dos indivíduos e da cidade, interferem diretamente na sobreposição de ações e vivências na cidade. As referências da memória de 'como fazíamos' e as heranças de ações devem ser consideradas como interferências diretas nas ações de hoje, pois somos resultado de um acúmulo de referências e nossas ações diárias são a simbolização deste processo (LEPETIT, 2001).

Lepetit (2001) descreve ainda que tanto os espaços privados como nossas casas, os espaços onde trabalhamos, os edifícios, as ruas, a forma como habitamos, vivemos, divertimos e os espaços públicos provêm, em sua maior parte, do passado ou de suas referências, resultando em 'ritmos diferentes'. Essas referências temporais interferem no homem e no espaço construído e, assim, a cidade torna-se o resultado da pluralidade temporal-espacial. Para ele "a cidade não é um palimpsesto. A observação empírica desmente as relações excessivamente simples que, num primeiro momento, acreditava-se possível de estabelecer entre a sociedade urbana e seu território" (LEPETIT 2001. p.140).

As relações entre o ser humano e seu meio são complexas, se sobrepõem, se acumulam, são 'pluri-temporais', apresentam trocas e experimentações frequentes, proporcionam representações corporais que ultrapassam o limite de um único território. As relações de públicas e privadas geram camadas de significados que interferem diretamente nas identidades, na cultura e vivência do homem em seu meio. Essa dialética tende a ser mais intensa em espaços híbridos, como o bairro.

Ao olhar a cidade, encontramos inúmeros desafios para estudos que possam compreendê-la em sua totalidade. E, dentre as suas dimensões, é possível vislumbrar as relações nem sempre harmoniosas entre os aspectos públicos e os privados. Estes causam interferências diretas na sociedade, estilos de vidas e hábitos dos moradores.

3.6 A CIDADE E SEUS MORADORES

Para fechamento desta revisão, faz-se necessário entender os impactos e interferências na sociedade, nos corpos que simbolizam a relação com o meio, nas pessoas que são influenciadas pela dialética público e privado, em quem conforma a domesticidade e os pertencimentos, os cidadãos. São apontados nesta revisão três características marcantes deste processo da vivência dos cidadãos: o regresso ao espaço doméstico e a consagração do individualismo; a privatização do espaço público e, por fim, o retorno a cidade.

O sociólogo Walter Rodrigues (1992) analisa as consequências da dialética público e privado nos usos e na relação com a cidade. Descreve que a revolução industrial e o processo de urbanização, intensificados no período pós-guerra, desencadearam fatores preponderantes para a alteração de hábitos públicos e privados. Alguns deles foram: as aglomerações urbanas oriundas do crescimento da cidade, o aumento da violência, alterações culturais, o consumismo exagerado e novas tecnologias, fazendo com que houvesse uma inversão de ações que antes eram realizadas na cidade (em público), coletivamente, e hoje são realizados no espaço doméstico. Este fenômeno é chamado pelo autor de regresso ao espaço doméstico, “[...] com o esbatimento entre o espaço público e o espaço privado” (RODRIGUES, 1992. p.94). O autor descreve ainda que na sociedade contemporânea há o “[...] decréscimo do bairro e das relações de vizinhança como contextos fortes da socialização e lugares privilegiados da sociabilidade” (RODRIGUES, 1992. p.94).

Sobre a redução do uso do espaço público, Cerqueira (2013), em sua dissertação, relata que os cidadãos contemporâneos (nas cidades brasileiras) deparam com o espaço público em diferentes níveis de utilização, finalidade ou motivação. “[...] os parquinhos para as crianças, os bancos e quiosques das conversas, e até os aparelhos de ginástica para idosos. Cenas que vem rareando progressivamente” (CERQUEIRA, 2013, p.10). Neste panorama, convive-se menos na cidade e com outras pessoas, em função dos fatores retratados por Rodrigues (2012).

No último capítulo de sua pesquisa, a autora levanta questionamentos como: “por que os espaços públicos de hoje são diferentes dos espaços públicos de vinte anos atrás?”; “por que esses espaços são utilizados de formas tão diferentes?”; e,

“ainda são utilizados?” (CERQUEIRA, 2013, p.82). Para responder essas questões, foram analisados fatores como a incorporação da tecnologia, as influências da globalização, o consumo para entendimento do esbatimento do espaço público. A mercantilização muda a dinâmica de ocupação e vivência dos espaços públicos, aumentando a sua negação, que acarreta na sensação de insegurança em detrimento do esvaziamento destas áreas. Assim, esses fatores característicos da sociedade contemporânea, interferem nas relações com o espaço e nas relações entre as pessoas que intensificam a ‘supervalorização da existência privada’, descrita por Serpa (2011).

Já Da Matta (1997) descreve o isolamento característico da sociedade brasileira, no espaço da casa, já que a rua representa o perigo, a ressalva, com seus códigos de conduta que deixam os indivíduos vulneráveis. Na rua devem viver os marginais, local de individualização, de malandragem, onde cada um zela por si, onde se admitem as contradições próprias desse espaço. Na casa, essas mesmas contradições devem ser banidas, já que ali está demarcado o espaço calmo.

Todas essas alterações comportamentais afetam diretamente os moradores, causam mudança nos hábitos, nos gestos, no cotidiano dos cidadãos. Para identificar os impactos na sociedade e nos indivíduos, recorre-se ao sociólogo britânico Anthony Giddens. Em “As consequências da modernidade” (1991), faz uma análise epistemológica da modernidade, com conceitos, definições, descontinuidades e como essas transformações impactam nos indivíduos e as relações sociais. O autor questiona se estaríamos vivenciando uma nova ordem social, a pós-modernidade.

Segundo seu relato, a sociedade atual apresenta algumas características decorrentes das novas relações entre tempo-corpo e espaço, que transformam os hábitos e a rotina. Uma dessas características é a segurança em decorrência dos sistemas abstratos, relações interconectadas nas quais a sociedade e seus indivíduos a mantêm consciente ou inconscientemente, como a confiança em uma viagem de avião (GUIDDENS, 1991).

Contudo, esta confiança nos sistemas abstratos gera outras formas de vulnerabilidade psicológica, como a transformação da intimidade, da confiança pessoal e no outro, que provoca alterações diretas nas formas de utilização das cidades, já que a confiança nos sistemas não é gratificante como a confiança nas pessoas. Essa alteração no indivíduo gera interferências na esfera da vida pública, que tornou-se excessivamente institucionalizada e apresenta como consequência a

privatização da vida pessoal e a falta de referenciais concretos. Assim há “[...] uma volta para dentro, para a subjetividade humana, e o significado e a estabilidade são buscados no seu interior”, a valorização do individualismo. (GUIDDENS, 1991, p.118).

O sociólogo aponta para o declínio da comunidade que resulta de uma fragmentação territorial, cada vez mais distante do corpo. Assim “[...] o tecido e a forma da vida cotidiana foram remodelados em conjunção com outras mudanças sociais.” (GUIDDENS, 1991, p.122). Podemos admitir, então, que as rotinas e os hábitos são alterados pelos sistemas institucionalizados que incidem diretamente sobre o homem, as relações sociais e a vida pessoal.

Em “Modernidade e identidade”, originalmente publicado em 1999, Guiddens (2002) defende que as formas institucionalizadas da modernidade reaparecem como um problema sociológico do século XXI. “A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e portanto como eu” (GUIDDENS, 2002.p.9).

Guiddens (2002) relata que a modernidade interfere nos estilos de vida. Este não restringe-se ao consumismo de modelos de vida a serem adquiridos, mas às práticas diárias do indivíduo:

Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto identidade (GUIDDENS, 2002.p.79).

O ‘estilo de vida’ consiste em práticas da rotina, incorporadas nos nossos hábitos, nas nossas ações como vestir, comer, nos modos de agir, que comunicarmos e socializarmos. Aberto a mudanças interfere diretamente na auto identidade, “[...] todas as escolhas são decisões não só sobre como agir mas também sobre quem ser.” (GUIDDENS, 2002.p.80). Além de nos definir, o estilo de vida está ligado ao ambiente da ação, e se existem diversas ações, existem diversos ambientes, ou seja, pode-se falar em um conceito de ‘múltiplos ambientes de ação’. “Os modos de ação seguidos num contexto podem ser mais ou menos diferentes daqueles adotados em outros” (GUIDDENS, 2002.p.81). Assim, há uma segregação que diferencia o domínio público do privado.

Essa segregação da experiência, afetada pela transformação institucional, propicia a oposição entre público e privado, pois “a esfera do privado se opõe a do

público em dois sentidos, ambos fortemente influenciados, se não inteiramente provocados, pelas mudanças associadas ao desenvolvimento da modernidade”, (GUIDDENS, 2002.p.141), o primeiro relacionado ao Estado e sua atuação, “[...]o domínio público é do Estado, enquanto que o privado é o que resiste à invasão das atividades de vigilância do Estado” (GUIDDENS, 2002.p.141).O segundo sentido, relaciona-se ao oculto da privacidade e o que é revelado do domínio público.

O professor Ângelo Serpa (2011) descreve que a crise da modernidade reverbera para os domínios públicos e privados que caminham à consagração do individualismo, “[...] como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente” (SERPA, 2011.p.35). Neste panorama, as relações de vizinhança são afetadas, pois sofrem interferências de diversos fatores como densidade populacional do lugar habitado, nível econômico, cooperação entre moradores, diferença de classes sociais. Nos bairros populares, estas relações tendem a ser intensificadas em decorrência da insegurança; e na classe média, as relações de vizinhança são mais seletivas, pois o acesso a bens de consumo e renda, faz diminuir a necessidade de ajuda e aumenta, assim, a individualidade.

Em detrimento dessas relações surgem apropriações privadas do espaço público, destinados ao uso coletivo. Serpa (2011) descreve que esta ação de apropriação atinge as cidades contemporâneas como um todo, em todas as classes sociais, com a ocupação de terrenos com áreas de lazer, playgrounds, muros, estacionamentos, etc. Estes espaços públicos são incorporados como extensão dos bens particulares, utilizados de forma restrita, apenas pelos indivíduos e grupos que se apropriaram deles de forma indevida.

Em seu livro “O espaço público na cidade contemporânea”, com a primeira edição em 2007, Serpa ilustra essas ocupações em áreas de São Paulo, apontando para estacionamentos no espaço público, privatizados por conjuntos habitacionais, terrenos baldios, cercados com muros e incorporados como áreas de lazer e até escolas e faculdades que estendem os muros para áreas públicas, ampliando com salas e laboratório. Outro exemplo é a privatização da rua por feiras, ambulantes, que restringem o acesso dos passantes e alteram a relação com a cidade (SERPA,2011).

Neste panorama temos, paralelamente ao isolamento, a interiorização e institucionalização das relações dos cidadãos, o interesse em reabitar a cidade de forma coletiva. Rodrigues (1992) relata que, na sociedade contemporânea, verifica-se uma busca pelo ‘retorno à cidade’ por meio da revalorização e reavaliação dos papéis

dos atores sociais, da cultura, da publicidade, da educação, entre outros, desenvolvendo, assim, novos estilos de vida. Para isso, há um reinvestimento na cultura e na qualidade de vida por meio de melhorias da higienização, conservação e reabilitação de patrimônios históricos, como sinal da reconfiguração da economia, urbanística e estrutura social das cidades.

Para Ana Gabriela Soriano (2006), o espaço público se configura como o espaço físico destinado ao uso comum, que é plataforma à realização de diversas atividades, de encontros que fortalecem as relações coletivas e de convívio. Com essas características, se sustenta importância indispensável à vida urbana. A partir da década de 1960, pós movimento moderno, houve uma maior reflexão sobre os usos do espaço público, sua importância, formas de utilização e função no espaço urbano.

Essas reflexões acarretaram na alteração da qualidade ambiental urbana. Os espaços públicos, anteriormente com foco nas vias de circulação de automóveis, passaram a priorizar as pessoas: seu deslocar pela cidade, a contemplação no viver e as atividades que podem realizar. Os espaços destinados à interação como praças e parques, passaram a compor a cidade no final do século XX, proporcionando maior possibilidade de atividades e convívio (SORIANO, 2006).

Como mencionado por Rodrigues (1992), neste panorama de revalorização urbana e de seus habitantes, o tema 'reforma urbana' ressurge, viabilizado por políticas públicas que têm como foco atrair novas atividades econômicas e investimentos, principalmente nas áreas degradadas da cidade. Uma das estratégias para a revalorização é impulsionar a cultura e as artes no espaço público, como eventos artísticos, intervenções, apresentações musicais, etc. (SORIANO, 2006).

A pesquisadora, neste contexto, destaca a importância das praças, que ao longo da história da humanidade, sempre foram vistas e vivenciadas como local de interações, reuniões, comércio, e, também, como o espaço de convivência e lazer dos cidadãos. No Brasil, desde os primeiros períodos da colônia, destaca-se como a plataforma das relações públicas. Soriano (2006) descreve que a partir do século XIX, as praças brasileiras desvincularam-se da esfera religiosa. Se até, então funcionavam como extensão dos adros das igrejas, passaram, a partir daí, a receber novas estruturas como jardins, coretos, quiosques, elementos que proporcionam novas ações e atividades, caracterizando-se como o espaço para recreação.

Para Sun Alex, em "Projeto da Praça: convívio e exclusão do espaço público" de 2008, o uso seletivo ou desuso das praças em decorrência de apropriações

indevidas, ocupações informais, acampamentos de moradores de ruas, dentre outros fatores, apontam para “manifestações do mesmo processo de desaparecimento de territórios comuns e de diversas formas de sociabilidade entre diferentes segmentos sociais” (ALEX, 2008, p. 18), podendo retratar o fenômeno do ‘encolhimento do espaço público’.

Porém, como as transformações oriundas da modernidade e das dinâmicas urbanas, os usos e relações com o espaço sofreram alteração, para atender às novas demandas e funcionalidades, apresentaram como resultado o “[...] aniquilamento de antigos usos e valores em prol das novas necessidades” (p.56). Assim, muitas praças tornaram-se apenas local de estacionamento e circulação. Porém, no final do século XX, a praça tem resgatado seu papel no contexto urbano, com mudanças estéticas e comportamentais que permitem sua retomada como espaço atrativo de encontros, de reunião e de acontecimentos coletivos (SORIANO, 2006).

O exemplo da ocupação da praça remete ao fenômeno social contemporâneo, à retomada da cidade e das áreas públicas. Uma das causas dessa retomada, é a preocupação, presente neste início do século XXI, com o envelhecimento e com a obesidade da população. Christiane Cavalcanti, et al (2010), relata que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), vivenciamos a “Era do Envelhecimento”, compreendida dos anos 1975 a 2025. Neste panorama, surge a necessidade de conhecimento e cuidados com a saúde da população. Outro fator, é o aumento da obesidade que atingiu 1/3 da população adulta brasileira. O cuidado com a nutrição e a realização de atividades físicas regulares melhoram a saúde, colaborando para um envelhecimento saudável e a diminuição da obesidade (CAVALCANTI, et al, 2010).

Este fenômeno gera um retorno ao uso da cidade, particularmente das praças, que passaram a ser equipadas com aparelhos para realização de atividades físicas. Outra característica é o aumento a necessidade de conviver, em detrimento das relações institucionalizadas descritas por Guiddens (1991). Ao apropriamo-nos da cidade em que vivemos, criamos vínculos de pertencimento.

Finaliza-se este debate com Ângelo Serpa (2011), que analisa os parques parisienses. Faço um parêntese para destacar que é o mesmo local da escola da geografia cultural de Vidal de la Blanche, berço da filosofia de Bachelard e Merleau-Ponty, do cotidiano de Michel de Certeau, das análises do território, identidade e cultura de Paul Claval, Guy Di Méo e Joel Bonnemaïson. Retomando, Serpa (2011)

relata que hoje as praças são identificadas como bem comum, disponibilizado a todos os cidadãos, mas também como local de civilidade e cidadania.

Os parques franceses, em dias de verão, adquirem ares de 'praia' (figura 2) para os usuários, com demonstrações culturais, piquenique familiares, presença de pessoas tomando sol com suas toalhas, delimitando, assim, áreas privadas no espaço público. O autor analisa que “[...] o grande gramado transforma-se em teatro de uma vida privada que se desnuda no olhar de todos. O espaço público é transmutado em espaço doméstico” (SERPA, 2011.p.87).

Todo esse caminho construído, desde os estudos fenomenológicos, perpassando várias áreas do conhecimento, pelos estudos do território, da identificação da domesticidade, da dialética público e privado, do entendimento das relações dos cidadãos com o espaço público, desvelam o objeto/ fenômeno desta dissertação: **o uso do espaço público com gestos e ações domésticas.**



Figura 2- Uso do espaço público: as 'praias' em Paris.

Fonte: Acervo pessoal da autora

4 DOMESTICIDADE URBANA: A EXPANSÃO DA MORADIA

Começemos com uma reflexão de Alice Giannitrapani:

Para estudar o modo pelo qual funciona o espaço não basta fixar-se nas questões relativas à sua articulação complexa, mas deve-se verificar o modo em que isto tudo é vivenciado (...). Dito isto de um outro modo, de um lado temos as práticas por assim dizer imaginárias de início (espécie de planejamento estratégico institucional) e de outro, o modo concreto de viver os lugares (a resposta tática [ativa] dos usuários com programas e contra-programas de uso dos ambientes). Nesta ótica, a cidade praticada é mais autêntica de sua forma abstrata encontrada nos mapas, uma vez que os cidadãos re-enunciam constantemente o texto urbano no momento mesmo em que o percorrem e o habitam (GIANNITRAPANI, 2013, p. 75).

A relação da cidade – ou do mundo urbano- com seus moradores pode ser melhor compreendida quando temos como pano de fundo o conceito de cenário. Este termo tem sido usado especialmente na administração moderna, na busca da compreensão da situação de uma empresa e para análise de possíveis prospecções. O que Carvalho et al. falam da empresa, podemos falar também do que se quer da cidade:

[...] ela é a soma de suas escolhas ao longo do tempo, realizadas, ou não, com base em opções identificadas, avaliadas, selecionadas, implantadas, controladas e ajustadas. Pode-se, basicamente, entender esse processo como sendo estratégico na medida em que busca alinhamentos entre os ambientes internos e externos (CARVALHO et al., 2011, p. 2).

Por isso, as diversas cenas que com os instrumentos de Burke serão consideradas, fazem parte de um cenário que vai além daquelas circunstâncias delimitadas. Assim, neste capítulo, busca-se a construção do conceito de domesticidade urbana a partir da análise do objeto da pesquisa, o uso do espaço público com gestos e ações domésticas, sob da pêntrade de Kenneth Burke. Ao identificar os elementos que compõem esse fenômeno/situação, compreendem-se as motivações, os personagens envolvidos e os instrumentos que, a posteriori, fundamentam o conceito de domesticidade urbana. Porém, além da aplicação à pêntrade, a análise dos desdobramentos como *efeitos* faz-se fundamental para identificação das interferências no território vivido.

4.1 CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO - A PÊNTADE DE BURKE

Como dito, para análise deste fenômeno/situação problema recorre-se a ‘pêntade’ dramática de Kenneth Burke (figura 3). A escolha desta metodologia acontece em decorrência do caráter interdisciplinar do trabalho do autor e pelo aprofundamento na interpretação da ação humana no mundo vivido. Como enunciado por Serpa (2011), o “gramado transforma-se em teatro”, e assim, o objeto da pesquisa também é analisado como uma peça, através de uma metodologia literária. O espaço urbano e a ação realizada são entendidos como um enredo, compostos de vários elementos que devem ser interpretados, para entendimento desta narrativa.

Burke analisa a ação humana como uma narrativa, em que os cinco elementos retóricos remetem-nos a perguntas que serão respondidas, na busca da compreensão do drama humano, do comportamento de seus personagens. Além da identificação das respostas, uma breve narrativa fundamentará a sua delimitação, como se as obras da revisão construíssem o caminho, fossem os elementos para a construção do ato.

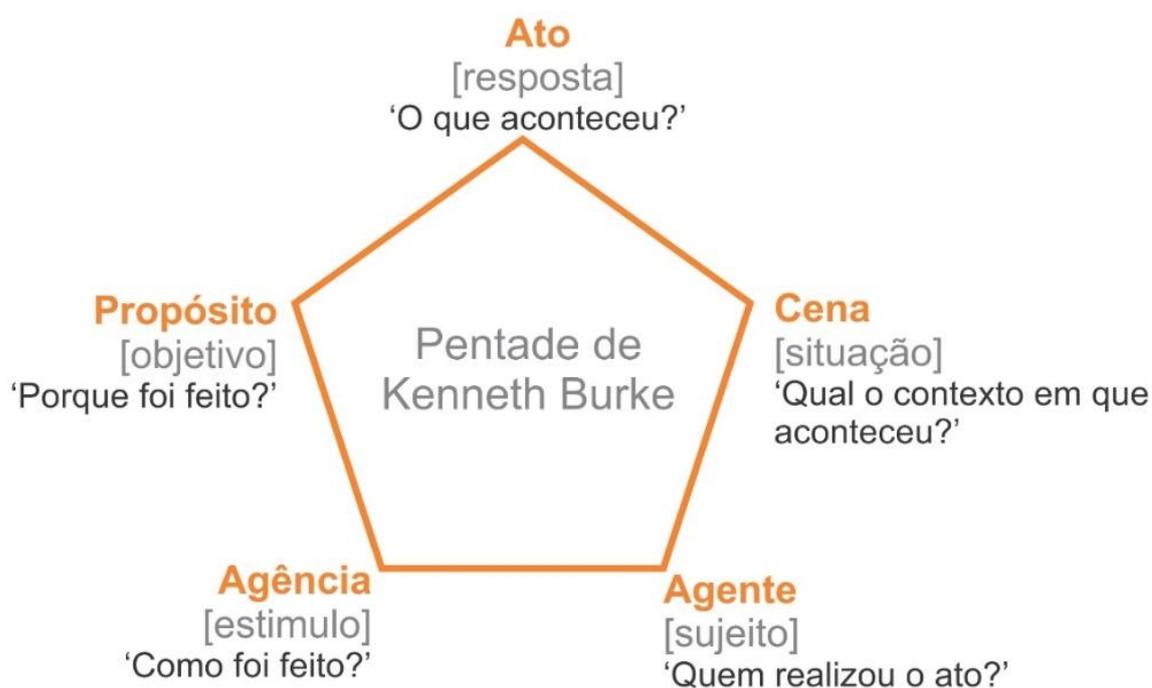


Figura 3- Pêntade de Kenneth Burke

Fonte: Da autora

Ato – A análise inicia-se pela identificação do ato e, para tal, recorre-se a dialética público e privado, desenvolvida por Jovchelovitch (2000), que aponta a contradição do comportamento no espaço privado (ações e gestos que são realizados apenas no espaço doméstico de nossas casas) versus o comportamento público (ações e gestos que acontecem no espaço público), descritos por Barros & Couto (2012) e Da Matta (1997). Esta relação, na verdade torna-se uma continuidade, uma complementaridade, já que um conceito é conformado pelo entendimento do outro (DA MATTA, 1997; JOVCHELOVITCH, 2000; FRAZER, 1995).

A vivência do espaço privado da casa, interiorizada como 'estado da alma', como descrito por Bachelard (1978), torna-se uma continuação corporal dos usuários, refletindo sua identidade, cultura, hábitos e temporalidades. Quando interiorizada corporalmente, não se restringe ao espaço físico da casa, e pode transgredir o espaço privado, materializado por ações e gestos. Para Heidegger (2002), devemos aprender a habitar, através de uma vivência real.

Essa vivência pode ser comunicada pelos gestos, do latim, *géstus, us*, refere-se a gesticulação, movimento do corpo, aceno, mímica, expressão singular, maneiras de fazer, atitude, ação (SILVA, 2013). É uma ação corporal visível e voluntária, de sentimentos e pensamentos, pela qual um significado é transmitido. Essa representação corporal torna-se recursos de percepção e comunicação das experiências do corpo com o meio, como descrito por Merleau-Ponty (1999).

A imersão no espaço da casa propicia o desenvolvimento da domesticidade, como um 'conjunto de emoções sentidas' (RYBCZYNSKI, 2002) que, ao longo da história, rompe a barreira física da porta e transborda para o espaço público, iniciado na domesticidade dos jardins da sociedade holandesa. Este hábito urbano de cultivar, cuidar da cidade, torna-se uma referência primordial à consolidação do ato. Neste panorama, o *ato* consiste na transposição dos gestos privados para o espaço público.

Cena - Para delimitação da *cena*, recorre-se a Raquel Rolnik (1995), pois este ato acontece na cidade, como centro de expressão do domínio do homem sobre seu território, como a plataforma de produção de símbolos da coletividade. A cena perpassa o nosso cotidiano (CERTEAU, et al, 2009), nossos hábitos, rotina, contaminando nosso 'estilo de vida' (GUIDDENS, 1991). Está no limiar entre a casa e a cidade, de forma mais específica, no bairro, como ampliação do habitáculo, (CERTEAU, et al, 2009).

A cena foi construída pelo deslocamento espaço-temporal, pelos ritmos diferentes da vivência urbana (LEPETIT 2001), influenciada pela revolução industrial, pelo processo de urbanização dos séculos XVIII e XIX e intensificado no pós-guerra (RODRIGUES, 1992). De forma incisiva, ela desenrola-se após a modernidade, que trouxe consequências à sociedade contemporânea (GUIDDENS, 1991). Assim, a cena ocorre no mundo vivido do espaço urbano, na cidade ocidental contemporânea, com recorte no bairro, como limiar entre o espaço privado da casa e o espaço público da cidade.

Agente - Quem realizou o ato? Os cidadãos, moradores das cidades contemporâneas brasileiras, principalmente na classe média, que compreendem que o espaço urbano é coletivo, que buscam o retorno à cidade (RODRIGUES, 1992; SORIANO 2006; SERPA, 2011).

Agência - A agência menciona como foi realizado o ato; ou melhor, com que instrumentos. Na transposição de gestos privado para o espaço público, ela consiste na apropriação do espaço urbano, através das expressões corporais, das ações simbólicas materializadas por gestos, ações e objetos (BURKE, 1977).

As ações e os gestos tornam-se um instrumento da agência, pois são a materialização corporal da vivência espacial. Os gestos devem ser compreendidos, como meio de compreensão do outro e de nos fazer comunicar, já que o corpo simboliza as relações e sensações espaciais (MERLEAU-PONTY, 1999). Este processo de comunicação corporal gera simbolizações que são programadas, espontâneas e/ou normatizadas; podem representar expressões de uma cultura, de identidades e, se repetidas constantemente, podem ser transformadas em hábitos. São resultantes de vários fatores como genética, crenças, cultura, ideologias, sendo constantemente influenciadas e alteradas por referências internas e principalmente externas, absorvendo o território em que está inserido.

Burke (1977) descreve que a ação representa conflitos, objetivos, reflexões, escolhas. É neste processo que ela se torna simbólica, uma linguagem e o tempo de realização passam a ser preponderantes. Se repetida, diariamente, converte-se em um hábito, um movimento automático, absorvido corporalmente, que pode alterar o modo que o indivíduo vivencia o espaço (SEAMON, 2013).

Os hábitos, no presente estudo, são compreendidos como ações apreendidas corporalmente e repetidas temporalmente, que resulta da imersão em um meio, da relação com o entorno, com as experiências, vivências, identidade pessoal e coletiva.

Essa representação é alterada constantemente pelos diversos fatores anteriormente mencionados, principalmente pelo conflito existente nas relações entre público e privado, que podem ser lidos e interpretados como narrativas da relação entre corpo e espaço. As representações corporais podem gerar – além de símbolos e materializações concretas, como intervenções urbanas, objetos, vestígios, códigos – símbolos visuais que podem ser levantados e mapeados (LYNCH, 2009).

Propósito - Por que foi feito? Este é um dos principais elementos da pêntade e o mais difícil de ser identificado com exatidão. Por que transpor gestos domésticos para o espaço público? Há várias explicações possíveis: por motivações pessoais e/ou coletivas, pelas vivências, referências de vida e memórias. Nesta análise, são identificadas três vertentes principais, como propósito de uma coletividade.

Na primeira, a transposição acontece em decorrência do retorno à cidade, (RODRIGUES, 1992; CERQUEIRA, 2013; SORIANO, 2006), na busca por melhores qualidades de vida, saúde (CAVALCANTI, et al, 2010), lazer e convivência (DA MATTA, 1997), relações de vizinhança e coletividade (SERPA, 2011) ou, ainda, pelo cuidar da cidade, entendendo-a como uma continuidade do morar doméstico. Neste propósito, a realização do ato é fundamentada pelos hábitos, em busca de um estilo de vida, mais social, participativo, em detrimento do individualismo característico da sociedade atual, principalmente na classe média (SERPA, 2011). O espaço público é utilizado de maneira saudável, compreendido como espaço de todos e de exercício da cidadania.

Na segunda vertente, a transposição advém de uma atitude natural, um hábito absorvido corporalmente (SEAMON, 2013). Os gestos e ações que acontecem no ambiente privado das casas são absorvidos corporalmente e, uma vez que o bairro é reconhecido como um lugar de todos, esses gestos são transpostos de forma natural, automática, ao espaço urbano. Neste propósito, a apropriação vem de um movimento não intencional, expressões de maneira pré-consciente, como uma ação mecânica, criando, assim, uma 'dança dos corpos' (SEAMON, 2013).

A terceira e última vertente explica a transposição como meio de 'privatizar' o espaço público coletivo, com o intuito de ocupá-lo de forma privatizada, não reconhecendo o espaço como de todos, e sim em prol do usufruto de alguns indivíduos ou de um grupo (SERPA, 2011). Essa vertente infere no direito à cidade de todos os cidadãos.

A pêntrade de Burke propiciou análise da situação/ fenômeno da pesquisa e torna-se um parâmetro para a identificação dessas situações no contexto urbano. Porém, ela não abarca as consequências da situação, item que se faz necessário neste trabalho, pelo enfoque da pesquisa nos estudos territoriais. Para isso, inclui-se um sexto item na pêntrade de Burke, os *efeitos*, transformando-a, dessa maneira, em uma 'héxade', na busca na identificação dos impactos no território.

4.2 DA PÊNTRADE A HÉXADE

O conceito – se assim podemos chamar – da pêntrade de Burke, ancora-se numa perspectiva maior que é a do drama, isto é, percurso, caminhada, sequência. Ainda que Burke não fale disto, mas é evidente que há um resultado na execução de uma pêntrade, após a sua execução o mundo não será mais o mesmo. O fenômeno de transposição de gestos privados ao espaço público apresenta *efeitos*, como consequências no território vivido. Retomando a afirmação de Haesbaert, “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (HAESBAERT, 2006. p. 20). Para isso, esses efeitos são identificados a partir do questionamento “quais resultados?”, completando, assim, a héxade (figura 4).

O contexto foi delimitado pela *Cena*, a cidade contemporânea brasileira, na transposição da casa ao bairro. A cidade, com toda a estrutura para desenvolvimento da vida e de suas ações primordiais como morar, deslocar, trabalhar, conviver, comprar, tão difundidas nas cidades modernas, não deve ser analisada apenas como uma simbolização material de necessidades funcionais dos indivíduos e de ‘relações institucionalizadas’ (GUIDDENS, 1991). Pois, quando vivenciada, propicia vínculos, hábitos e referências que são absorvidos corporalmente. Como descrito por Di Méo (2004) e Haesbaert (2004), em um processo ‘continuum’, entre o indivíduo e o meio.

Haesbaert (2004), aprofunda nessa relação ao apontar que o espaço-tempo vivido perpassa a *dominação*, concreta e funcional político-cultural à *apropriação*, subjetiva e simbólica, conformando *territórios simbólicos*. Na experimentação espacial



Figura 4-Héxade da domesticidade

Fonte: Da autora

da cidade e no envolvimento do corpo pelo entorno, há a absorção de códigos, símbolos, que produzem sensações, percepções e emoções nos indivíduos (RAPOPORT, 1977; LYNCH, 2009).

Na experimentação espacial da cidade e no envolvimento do corpo pelo entorno, há a absorção de códigos, símbolos, que produzem sensações, percepções e emoções nos indivíduos (RAPOPORT, 1977; LYNCH, 2009). Neste processo, cria-se um vínculo, uma apropriação, que tornam esse território pertencente ao usuário, um território simbólico. Além disso, o tempo é um fator primordial nessa relação com o território. Haesbaert (2002) analisa que, com a velocidade do nosso tempo, o espaço local, passou a ser considerado o mundo, que apresenta aos habitantes da cidade a multiplicidade de tempos e velocidades que representam uma síntese das diversidades de ritmos e transformações na sociedade.

E todo esse processo acontece no desenvolvimento do fenômeno identificado. O morador, ao levar de forma intuitiva ou intencional gestos e ações privados ao espaço público, intensifica o vínculo com o território. Desta forma, ao apropriar-se dele de maneira doméstica, torna-o um território simbólico, este conceituado como “[...] produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2006. p.40).

Os gestos e ações privadas, quando transpostos, geram ações simbólicas (a agência). Se eles se mantiverem como hábito, como uma ação cotidiana repetida temporalmente, tornam-se cada vez mais pertencentes ao indivíduo. Destarte, há a ruptura do território privado da casa, que estende-se ao território público, conformando camadas de vivências e significados aos indivíduos. Como mencionado anteriormente, o espaço local de onde acontece a ação simbólica, o bairro, a rua, torna-se a representação do mundo vivido e materialização da multiplicidade de tempos.

Assim, as ações simbólicas tornam-se as materializações da relação entre o corpo e o território, e podem expressar a identidade, referências culturais, interferências na paisagem, simbolizadas pelas representações corporais. O ser humano inserido e participante deste território torna-se construtor de territorialidades e resultante das multiterritorialidades vivenciadas.

Quando as ações são incorporadas como estilo de vida (GUIDDENS, 2002), podem ser replicadas, proliferadas pela sociedade, deixando de ser um hábito individual para tornar-se um hábito coletivo, um espírito do lugar (NORBERG-SCHULZ, 2006). Haesbaert descreve que os grupos se definem pelas ligações que estabelecem temporalmente, “[..] tecendo laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais” (HAESBAERT, 2002.p.93).

Assim, as representações do conteúdo simbólico, que resultam da relação entre o ser humano e território, apontam para a territorialidade dos gestos e estabelecem uma ligação entre o nosso mundo e o dos outros. A leitura simbólica dos corpos colabora para o entendimento dos territórios que o influenciam e para a análise da identidade individual e coletiva, como resultado deste processo de simbiose entre o homem e o meio.

Como um exemplo do fenômeno do *ato*, tem-se a ação simbólica de colocar cadeiras na rua para observar o ambiente externo e conversar. Esses gestos que resultam em uma ação podem começar de forma individual. Se reproduzido temporalmente, pode ser adquirido pelos vizinhos, por outros moradores, que apreendem essa nova vivência espacial, num processo que gera uma territorialidade da rua, adicionando outra camada de apropriação, oriunda do território privado da casa, conformando um território múltiplo e simbólico aos moradores do bairro.

Este processo interfere diretamente na identidade, cultura, vínculos de apropriação, pertencimentos e hábitos dos cidadãos, pois uma vez incorporados, passam a compor o indivíduo. Isso porque, assim como a cidade, o corpo é 'reflexo' do processo de multiterritorialização descrito por Haesbaert (2004) e, da mesma maneira, não é um 'palimpsesto', como descrito por Lepetit (2001). Portanto, não pode ser reconfigurado, subtraindo referências, memórias e vivências prévias para dar lugar a outras. Somos o resultado do acúmulo. A ação simbólica, mesmo que não perpetuada no tempo, em outros espaços, situações, foi absorvida corporalmente, criando marcas nos indivíduos.

4.3 A MORADIA E SEU ÍNTIMO – A DOMESTICIDADE

A partir desta fundamentação teórica e do entendimento do fenômeno, constitui-se o conceito de Domesticidade Urbana como a transposição de gestos e ações domésticas para espaço urbano. A domesticidade urbana é um processo, tem como resultante uma ação (simbólica). Esta, como forma de apropriação do espaço urbano, conforma territórios simbólicos que interferem nas relações, identidade, hábitos, temporalidades e cultura dos cidadãos (figura 5).



Figura 5- Diagrama conceitual da domesticidade urbana

Fonte: Da autora

A identificação deste torna-se importante como objeto de análise das relações dos indivíduos com o meio, dos usos da cidade, entendimento das dinâmicas urbanas, hábitos e, principalmente, como uma forma de reconhecimento da importância dos indivíduos neste cenário. Assim, com o fenômeno fundamentado e o conceito delimitado, busca-se a verificação no espaço urbano.

Esta verificação faz-se necessária, pois há o contraponto da domesticidade urbana, identificado na obra de Alice Giannitrapani, “*Introduzione alla semiótica dello spazio*” (2013) já que o espaço público pode ou não apresentar símbolos da domesticidade. Para a autora, o espaço identifica, comunica, e assim, é um dos primeiros dados para compreensão de uma realidade social, pois são dinamizados pelos indivíduos que através da sua vivência, lhes conferem um valor, um sentido. Porém quando os espaços não são vivenciados correm o risco de torna-se um espaço abandonado, um terreno baldio, “*terrain vague*”:

Trata-se de uma porção de espaço abandonada, vaga por sinal, residual, e muitas vezes definido em negativo e não edificado, passagens subterrâneas, zonas de descarga [clandestina] de lixo: lugares existentes mas não considerados, marginalizados, fechados num estatuto de suspeição no que diz respeito ao resto que o circunda” (GIANNITRAPANI, 2013. p. 79).

O conceito apresenta-se como o extremo oposto da domesticidade urbana. Se não há a construções de territórios simbólicos, resultantes do vínculo identitário das ações diárias dos usuários, este espaço pode-se configurar como um terreno baldio, um espaço residual público, sem vínculos, sem função e apropriações coletivas. Portanto, busca-se no próximo capítulo, o entendimento destas dinâmicas em um bairro na Região Metropolitana do Vale do Aço, para verificação da existência ou não, de simbolizações da domesticidade urbana, na busca da identificação dos vínculos com o território.

5 O BAIRRO AMARO LANARI: A DOMESTICIDADE COMO SUPERAÇÃO DE UM 'TERRAIN VAGUE'

A análise do fenômeno, sob a héxade e a delimitação do conceito de domesticidade urbana, propicia a identificação das ações simbólicas na cidade, como exemplificação prática deste processo. Para isso, desenvolvem-se etapas metodológicas, a fim de delimitar o local a ser mapeado, conhecê-lo, mapear as ações simbólicas a partir dos elementos que compõem a héxade e apresentar os dados coletados.

A delimitação do recorte acontece através de dois procedimentos técnicos, a revisão bibliográfica, sobre a história da consolidação dos municípios constituídos da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) e do estudo de campo, com a observação direta das atividades e vivências, a fim de captar explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade (GIL, 2008). Na revisão bibliográfica, busca-se delimitar um bairro para ser o cenário da identificação da domesticidade urbana, através da história de consolidação dos municípios e posteriormente, a visita *in loco*, permite o conhecido do bairro e levantamento de informações adicionais. Com o bairro definido, a metodologia de mapeamentos para verificação das possíveis ações simbólicas da domesticidade urbana é realizada.

5.1 A DINÂMICA DO TERRITÓRIO – PROCESSO DE DESVELAMENTO

Parte-se da RMVA, no leste de Minas Gerais, reconhecida como região metropolitana em 1998 e que a partir de 2013, iniciou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, a ser implantado nos próximos 20 anos. Este panorama de estudos e elaboração de propostas de integração regional, de municípios tão heterogêneos, como número de habitantes, infraestruturas, economia, planejamento urbano e de consolidação municipal, que direcionam a pesquisa a região. Assim o levantamento torna-se um registro das relações domesticas na cidade, em um processo, que pode incitar a continuidade da pesquisa, a posteriori, com estudo longitudinal.

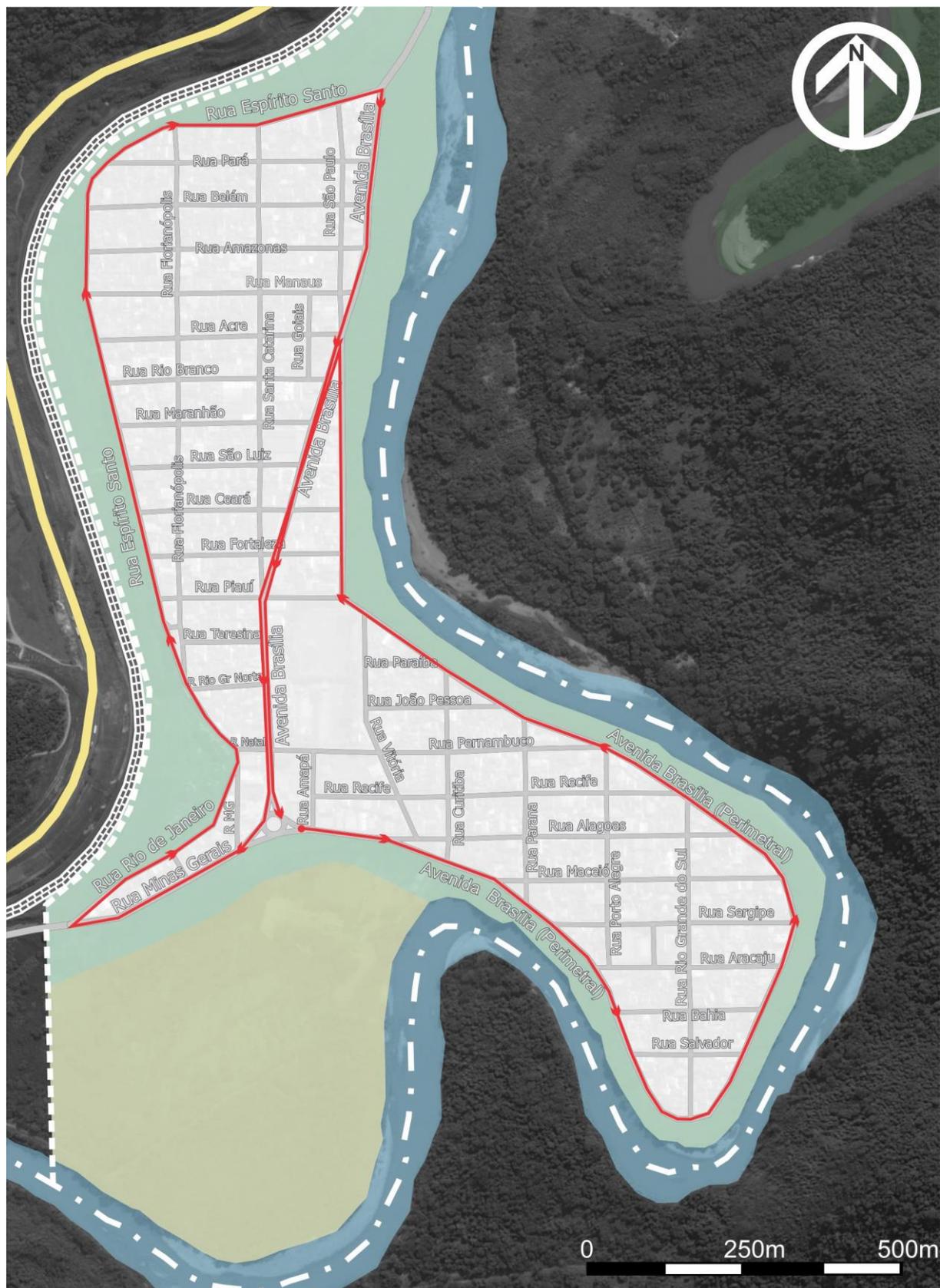
Um segundo recorte é realizado direcionando a revisão de estudos históricos das cidades de Coronel Fabriciano e Ipatinga. A seleção da cidade de Coronel Fabriciano, com 102.395 habitantes na zona urbana (CENSO, 2010) é devido à sua formação como a primeira cidade da RMVA, e por duas características principais: não ter um projeto macro de ordenamento e consolidação territorial, na sua formação inicial, e pela organização economia não detentora de indústrias siderúrgicas. Já Ipatinga com 236.968 habitantes na zona urbana (CENSO, 2010), é selecionada por ser a cidade mais populosa da RMVA, com projeto urbanístico realizado para sua consolidação inicial e pela econômica baseada, a princípio, na siderurgia. No processo de revisão, foi feito o recorte pelo bairro Amaro Lanari, em Coronel Fabriciano.

O estudo de campo fez-se necessário para o conhecimento das relações *in loco*. Este aconteceu por caminhadas, nas vias principais do bairro, que propiciaram a vivência e observação do local a fim de estabelecer um contato inicial e identificar os elementos que o constituem, como comércio, ruas, igrejas, lazeres, tipologia, as residências e os moradores. Para Giannitrapani (2003), o deslocamento no interior de um espaço, significa de algum modo, atribuir-lhe valor, e é por meio dessa inserção com olhares, movimentos, que se fundamenta a dimensionalidade do espaço. Para isso foram realizadas 3 caminhadas em novembro e dezembro de 2016, apresentadas na figura 6.

Sequencia	Data	Período	Trajetos	Instrumentos	Finalidade
1ª caminhada	12/11/16 (Sábado)	09:00 as 11:30	Av. Brasília e Rua Minas Gerais e Rua Espirito Santo (mapa 1) – 7Km	Corpo. Sem instrumentos de registro.	Contato inicial, conhecimento do local.
2ª Caminhada	28/11/16 (2ª feira)	16:00 as 19:30	Mesmo Trajeto	Corpo e Mapas	Identificar as estruturas existentes
3ª Caminhada	20/12/16 (3ª feira)	09:00 as 11:30	Mesmo Trajeto	Corpo e Mapas	Identificar as estruturas existentes

Figura 6- Metodologia das caminhadas pelo local

Fonte: Da Autora



Mapa 1- Percurso das caminhadas pelo local

Fonte: Base google maps com edição da autora

A definição por dias e horários diferentes propiciam a percepção dos elementos sob temporalidades diversas, as duas primeiras caminhadas em período letivo das escolas, e na terceira, durante as férias. A primeira caminhada não teve registro, foi um momento de observação livre, de percorrer as principais vias, em busca do entendimento das dinâmicas e localização das estruturas. Para a professora Madalena Freire (1996), ação de olhar é o ato de nos estudar, de compreender a realidade, o grupo à luz da teoria que nos inspira. Este ato de observar, nos envolve a pensar, interpretar os significados lidos, tornando-se uma ação reflexiva, valiosa.

Para que essa observação fosse intensificada, todo o trajeto foi realizado a pé, com o intuito de perceber os detalhes, sons, movimentos, cores, ritmos e temporalidade do bairro. Já nas duas caminhadas seguintes foi utilizado como base de registro, a planta de layout oficial de construção do bairro, fornecido pela Usiminas, onde foram identificadas as estruturas e elementos do bairro, locados as tipologias de edificações, serviços, praças e estruturas constituintes do bairro.

Os dados coletados nas caminhadas são comunicados por mapeamentos que utilizaram a base de dados colaborativa do Open Street Maps (2017), com as camadas de vias, limites administrativos, recursos hídricos e áreas verde. Este foram incorporados e tratados na ferramenta de geoprocessamento Qgis, aprendida na disciplina optativa de geoprocessamento e cartografia. A edição para acréscimo das informações levantadas, foram realizados no programa de edição de imagem Corel Draw.

Após as três caminhadas para reconhecimento e entendimento das relações no bairro, fez-se necessário um maior aprofundamento no estudo de campo, para levantamento das ações simbólicas da domesticidade urbana. O trajeto inicial foi ampliado, abarcando todas as vias e permeando os espaços residenciais do bairro. Este não foi pré-determinados. O vivenciar partiu da “deriva” enunciado por Debord (1958), onde as vias foram percorridas de forma aleatória, pelo desvelamento dos signos emitidos pelo bairro. Assim, toda área pública do bairro foi incluída no mapeamento. E para tal, o deslocamento foi realizado de bicicleta, dada a extensão do percurso e por não alterar, de forma drástica, o deslocar pela cidade, não diminuindo a proximidade do corpo do pesquisador com o objeto a ser pesquisado.

A identificação das ações simbólicas foi embasada pelos elementos da héxade da domesticidade, no qual meu corpo era direcionado ao reconhecimento de cenas, agentes, agências, propósitos, atos, para posterior análise dos efeitos. Neste

princípio, a agencia das ações simbólicas são diversas, podendo ser comunicadas por símbolos como objetos, vestígios (com ou sem a presença do usuário); por ações e gestos corporais in loco, pela linguagem falada presenciada, por odores, ruídos, dentre outros.

Assim, a partir dos elementos, o mapeamento foi realizado em um dia (24 de janeiro de 2017), das 8:00 as 20:00. Esse recorte temporal deve-se a compreensão de que a domesticidade e a materialização das ações e gestos, acontece por átomos. Assim, nenhum instante mapeamento é igual ao outro, os fatores mudam, as ações mudam, as percepções são alteradas. Mas, para exemplificação do fenômeno, recorreu-se a um mapeamento de 12 horas, para percorrer de forma completa o bairro, em três ciclos, três temporalidades distintas. Essa metodologia, propicia a identificação as ações simbólicas em momentos diferenciados.

Como instrumento de registro do processo foram utilizadas fotografias e plantas. As fotografias foram tiradas por câmera de celular, como meio otimizar o registro, pelo deslocamento constante. Durante o processo foram retiradas 258 fotografias, sendo selecionadas e utilizadas na pesquisa de acordo a análise de dados. As plantas foram utilizadas como base para local, os símbolos encontrados, no espaço urbano, com o intuito de produzir um mapeamento para identificação.

Os dados coletados são apresentados por análises textuais e pelo uso de imagens: mapeamentos, fotografias e diagramas, que apresentam e representam os dados levantados e analisados. As imagens apresentam-se como registro e recurso para comunicação das ações temporais e dos acontecimentos reais. Para Rodrigues (2007), a imagem fotográfica, permite o registro de fatos e mais do que isso, a comunicação de uma mensagem, que é absorvida pelo receptor.

Porém, para análise e apresentação dos dados faz-se necessário a categorização das fotografias em ações, utilizando do recurso da tematização da imagem fotográfica no qual as imagens são agrupadas a partir de discursos comuns, temáticos. Segundo Rodrigues (2011), no primeiro momento, o discurso de tematização situa-se na mente de quem produz, na condição de um “pré-discurso de tematização” e no segundo momento, é a produção de novos conhecimentos, discursos que são transmitidos aos outros receptores (RODRIGUES, 2011.p.47).

Os temas pertencentes as imagens fotográficas, podem apresentar dois sentidos: o denotativo, não há espaço para interpretações, “[...] referem-se àquilo que a fotografia representa com ‘certa precisão’, no seu sentido real (RODRIGUES,

2011.p.112), e o campo conotativo propicia diferentes interpretações, “[...] àquilo que ela pode ‘interpretar’ num determinado contexto, num sentido figurado e simbólico” (RODRIGUES, 2011.p.112). Estas subdividem-se em campos conotativos ‘concretos’ ou ‘abstratos’. Quando *concretos*, observa-se e tematiza-se a partir da interpretação dos elementos constituintes da imagem, do que é visível. Já nos conotativos *abstratos*, há a interpretação para além da imagem, criando relações e outras interpretações.

Independente do campo em que a imagem é tematizada, o principal é a análise interpretativa, pois “[...] tematizar uma imagem fotográfica, portanto, significa contextualizar *a priori* seus sentidos conotativos permitindo o seu uso em diferentes assuntos e matérias, para diferentes interpretações e finalidades” (RODRIGUES, 2011.p.112). Esse método, torna-se um recurso para interpretação de uma grande quantidade de registros, que nesta pesquisa faz-se necessário para otimização da apresentação dos dados e resultados.

Para tematização das ações simbólicas da domesticidade urbana, utiliza-se a interpretação do *sentido conotativo concreto*, onde os registros são categorizados a partir da *agência* das ações simbólicas (ações ou objetos), como meio de apresentação de padrões similares. Após a apreensão de cada imagem, as fotografias foram tematizadas em cinco ações: *conversar, cultivar, estacionar, interagir e cuidar*. Em cada tematização são apresentados os dados da análise da héxade, que propiciou a identificação das ações, e as análises do *efeito* no território.

5.2 O BAIRRO AMARO LANARI: UM ESPAÇO HÍBRIDO

Para compreensão do recorte, faz-se necessário a fundamentação de sua formação. De acordo com Vagner Valadares (2013) a ocupação do atual município de Coronel Fabriciano, teve início em 1922, com a locação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, quando foi formado o primeiro povoado, pelos trabalhadores e responsáveis pela construção da ferrovia. Em 1926, o povoado foi elevado à categoria de Distrito do Município de Antônio Dias, que em 1927 passa a chamar Melo Viana. Em 1936, a instalação de um escritório da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, impulsionou o desenvolvimento do povoado e dois anos depois, a Serra dos Cocais, onde localizava-se o Melo Viana, recebeu o nome de Coronel Fabriciano. Já em 1944, com a implantação Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA) na região onde mais tarde se

consolidaria Timóteo, Coronel Fabriciano, recebeu o impulso para desenvolvimento urbano e a emancipação política e administrativa do município, ocorreu em 1947 (VALADARES, 2013).

Já, o lugarejo conhecido de Ipatinga, contava com cerca de 60 casas e 300 habitantes que viviam da produção de carvão vegetal para a Belgo Mineira. A implantação da Usiminas, em 1958, alterou esse panorama. Paralelamente, em Timóteo, aconteceu algo similar. O povoado, que em 1948, tornou-se Distrito de Coronel Fabriciano, foi selecionado em 1944, para sediar a Companhia Ações Especiais de Itabira, (Acesita). As siderúrgicas instaladas nas duas cidades trouxeram infraestrutura básica para a população local e impulsionou o crescimento urbano, encarregaram-se da construção de casas e melhorias urbanas. Em 1964, houve a emancipação política de Timóteo e Ipatinga (NETO & NASCIMENTO, 2010).

Ipatinga foi uma ‘cidade planejada’ pelos arquitetos Rafael Hardy Filho e Marcelo Bhering, pensada para desenvolver-se em conjunto ao crescimento da Usiminas. Em 1958, o plano urbanístico preliminar estava concluído, com influência dos ideais da urbanística modernista internacional. De acordo com a dissertação de Roxane Mendonça (2006), fatores como a falta de espaço local, a topografia hidrografia e estratégias da indústria justificaram a criação de unidades habitacionais autônomas, com setores de comércio, esporte, educação, saúde e lazer, configurando as Unidades de Vizinhança, (UVs). Estas abrigariam os funcionários da empresa, segundo posição hierárquica “[...] reproduzindo na cidade a hierarquia existente na empresa” (MENDONÇA, 2006. p. 64), como exemplo o bairro Castelo, destinado aos diretores e demais funcionais do alto escalão, além do bairro Cariru, Horto, Imbaúbas destinados aos engenheiros, funcionários e técnicos de nível médio. As unidades do Bom Retiro, Vila Ipanema, Candangolândia e Maringá, eram destinadas aos operários (MENDONÇA, 2006).

Com a emancipação em 1964, do distrito de Ipatinga, os bairros Candangolândia e Maringá (figura 7) ficaram fora dos limites, pertencentes a Coronel Fabriciano, mas ainda sob o controle da Usiminas. No plano inicial, essas unidades de vizinhança, abrigariam moradias provisórias, feitas de madeira e, posteriormente, receberiam infraestrutura para tornarem bairros, como escolas, centro social e unidade de saúde (MENDONÇA, 2006).

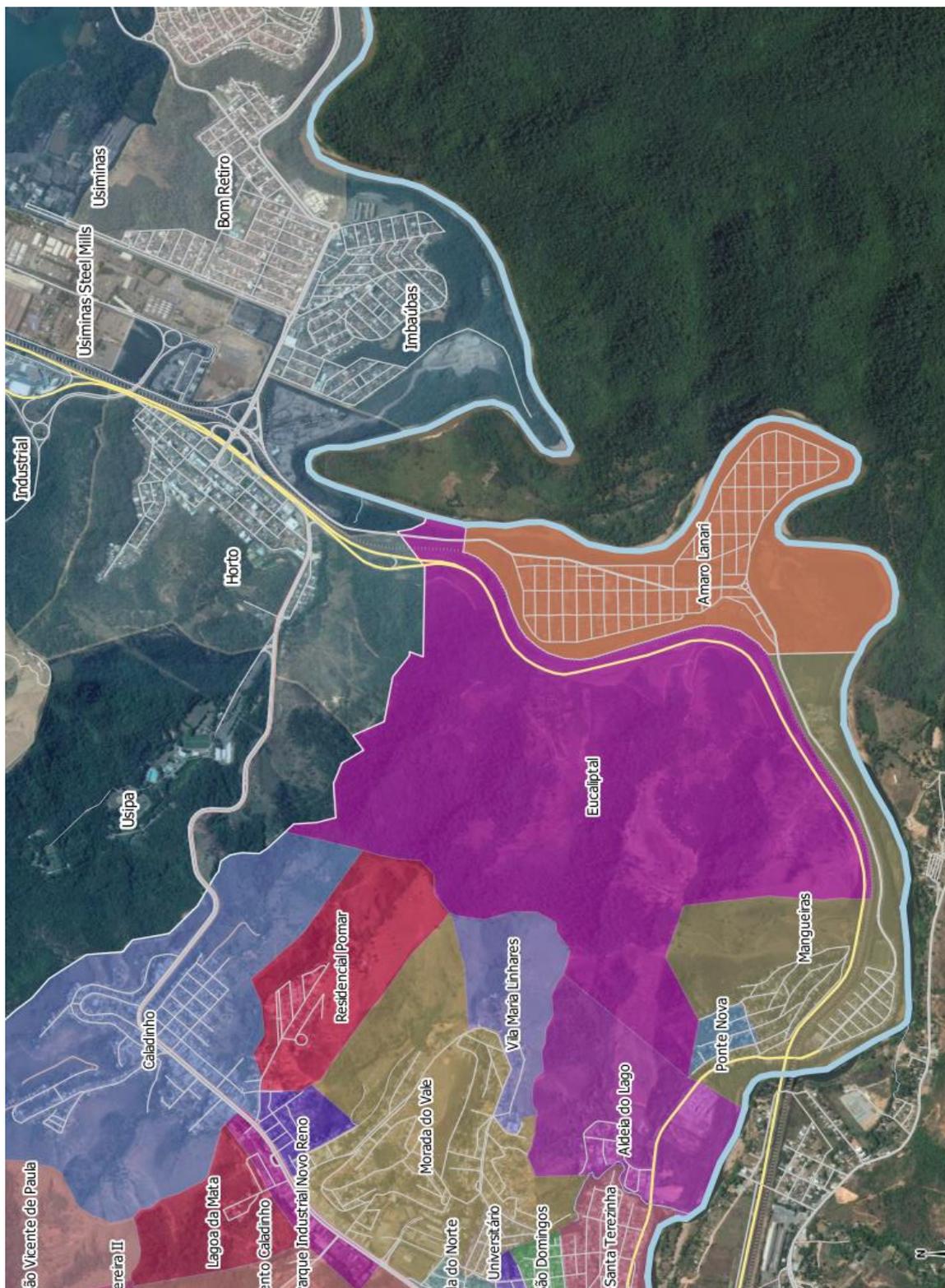


Figura 7- Bairros Candangolândia e Maringá

Fonte: USIMINAS, 1965, in Mendonça (2006)

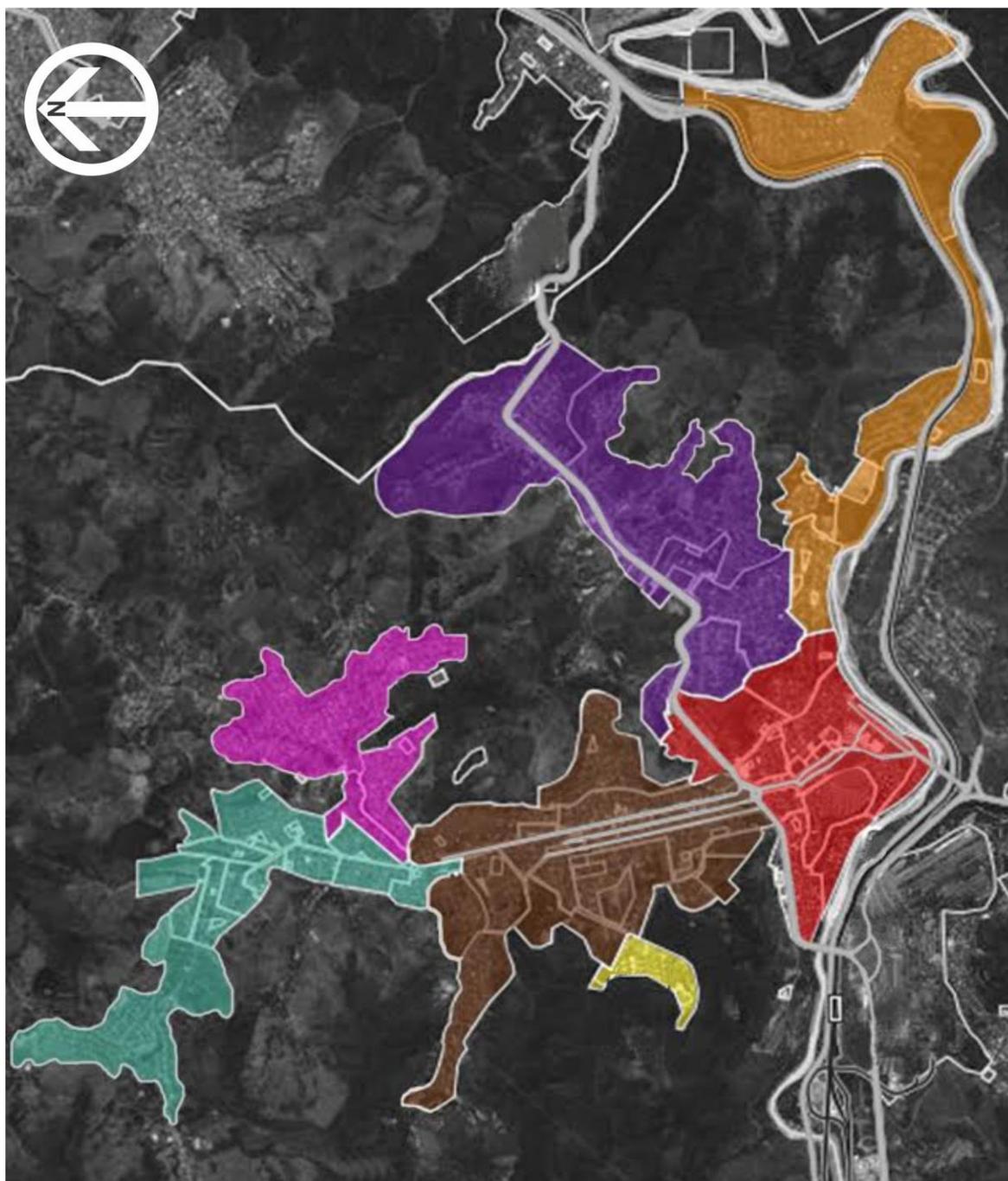
Atualmente estes bairros formam o Amaro Lanari, que recebeu este nome em homenagem ao engenheiro, Dr. Amaro Lanari Júnior, que incentivou a implantação da siderúrgica no distrito e foi presidente da empresa. (VALADARES, 2013). O bairro localiza-se na interseção da cidade de Coronel Fabriciano e no sul de Ipatinga (mapa 2), com acesso, a norte, com o bairro Horto (Ipatinga), e a sul com o bairro Mangueiras em Coronel Fabriciano.

Segundos dados do Censo 2010 (IBGE), o bairro apresenta 6.924 habitantes, com 52,66% de mulheres e 47,34% de homens, com faixas etárias, na sua maioria entre 15 a 64 anos (71,1%). Conforma-se como o bairro mais populoso da cidade de Coronel Fabriciano, englobando 6,7% da população municipal. De acordo com o site da Prefeitura de Coronel Fabriciano (2016) o município compreende 63 bairros, distribuições em seis setores, sendo que e o Amaro Lanari corresponde ao setor 3, junto com os bairros Mangueiras, santa Terezinha II, Ponte Nova, Aldeia do Lago (mapa 3).



Mapa 2- Localização Amaro Lanari

Fonte: Base google maps com edição da autora

**LEGENDA**

Setor 01
Setor 02
Setor 03
Setor 04

Setor 05
Setor 06
Distrito Industrial

0 1km 2km

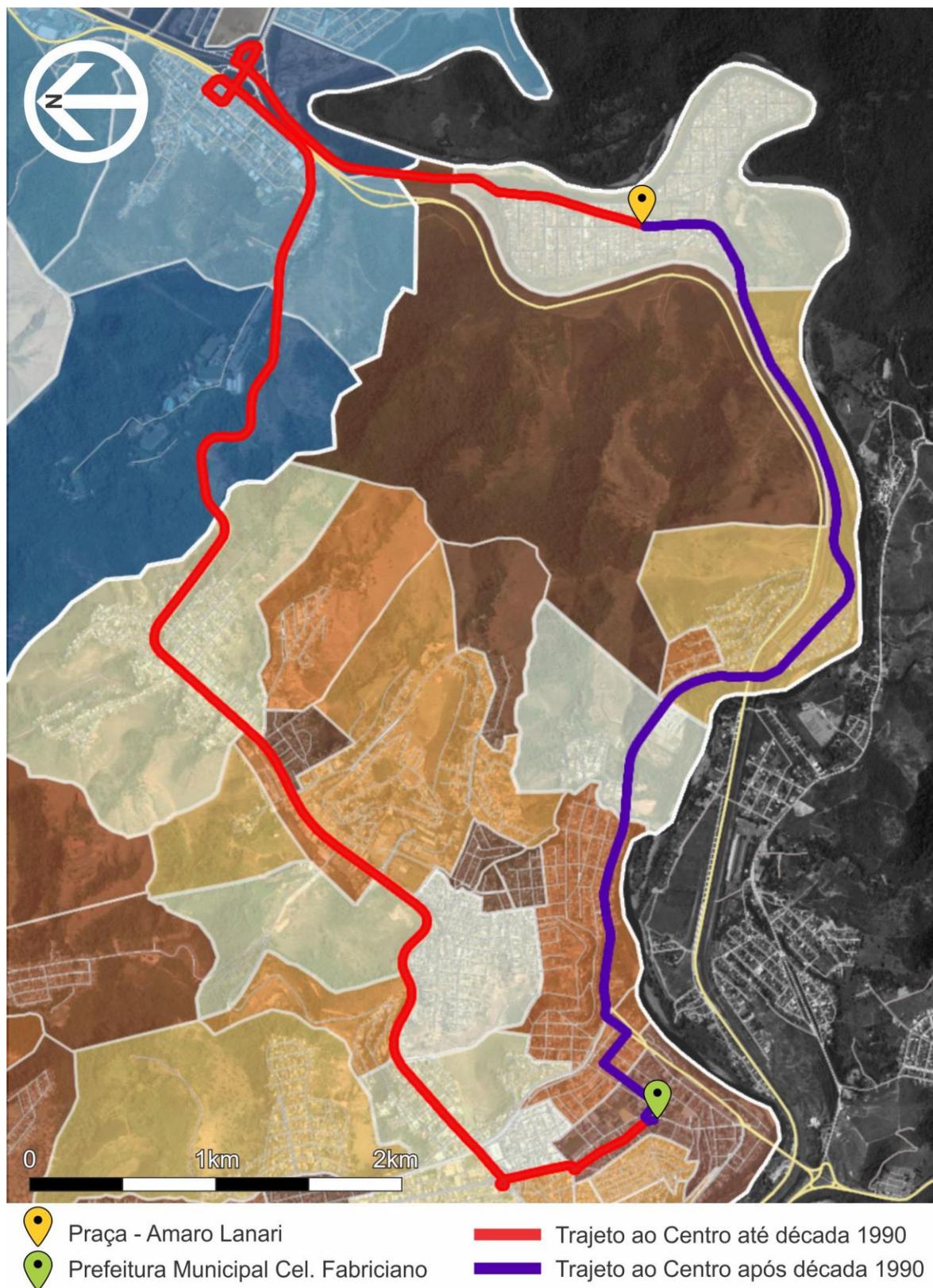
Mapa 3-Setores de Coronel Fabriciano

Fonte: Base google maps com edição da autora

Apesar de toda relação com o desenvolvimento da cidade de Ipatinga e a proximidade geográfica, o bairro está na jurisdição de Coronel Fabriciano. O Amaro Lanari neste contexto, torna-se um 'híbrido' entre os dois municípios, pois reconhece-se como formação e utilização na cidade de Ipatinga, mas submetido a legislação e recursos de Coronel Fabriciano.

Um dado atual que reflete esse 'hibridismo' diário dos residentes é encontrado na lista telefônica. O bairro utiliza o prefixo telefônico de Ipatinga (382*) e não da cidade de Coronel Fabriciano (384*) (TELELISTA.NET, 2017). Outro fator, que afeta diretamente a identificação territorial foi a construção da avenida Minas Gerais, que liga o Amaro Lanari ao Mangueiras, apenas na década de 1990. Anteriormente os moradores, para acesso a cidade de Coronel Fabriciano, deslocavam para Ipatinga, para posteriormente irem para Coronel Fabriciano (mapa 4). A falta de infraestrutura, propiciou o maior acesso a serviços, pela facilidade de deslocamento à cidade de Ipatinga.

Esses fatores têm efeitos que perpassam as relações identitárias, culturais, os hábitos dos moradores e no reconhecimento territorial. Essa característica tornaram o bairro um chamariz ao mapeamento de possíveis ações simbólicas da domesticidade urbana, como uma forma de verificação se o bairro neste processo de hibridização, tornou-se um terreno baldio, sem domesticidades urbanas, ou um território simbólico. Assim, busca-se no mapeamento, na pesquisa de campo, compreender os efeitos na relação entre os indivíduos e seu meio, se o espaço público do bairro tornou-se um território simbólico de acolhida ou um "*terrain vague*" (GIANNITRAPANI, 2013).



Mapa 4- Acesso ao Amaro Lanari

Fonte: Base google maps com edição da autora

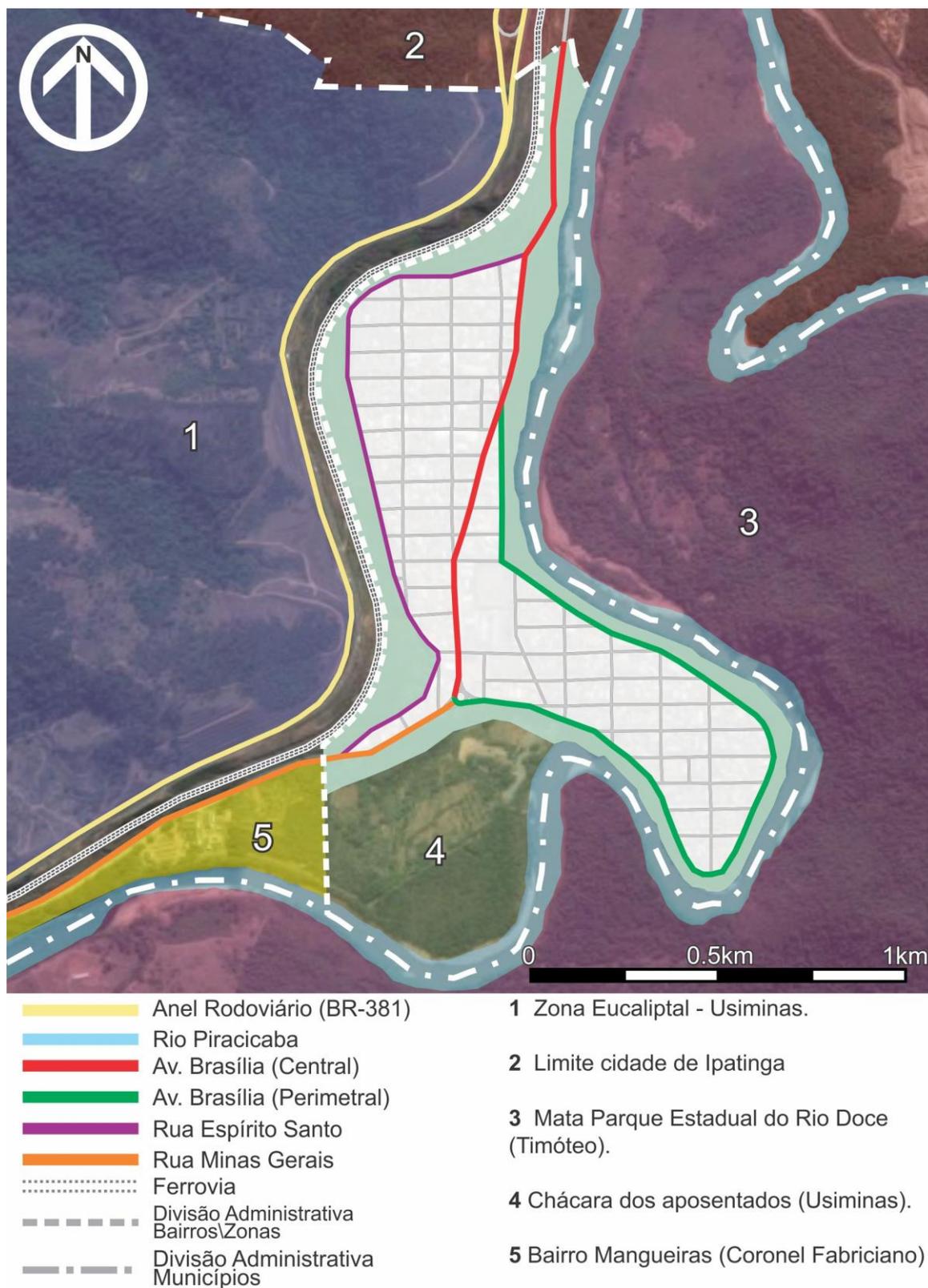
5.3 CAMINHADAS LOCALIZADORAS

As caminhadas pela cidade propiciaram uma imersão no local. A princípio, o deslocamento como “*flâneur*” de Baudelaire (1863), o vagar solitário como ato de apreensão e experimentação do panorama urbano, com o percorrer, a observação que propicia o conhecimento. Assim, inicia-se as percepções das tipologias, dos ritmos, dos cheiros, texturas, fluxos (mapa 5). Tudo isso compondo com elementos de um cenário, de uma peça a ser interpretada.

Na avenida principal, Brasília, predominam o comércio e serviços, estão localizadas quatro escolas, duas estaduais, uma municipal e a creche comunitária, uma unidade de saúde básica (USB), o clube olímpico e recreativo Amaro Lanari e templos religiosos (mapa 6). Na rua Espírito Santo, com menor fluxo, está o posto policial, uma pracinha e destaca-se pelas apropriações do espaço público, principalmente das calçadas e das áreas verdes que circunda o bairro.

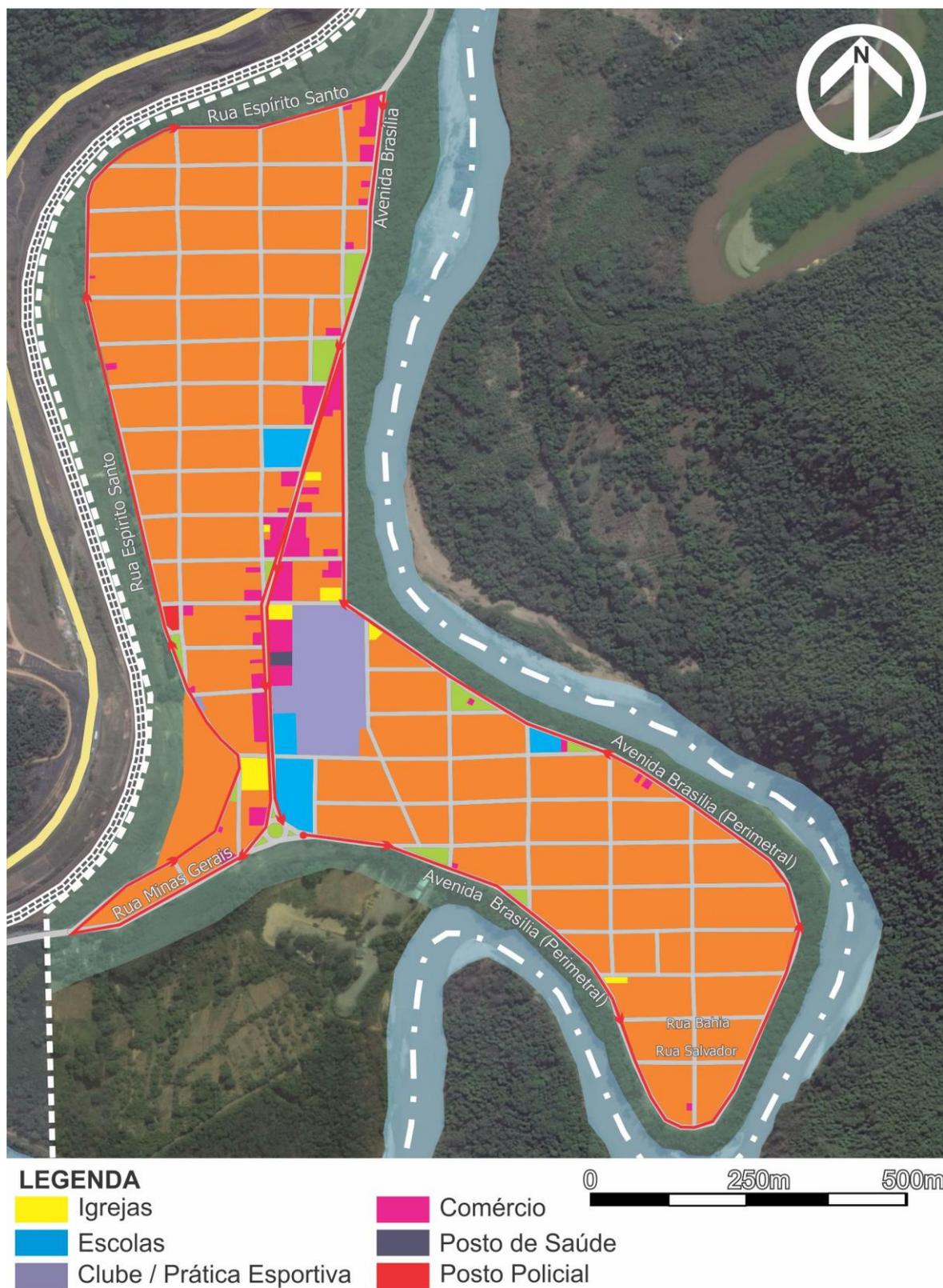
O comércio tem grande variedade, vestuários, prestação de serviços, supermercado, posto de gasolina, para atendimento do grande público existente no bairro, localizados na avenida principal. Porém entre as casas, existem outros pontos comércios menores como barzinhos, minimercados, atendimentos domiciliares de serviços estéticos, que são avistados, no percurso periférico selecionado. As vias principais são largas, de mão dupla, para deslocamento dos veículos e arborizadas, mas há ciclovia apenas em uma pequena extensão (ligação de Ipatinga ao início do bairro), faixas de pedestre e a iluminação noturna é bastante ineficiente, deixando as ruas mal iluminadas. As vias secundárias, entre as casas, são estreitas e com menor fluxo de automóveis. Outra percepção é sobre pessoas. Elas estão nas praças, comércio, templos e nas vias. Mesmo em horários e dias diferentes é recorrente o vivenciar a cidade, brincar na praça, conversar com os amigos na porta, as crianças na rua, além das atividades físicas diversas identificadas, como corrida, ciclismo e caminhadas. E essa vivência perpassa todas as idades, desde bebês levados à pracinha pela mãe, a crianças, adolescentes, adultos e idosos, todos usam a cidade.

As caminhas propiciaram a percepção das temporalidades, paisagens, construções, vazios, gestos, movimentos e dos corpos no espaço urbano. Estes compõem a peça, como elementos da pêntade de Burke, necessários à identificação das ações simbólicas da domesticidade urbana.



Mapa 5- Elementos Amaro Lanari

Fonte: Base google maps com edição da autora



Mapa 6- Levantamento de tipologias

Fonte: Base google maps com edição da autora

5.4 AÇÕES SIMBÓLICAS NA HÉXADE DA DOMESTICIDADE URBANA

Doze horas de mapeamento para observar e identificar *agências*, rastros, objetos, ações e símbolos dos hábitos domésticos no espaço urbano. A cidade torna-se uma narrativa, onde cada elemento constrói uma história, como *cejas* que compõe um *ato*, descrevem *agentes*, *propósitos* e propiciam *efeitos* no território. Porém, será que este torna-se um terreno baldio ou conforma-se com um território simbólico? As hipóteses, motivam a observação.

No dia 24 de janeiro de 2017 aconteceu o mapeamento. Poderia ser qualquer outro dia ou poderia ser todos os outros, mas nunca seria igual. Um dia qualquer para identificar domesticidades urbanas, ações simbólicas do cotidiano dos corpos que habitam a cidade. Nos primeiros minutos, com a ampliação do trajeto inicial, logo alterou-se o mapeamento realizado nas caminhadas pelo local. Ao conhecer e percorrer cada rua, novas relações, usos e tipologias foram identificadas. Então, fez-se necessário, adicionar as novas informações (mapa 7), apontar as outras tipologias mapeadas que interferem nas análises da pesquisa.

Surpreende a grande quantidade de espaços religiosos, das mais diversas crenças existentes no bairro, que permeiam entre os quarteirões, entre as residências. O comércio também apresenta essa estratégia. Os mercadinhos, salões, papelarias, consolidam-se entre as casas. As casas, em sua maioria são de um pavimento, com garagem, mas há residências de dois andares, de usos mistos (morar e trabalhar) e edifícios. Estes destacam-se no contexto, pela predominância de residências.

E o bairro se renova. Prédios estão em processo de edificação, lojas em reforma, casas em construção, a paisagem altera-se. Percebe-se essa transformação pelas obras em processo, pelas areias nas calçadas, pela tinta fresca nas paredes e portões.

Assim, esta vivência intensificada no novo trajeto, apresenta um bairro mais heterogêneo, contrapondo a percepção anterior de uma ocupação tipológica rígida, com a maior distinção entre as áreas residências e a prestação de serviços. A partir deste entendimento, compreende-se que as ações de domesticidade urbana poderiam acontecer em qualquer lugar, a qualquer momento, precisavam apenas ser identificadas.

**LEGENDA**

	Igrejas		Comércio
	Escolas		Posto de Saúde
	Clube / Prática Esportiva		Posto Policial

0 250m 500m

Mapa 7- Levantamento de tipologias 2

Fonte Base google maps com edição da autora

Para a identificação das ações simbólicas, recorre-se a héxade para investigação de atos, cenas, agentes, agências, propósitos e efeitos que quando encontradas foram registradas, nas plantas do bairro e por levantamento fotográfico. Posterior ao levantamento de dados, as imagens fotográficas foram tematizadas por ações simbólicas similares. Este processo aconteceu com a interpretação de cada imagem fotográfica, com foco nos elementos predominantes de cada cena, como objetos que podem propiciar uma ação ou gestos e movimentos corporais. Desta forma foram separadas por similaridade de padrões, como intuito de otimizar a apresentação dos dados e das análises.

5.5 ENCONTROS COM O CENÁRIO

Nesta etapa, de encontros com os cenários, foram identificados cinco temas de ações que se constroem espaço público do Amaro Lanari: *conversar*, *cultivar*, *estacionar*, *interagir* e *cuidar*. Conversar, de acordo com o Dicionário Etimológico (2017) vem do latim *conversare*, que originalmente significava conviver com alguém. Com a raiz *verso*, que significa direcionar e com prefixo *cum*, na companhia de alguém, remetemos a ação de virar a atenção para uma pessoa, estar na companhia de alguém. Este conceito relaciona-se à proximidade entre as pessoas, uma forma de interação entre elas.

Muito próximo do verbo, temos o substantivo *conversa*, termo tardio, que dá conta de espaços onde o tempo, o espaço e a ação são sintonizados e remetem a processos comuns. Acontece em comunidades onde as pessoas vão para um mesmo lugar, numa mesma hora para fazer a mesma coisa; isto vale para os conventos, acampamentos militares e também pequenas comunidades. Em nível micro, podemos ter isto também nas famílias.

Como discutiu-se na fundamentação teórica, uma das consequências da modernidade, da tecnologia, globalização é a individualização. A ação de conversar, altera-se neste panorama, gradualmente interioriza-se, ao espaço privado das casas e ao mundo tecnológico. A arte de conversar, propicia diversos debates e inquietações no contexto contemporâneo tecnológico, sendo objetos de inúmeros trabalhos como da psicóloga norte-americana Sherry Turkle, intitulado “Reclaiming Conversation: the power of talk in a digital age” (2015).

Cultivar e cuidar remetem a domesticidade relatada por Witold Rybczynsk (2002). Cultivar do particípio do verbo latino *colere*, e daí, *cultus*, cultivado, não mais natural; correlaciona-se à ação de tratar, de passar a ter algo (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2017). Cuidar é agir com prudência, tratar com esmero, interessar (MICHAELIS, 2017). Essas ações remetemos instantaneamente ao papel da dimensão feminina na sociedade, que desde dos povos neolítico, cuidam nos filhos e cultivam a comida. São ações que nos lembram cuidado e nutrição, tão característico do papel das mães. Gradualmente, com as transformações sociais tornaram-se ações realizadas em espaços privados, em algo que é nosso, no qual pertencemos, pois abarcam um contato, seja com as plantas, a terra, ou cuidar como uma manutenção de algo ou alguém que nos é importante. Essas ações traduzem uma relação, algo que extrapola a individualidade.

Já estacionar e recrear são ações prioritariamente públicas, que gradualmente tornaram-se privadas, principalmente por questões de segurança. Estacionar, do latim *statio*, 'estação' significa permanecer por um determinado tempo (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2017). É uma ação 'nova' na sociedade, relacionada, principalmente, aos meios de transporte, impulsionados na revolução Industrial e difundidos em grande escala no século XX, como exemplo por Henry Ford. O estacionar é um dos grandes enclaves urbanos, sendo pensado e projetado áreas específicas, faixas e edifícios destinados a essa ação na sociedade contemporânea.

Recrear refere-se às ações para distrair-se, divertir-se, às atividades de lazer. Pode ser considerada também uma ação nova, amplamente discutido no séc. XIX, como de direito dos operários, algo a ser discutido no sistema capitalista. No séc. XX, o lazer e as ações de recrear, vem sendo pesquisadas nas sociedades urbano-industriais, ligado a aspectos de espaço, tempo e atitude (BARBOSA & SILVA, 2011).

Essa ação, com prevalência pública, aos poucos, foi restringindo-se ao espaço doméstico, principalmente com as tecnologias da televisão, videogames, tablets e computadores. Esta transformação é impulsionada devido a diversos fatores enunciados no capítulo quatro, como o aumento da violência, o acúmulo de atividades, a individualização, que tornam a ação de recrear cada vez mais restrita a alguns momentos e a casa.

Essas cinco ações foram mapeadas, algumas com maior recorrência, outras abrangendo mais usuários, algumas identificadas pelos gestos corporais, outras pelos signos, objetos e rastros deixados no espaço urbano, conforme registrado no mapa 8.

As ações, suas temporalidades, características, efeitos são apresentadas de acordo com a tematização, representados por mapas e algumas imagens fotográficas selecionadas no mapeamento.

5.5.1 Conversar

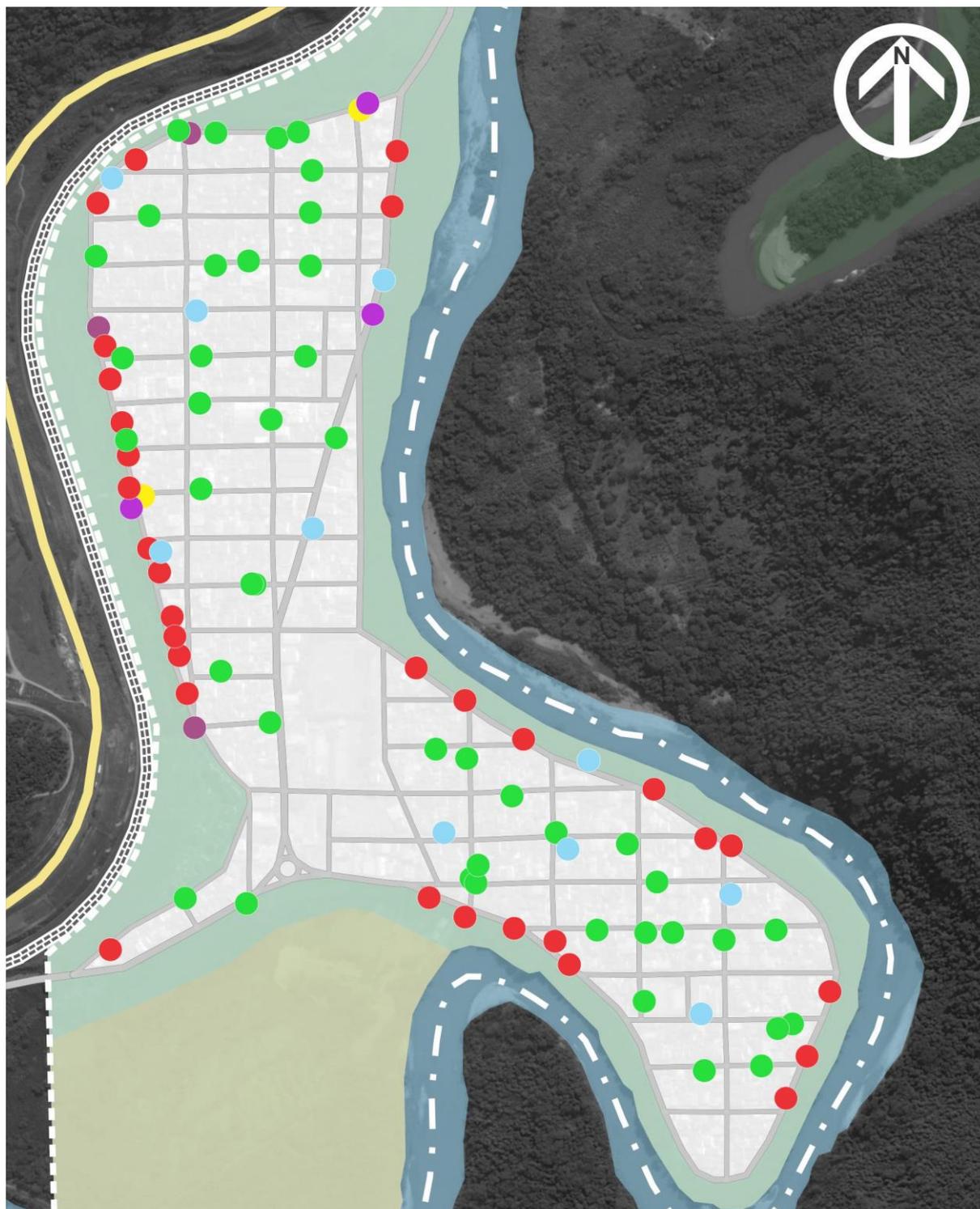
Esta categoria apresentou a maior quantidade de simbolizações durante o mapeamento e foi identificado pelo sentido conotativo concreto, onde o ato era interpretado pelos elementos visíveis das cenas. Estes apresentaram-se através de duas simbolizações, pelos corpos que realizam a ação, ou por objetos e vestígios, utilizados para a realização da ação, como elementos um cenário pronto para atuação dos agentes. Esta interpretação é apresentada através dos elementos da pêntrade de Kenneth Burke.

A primeira pergunta ao identificar uma possível situação da domesticidade urbana é “o que aconteceu?” O *ato* desta ação simbólica consiste na transposição dos corpos do espaço privado das casas ao espaço público, para conversar; como uma extensão da sala de estar para a calçada. Pessoas reunidas dialogando, conversando ao celular e objetos construídos que propiciam esta ação (figura 8). Este ato consiste em uma interação social, uma prática simbolizadora dos indivíduos.



Figura 8- Conversar

Fonte: Da autora



- Conversar
- Cultivar
- Cuidar
- Estacionar
- Recrear

0 250m 500m

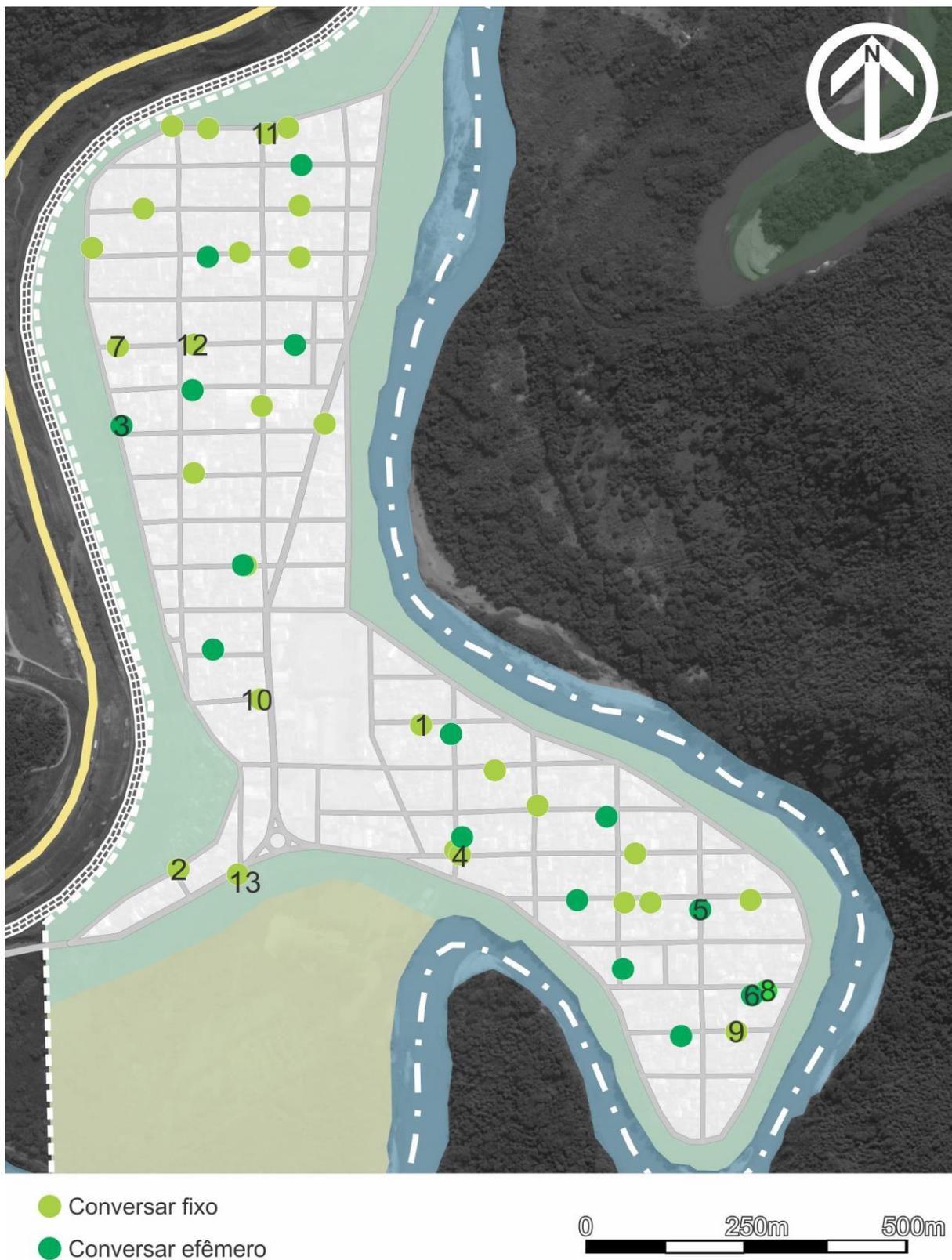
Mapa 8- Ações simbólicas
Fonte: Base google maps com edição da autora

Qual o contexto que aconteceu? A *cena* perpassava nas portas das casas, nas calçadas, no limiar da casa com a rua. Aconteceram em todos os horários, porém de forma mais intensa, na parte da manhã e no início da noite, sem uma área específica, a cena estava pulverizada pelo contexto urbano (mapa 9). Quem realizou o ato? Os *agentes* são os moradores, adultos, jovens que interagem com outros moradores do bairro, visitantes e com vendedores ambulantes.

Como foi feito? As *agências* apresentaram simbolizações diferentes, alguns atos foram realizados através do corpo dos usuários que realizam a ação e outros por objetos que retratavam a possibilidade da ação, como instrumentos operacionais para tal. Porém estes últimos, apresentaram temporalidades distintas. Alguns objetos eram permanentes, fixos, como plataformas projetadas para determinada ação. Ou outras situações os objetos e ações eram efêmeros, conformados por momentos. Assim as *agências* subdividem-se em duas categorias, o *conversar efêmero* e o *conversar fixo*.

Na ação simbólica de *conversar efêmero*, refere-se a ações temporárias, passageiras, que podem acontecer por instantes ou como um hábito do cotidiano. No mapeamento a materialização dessas *agências* associavam-se a outra ação, a de *sentar*. Estas aconteciam individualmente, conversando no celular, nas portas das casas, em cadeiras de plástico, bancos fixos e surpreendentemente, em sofás.

A princípio, houve uma relutância, em identificar os sofás como estímulos à domesticidade urbana, pelo receio de serem apenas objetos de descartes e entulhos. Foram identificados e registrados, mas com muita dúvida, quanto a significação. O tempo do mapeamento foi fundamental à interpretação, pois o deslocar, por vários horários do dia, percebeu-se que os objetos mudavam de local, a procura da sombra. Se a sombra estava do lado contrário da calçada o objeto estava lá, no final da tarde, alterava para a frente da casa. Também, alguns usuários foram registrados em meio a realização da ação. Estes fatores respaldaram o objeto como uma *agência* da ação simbólica de *conversar* (figura 9).



Mapa 9- Conversar

Fonte: Base google maps com edição da autora



Figura 9- Conversar efêmero sofás

Fonte: Da autora

Como vestígios do conversar efêmero também foram encontrados cadeiras e bancos de diversos materiais que deduzem a ação de conversar. Além dos objetos domésticos que transpunham ao espaço público, a estrutura urbana também se configura como parte da cenografia da ação, os meios fios, as paredes, as árvores, serviam como elemento à realização da ação. Quando realizado à noite, mesmo sem iluminação adequada o ato conforma-se, principalmente debaixo dos postes (figura 10).



Figura 10- Conversar efêmero cadeiras

Fonte: Da autora

O *conversar fixo* foi identificado pelos objetos elaborados e destinados para permanência. São exemplificados pelos bancos fixos, feitos na frente do portão de entrada da casa, dos mais diversos materiais. Alguns desses objetos são ‘incorporados’ a residência, compondo as fachadas e utilizando materiais similares aos da morada (figura 11). Esses objetos fixos, materializam-se como a simbolização de um hábito, que acontece constantemente. O espaço das ruas é acrescido de mobiliários domésticos, configurando uma imbricação entre a dialética público e privado, qual passa a refletir a transposição do conversar.



Figura 11 - Conversar fixo

Fonte: Da autora

Por que foi feito? Este elemento compõe questões subjetivas, mas a interpretação do propósito, no campo conotativo concreto, remete a socialização dos moradores, na busca de romper com a individualização e a privatização das relações. O ato parece conformar uma rede social, um espírito comunitário que afeta até questões de segurança. Durante o mapeamento fui questionada inúmeras vezes, por esses agentes, sobre o que estava fazendo, se precisa de algo de alguma informação. Assim, o propósito conforma-se como um hábito, na busca de interações sociais.

Por fim, busca-se analisar os efeitos, identificados para composição da hécade de análise da domesticidade urbana. Quais as consequências desse ato? Os *efeitos* refletem diretamente na relação com o território. Neste caso, a ação de conversar rompe com a conformação de um 'terrain vague', pois propicia um vínculo com o território vivido. O local qual se permite sentar e conversar conforma um território como representação espaço-tempo-vivido que é múltiplo, pela sobreposição do território doméstico ao público, assim, conformam camadas de significados, que refletem na relação do homem com seu meio.

Ao transpor-se corporalmente ao espaço privado, expondo comportamentos, opiniões, símbolos, que podem ser interpretados por outros indivíduos, para finalidade de dialogar, compreende-se uma identificação com o território, uma segurança afetiva enunciada por Rogerio Haesbaert (2004). Assim há uma identificação dos *agentes* com o local e entre os próprios *agentes*. Este processo identitário, conforma uma identidade coletiva, cultural, que para Haesbaert (2004) é gerado pela apropriação territorial, que agrega valores simbólicos. Ao conversar no espaço urbano, há a conformação de um território simbólico, decorrente do processo de apropriação e pertencimento em conversar na rua, da ação simbólica de retrata a domesticidade urbana.

5.5.2 Cultivar

A ação simbólica de cultivar foi a segunda simbolização mais recorrente no mapeamento (mapa 10). Estes apresentaram-se através de ações corpóreas presenciadas, mas principalmente, pelos vestígios e resultados materiais dessas ações no espaço urbano.



Mapa 10- Cultivar

Fonte: Base google maps com edição da autora

O ato consiste no tratamento de vegetações no espaço públicos pelos moradores do local. Pessoas que deixam seus afazeres domésticos, para cultivar o espaço público, como plantio de jardins, de pomares. A cena apresenta dois contextos, o primeiro é identificado nas calçadas, muros e passeios (figura 12). Vasos de plantas, jardins, plantações dispostos no espaço público, que parecem constantemente tratados. Há flores, mudas, arvores frutíferas e até plantação de milho, plantas que não são nativas, mas foram adicionadas a paisagem do bairro.



Figura 12- Cultivar

Fonte: Da autora

A segunda cena perpassa as áreas verdes do bairro. Como explicado no item 6.3, o bairro é circundado por uma área de preservação de mata ciliar, da empresa Usiminas e por uma faixa de domínio da ferrovia Vitória Minas, administrada pela Vale S.A. Nestas áreas, sob responsabilidade de manutenção das empresas, não podem haver edificações, mas podem contemplar atividades correlatas de preservação ambiental.

Várias ações simbólicas acontecem neste contexto (figura 13), em maior escala que as micropaisagens que entremeiam o bairro. São jardins, hortas, faixas de terra cultivadas que transformam a área verde local. Estas cenas foram identificadas pelas ações dos moradores, que simbolizavam pelos gestos de plantio, por vestígios, através de jardins bem cuidados, também por ferramentas como enxadas, pás, deixados no local e pelo resultado paisagístico, como produto dessa ação.



Figura 13- Cultivar público

Fonte: Da autora

Os *agentes* são os moradores do bairro e percebe-se uma diferenciação de abordagens, tipologias de plantas, estratégias de plantio ao longo de todo o percurso. Entretanto, parece que alguns indivíduos ou grupos são responsáveis por determinadas áreas, como demarcações abstratas, pois as soluções paisagísticas semelhantes conformam partes, quais se encerram pelo início de outra. Esta característica se repete por uma longa extensão do espaço público.

Sob essa análise as *agências* acontecem de acordo com a identificação e referenciais dos agentes. Determinadas áreas têm apenas com flores amarelas, outras com vasos de pneus, outras apenas plantas verdes, pomares, plantio de milho, etc. Porém percebe-se uma busca a padronização de algumas técnicas, como a reciclagem do pneu, pois a solução permeia tanto nas áreas verdes quando nas calçadas, sendo diluídos por todo o espaço do bairro.

O *propósito* da ação simbólica de cultivar é mais claro que na ação simbólica de conversar. Analisa-se que o cultivo aconteça para duas finalidades distintas, o *cultivar público* e o *cultivar privado*. Na primeira, o cultivo é realizado para valorização do espaço público, como melhoria na vivência, nas vistas e como meio de incentivar a relação coletiva com o meio ambiente.

Já o *cultivar privado* aponta a ação como meio de privatização do espaço público, como relatado por Ângelo Serpa (2011). Muitas áreas, como pode ser identificado no mapa 10, são cercadas, delimitadas, restrita ao uso e usufruto apenas de indivíduos ou grupos específicos (figura 14). Essas áreas de cultivo, são cercadas por arames, com portas de acesso restrito, com correntes e cadeados, apresentam objetos pessoais e até animais para vigilância.



Figura 14- Cultivar privado

Fonte: Da autora

Estas duas motivações interferem diretamente nas relações com o território e apontam à multiplicidade de manifestações desta relação. Os *efeitos*, perpassam desde a dominação concreta do espaço, por relações de poder, à apropriação subjetiva, cultural-simbólica, como descrito por Haesbaert (2004). O cultivar privado pode ser interpretado como uma forma de domínio, relações de poder impostas que tornam um espaço público um território privado de alguns, unifuncional, uma propriedade. Este processo torna o espaço “dominado” um território de poucos, um processo de simbolização restrito.

Já o cultivo coletivo, não conforma propriedades. Apresenta-se como produto da apropriação, através da valorização deste território, em prol da coletividade, tornando-o um território simbólico, múltiplo. Este processo gera uma identificação do indivíduo com o meio vivido, pois o cultivar, propicia vínculos de pertencimento dos corpos com o território e, além disso, é passível de uma replicação da ação simbólica, que colabora para a conformação de uma ação coletiva de um bairro, uma identidade cultural. A ação de alguns indivíduos, podem incentivar a ação de outros, alterando as relações identitárias com o espaço.

Essa ação da domesticidade urbana, transmite a complexidade da análise do fenômeno, pois perpassa um limiar tênue, entre atividades ilícitas ou individualizadoras, que podem distanciar os corpos do espaço público, as ações integradoras, caracterizadas pelas boas práticas colaboram para o vínculo conformador de um território sob o espaço público.

5.5.3 Cuidar

O senso comum diz que quando cuidamos de algo, cuidamos de nós mesmos. Perpassando as ruas surpreende o cuidar, ações individuais que acontecem continuamente no bairro (figura 15 e mapa 11). O próprio Heidegger lida com o tema do cuidado – especialmente com o termo *Sorge* que é uma tradução de *Cura*, uma entidade mitológica que tem que lidar com seu filho diante do destino – onde ele desenvolve o tema central do ser humano, isto é, aquele que existe por um cuidado. “O mundo que se abre com a própria abertura da presença a partir da temporalidade é também e de modo igualmente originário o mundo da convivência, do ser com-os-outros” (Fernandes, 2011; Heidegger, 1988, p. 168-178).

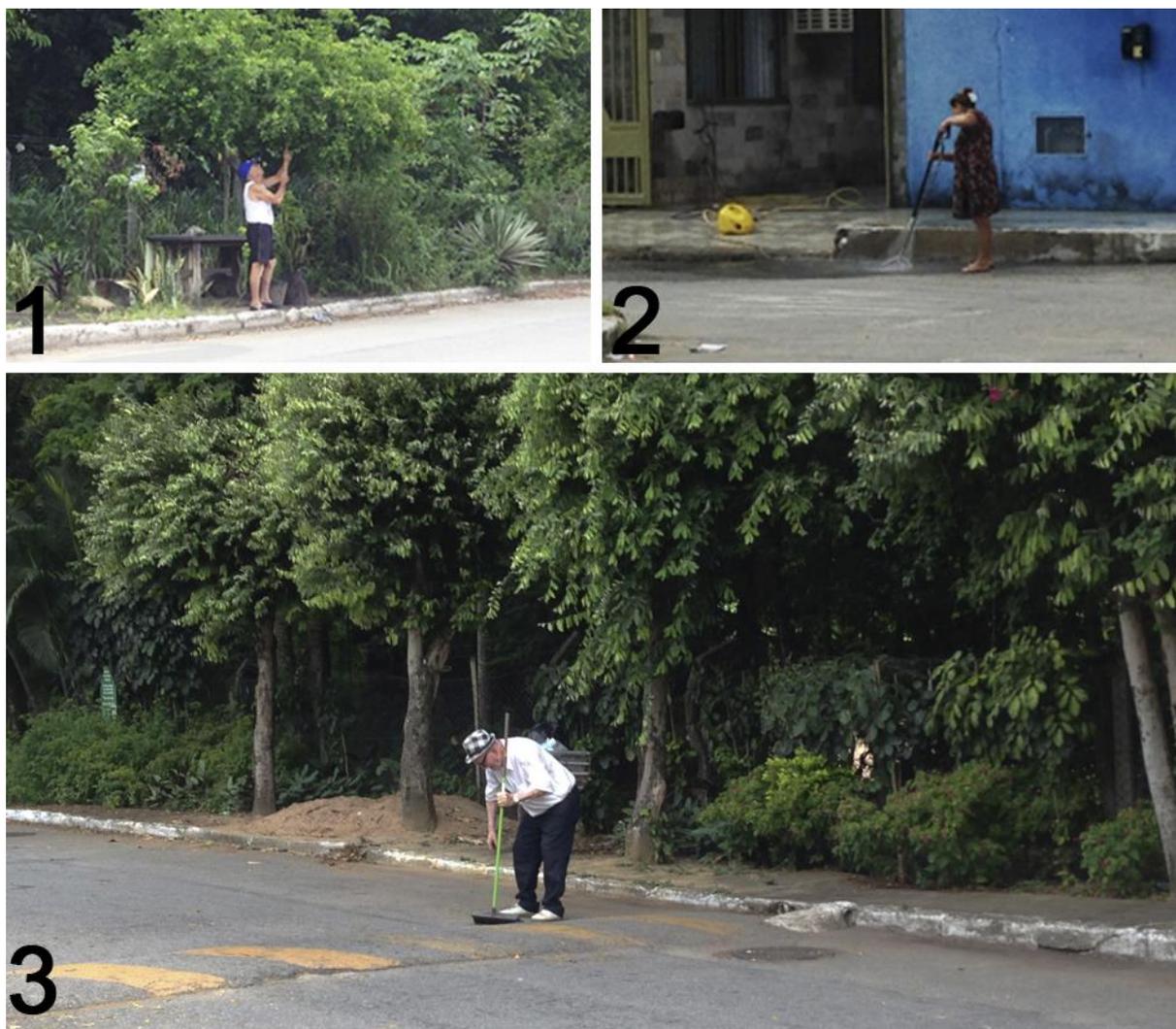


Figura 15- Cuidar

Fonte: Da autora



Mapa 11- Cuidar

Fonte: Base google maps com edição da autora

O ato é o cuidar do espaço público como cuida-se da casa. O espaço público é tido como continuidade da casa, e assim é cuidado, como uma atitude de continuidade que faz parte das atividades diárias. O limpar a calçada, a rua, o podar a árvore, constituem gestos e movimentos desta ação simbólica. Rybczynsk (2002), descreve o cuidar como um exemplo de domesticidade, as mulheres cuidam dos filhos, da casa e do seu jardim. O jardim, no caso deste bairro, estende-se a rua, a todo espaço público.

Este ato tem como *cena* as calçadas, a rua, as praças, áreas verdes, que acontecem principalmente na parte da manhã. Interpreta-se que neste período acontece cuidar da casa e este é transposto ao espaço público, como uma *atitude natural* descrito por David Seamon (2013), como um apreender incorporado, que leva o gesto de cuidar, limpar a casa para o espaço externo.

Os *agentes* são mulheres, homens, senhoras, senhores, que cuidam e tem como agência instrumentos domésticos como mangueiras, vassouras, rodos, material de poda. Observa-se que esses serviços, coleta de lixo, varredura de ruas, podas de árvores, também são desempenhadas por empresa contratada pela Prefeitura do município, mas os moradores executam essa atividade com a naturalidade daquele que reconhece o espaço como seu. Essa ação simbólica apresenta um *propósito* bem definido, as pessoas cuidam do espaço urbano, para melhorar a qualidade de vida, a relação com o meio, com a paisagem e com os outros. Os moradores, ao cuidar, dispõe seus corpos ao espaço público e assim estão susceptíveis a outras ações como conversar e recrear. Essa disposição, intensifica as relações sociais, colaboram para a manutenção do meio, além de conformarem uma identidade e vínculo coletivo.

Essa ação tem como *efeitos* a apropriação do espaço urbano, pois não é uma ação imposta, até desnecessária se analisado pelos serviços públicos oferecidos, mas são realizados como uma manutenção, uma identificação territorial no qual entende-se que o espaço público deve receber o mesmo tratamento da residência. Neste processo, o território torna-se múltiplo, pois sobrepõe-se uma camada simbólica de significados do território doméstico no território público, em um 'continuum'.

Assim, o espaço público cuidado torna-se um território simbólico, que reflete os hábitos e costumes diários dos seus moradores, como um espelho do doméstico no espaço público. Nas ações cotidianas do cuidar, externas aos limites das propriedades privadas, manifestam-se o gesto de reconhecimento da rua como extensão simbólica da casa, e configura-se ao morador do bairro um senso de pertença e identidade.

5.5.4 Estacionar

A ação de estacionar relaciona-se a permanecer, algo ou alguém, por um tempo. O estacionar é uma ação com conformações distintas, ou estacionamos no espaço privado das casas, edifícios garagens ou no espaço público da rua. Porém a ação de estacionar, apresenta-se com outra conformação no bairro, mesmo que de forma pontual (figura 16 e mapa 12).

O ato consiste em utilizar o espaço público, não destinado a esta finalidade, para estacionar. Esta *cena* acontece nas calçadas, local para circulação de pedestres, que é utilizado como uma continuidade do espaço doméstico.



Figura 16- Estacionar

Fonte: Da autora



● Estacionar

0 250m 500m

Mapa 12- Estacionar

Fonte: Base google maps com edição da autora

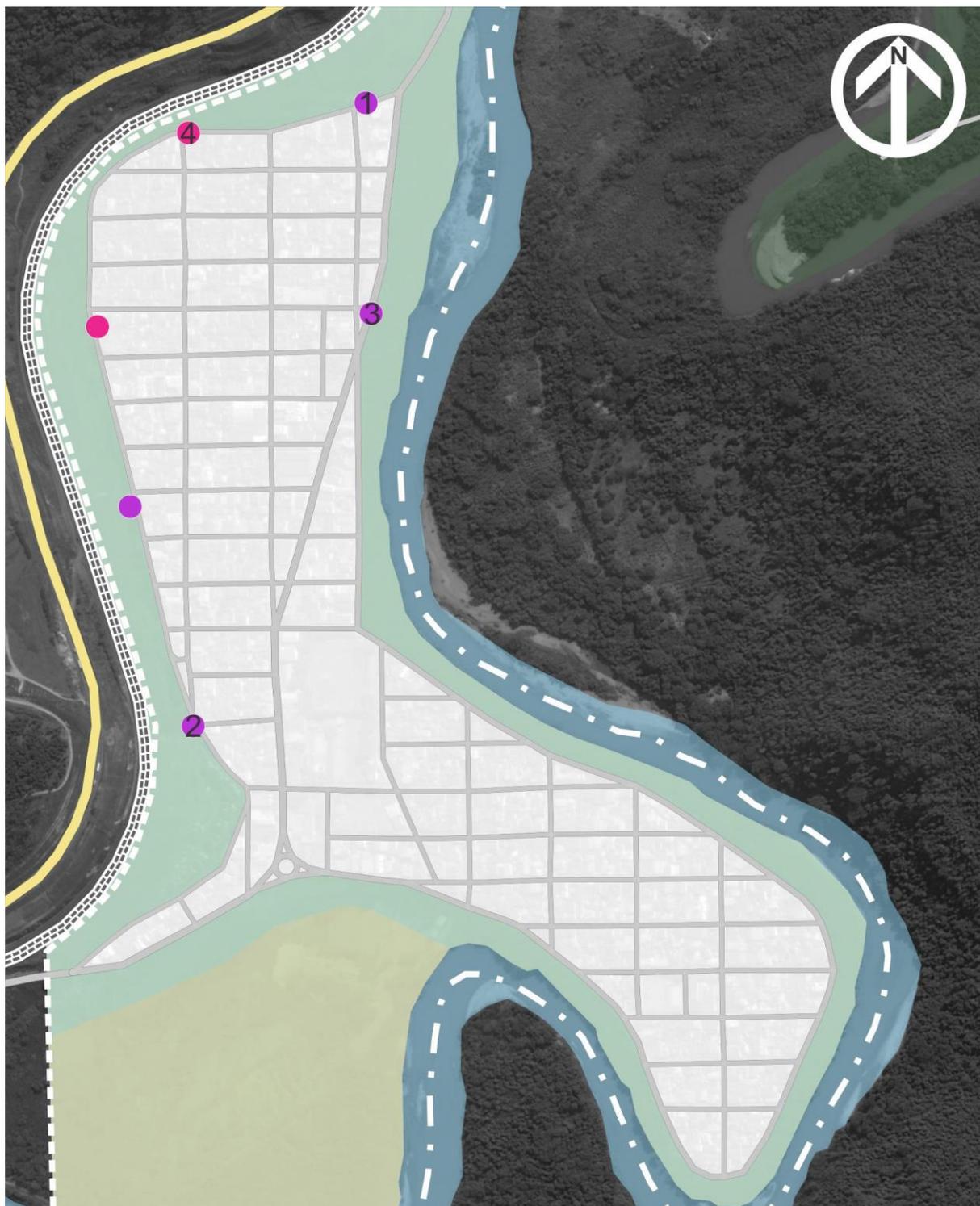
Os *agentes* são os moradores da casa, a qual confronta-se a calçada, que apresenta como *agência* o próprio carro. Os proprietários dos veículos estacionados nas caçadas, como ilustrado pela figura 15, criam até estruturas de suporte à ação, com cobertura para sombrear o automóvel e animais domésticos para vigilância. Por que este ato acontece? Interpreta-se que *propósito* parta da valorização dos bens materiais na sociedade contemporânea.

O automóvel na sociedade brasileira, de acordo com Fabricio Maoski (2014.p.32), deixou de ser um simples objeto funcional para ser percebido como uma 'paixão', assim como as casas, originando uma "cultura do carro". Mais do que um instrumento, para o deslocamento diário, desenvolve-se uma afetividade pelo carro, que está relacionado ao prazer de dirigir e, principalmente, pelo fator simbólico social, de status inerente ao objeto. Ter um carro é uma conquista pessoal e uma forma de identificação social, símbolo de progresso, status. Sob essa análise, entende-se o passeio público como a extensão da casa, e assim local para estacionar o bem de consumo.

Os *efeitos* desta ação simbólica é a constituição de um território simbólico tão intenso, pela apropriação/dominação, que reconhece-se a calçada como o território doméstico, que abriga objetos pessoas e animais domésticos. A rua é vista como um território distinto da calçada, como se existisse uma barreira invisível que separa os dois territórios, o passeio, como território doméstico e a rua, como território público. Porém este território simbólico, gera uma privatização do espaço público. Então a calçada torna-se um território simbólico, de transposição dos gestos privados ao espaço público, pela ação indevida de estacionar sob o espaço destinado aos transeuntes.

5.5.5 Recrear

A última ação simbólica tematizada é o recrear. O recrear é uma ação pública, que gradualmente foi interiorizada, e assim, neste processo de transição do ato, exclui-se as brincadeiras de rua, as atividades físicas, o ler, ações outrora entendidas como originalmente públicas. Foram mapeados vestígios de objetos que propiciam ações domésticas que transgrediram ao espaço público (mapa 13).



- Recrear público
- Recrear privado

0 250m 500m

Mapa 13- Recrear

Fonte: Base google maps com edição da autora

O ato, consiste na utilização e consolidação do espaço público como plataforma a ação de recrear, que tem como *agência*, a construção, implementação de objetos como mesas, banquetas, churrasqueiras que intensificam novas ações no lazer público. Estas são feitas do aproveitamento de materiais como carretel de madeira, pneus, dormentes, paletes e mesmo de concreto, tijolos, que conformam praças de lazer e áreas de churrasco (figura 17).



Figura 17- Recrear público

Fonte: Da autora

A *cena* perpassa as calçadas, no entremeio das áreas verdes e nas praças que não apresentam estruturas para lazer. Os *agentes* são os moradores e também empresários do comércio local, que são identificados pelo *propósito*. Alguns dos espaços que propiciam o recrear estão em áreas predominantemente residências, e apresentam menor escala, algumas mesa e churrasqueira em área sombreada, assim o propósito apresenta-se como a conformação de um recrear dos moradores próximos.

Outro propósito é comercial, pois as intervenções encontram-se na frente de bares, apresentam muitas mesas, iluminação e palco, o que interpreta-se que são utilizados como continuidade do espaço comercial (figura 17, nº1). Há também outro propósito de privatização do espaço público, porém materializado tal como na ação de cultivar, como espaços de recreação cercados, fechados por grades, arames e cadeados, restringindo a ação, a apenas alguns indivíduos (figura 18).



Figura 18- Recrear privado

Fonte: Da autora

Os *efeitos* assimilam-se ao da ação simbólica de cultivar. Quando o propósito abarca a consolidação de possibilidades de recrear, com fins coletivos, essa apropriação propicia a conformação de um território simbólico a partir de uma identificação coletiva, que pode interferir nos hábitos e vivências dos moradores.

Quando há a privatização do espaço público, seja de menor escala, pelos moradores que cercam essas áreas, ou pelos estabelecimentos comerciais que utilizam o espaço público comum para finalidades particulares, há uma dominação que sobrepõe-se a apropriação coletiva, constituindo um território como propriedade.

Percebe-se que na análise das representações simbólicas da domesticidade urbana, há um limiar tênue na interpretação territorial, que pode propiciar diversas análises a partir da interpretação de cada pessoa. Porém há a identificação de ações que materializam a transposição dos gestos privados no espaço público e assim, a exemplificação da domesticidade urbana, que supera a possível conformação de um *“terrain vague”*.

O hibridismo histórico e funcional existente no bairro Amaro Lanari, poderia interferir diretamente na relação dos moradores como o meio, como um não reconhecimento identitário e cultural com o espaço vivido. Porém há o oposto, a população neste hibridismo se reconhece, e a partir desse reconhecimento apropria-se do espaço público, sendo este processo exemplificado pelos vínculos afetivos e de pertencimento, materializados pelas ações simbólicas da domesticidade urbana.

6 CONCLUSÃO

Os municípios contemporâneos vivenciam um processo de crescimento urbano que afeta diretamente a relação espacial dos cidadãos. Nesse contexto, o mundo vivido, e construído, é alterado constantemente. Os corpos refletem essas modificações, que por sua vez interferem no comportamento, nas referências e na própria identidade dos indivíduos. Assim, este processo faz-se sentir corporalmente, pode ser interpretado pelas narrativas corpóreas e expressos por simbolizações como gestos, movimentos, palavras e ações.

Dessa forma, a fundamentação teórica dos primeiros capítulos foi essencial à construção e identificação desse fenômeno, pelo respaldo de abordagens, teóricas e metodológicas, sobre o mundo vivido, bem como análise da dialética 'público e privado', no espaço urbano e, também, a identificação dos seus impactos nos indivíduos e nas relações sociais.

Todo esse processo é refletido no território vivido, que conforma territorialidades e interfere nos vínculos de pertencimento e na identidade individual e coletiva. Ressalta-se, nesta finalização, o papel fundamental da análise territorial, tanto para constituição quanto para análise do fenômeno, principalmente, sob a identificação das relações identitárias com o território, utilizando os conceitos do geógrafo Rogério Haesbaert para formação do território simbólico e múltiplo, que abarca as relações de apropriação e pertencimento dos indivíduos com o meio vivido.

Porém, esse processo só foi possível pela abordagem interdisciplinar, que possibilitou um olhar amplo para as áreas que envolvem a percepção ambiental e corpórea, na busca da identificação do fenômeno e do entendimento dos efeitos no território. A interdisciplinaridade propiciou, também, a construção metodológica, ao utilizar a pêntade de Kenneth Burke para identificação das ações simbólicas da domesticidade urbana que, posteriormente, foi complementada com os *efeitos*, para entendimento dos impactos no território vivido, construindo assim a hêxade da domesticidade.

Além da utilização da metodologia da área das ciências da informação, de tematização de imagens de Ricardo Rodrigues, com intuito de categorizar as imagens fotográficas das ações mapeadas. Destaca-se, ainda, os mapeamentos oriundos da

vivência espacial e da observação, praticados nos levantamentos de campo da área de arquitetura e urbanismo.

Esta última, realizada no bairro Amaro Lanari, na cidade de Coronel Fabriciano, foi essencial para identificação do fenômeno. Conformado pelo hibridismo entre dois municípios (Coronel Fabriciano e Ipatinga), poderia configurar seu espaço público como um *'terrain vague'*, sem vínculos. Porém, as ações da domesticidade urbana simbolizam o oposto, ou seja, a utilização e vivência do espaço público do bairro. Assim, a qualidade de vida, as identidades individuais e coletivas são conformadas pelas ações diárias, que criam hábitos, vínculos e simbolizações espaciais.

Essa etapa, que seria, a princípio, uma exemplificação, tornou-se fundamental para identificação e entendimento do processo de apropriação e vínculo com o território. Na identificação dos cenários, dos atos, das cenas, dos agentes, de seus propósitos simbolizados por agências, houve o entendimento da domesticidade urbana como possibilidade de superação de possíveis terrenos vagos. Desse modo, a transposição dos gestos domésticos, apresenta propósitos, desde ações em prol do bem comum, conformando uma cultura regional, ou como uma atitude natural apreendida corporalmente até a dominação individualizadora do espaço.

Quando a transposição acontece como uma continuidade do espaço privado - onde há apropriação, que interfere na vivência espacial, na identidade individual e coletiva - há a conformação um território simbólico. Este é múltiplo, resultante das manifestações e da sobreposição do território privado ao público e apresentam símbolos que podem ser identificados e interpretados.

O olhar para o indivíduo, torna-se, assim, um recurso para outros desdobramentos, já que a diversidade de afazeres e deveres diários, acabam por negligenciar nossa percepção ambiente, sobre nós e sobre os outros indivíduos, encobrindo a beleza do retorno à vida pública e das ações ordinárias da vida diária. Dessa maneira, a pesquisa sobre a domesticidade urbana ressalta a consciência do uso público, o reconhecimento do indivíduo e a as vivências diárias.

Como exemplificação desses desdobramentos, o estudo com foco no indivíduo, identifica simbolizações que podem incitar ações e projetos sociais e governamentais para a retomada, reabilitação e revalorização da cidade, conformando vínculos com o espaço urbano. Podem, ainda, colaborar para a transformação de terrenos vagos em territórios simbólicos.

Todavia para que isso aconteça de forma efetiva, necessita-se da análise da vida cotidiana, considerando os corpos inseridos no contexto, seus hábitos, demandas e referências, para que as ações, intervenções e os projetos possam propiciar vínculos entre o indivíduo e a cidade. A metodologia da *hélix* da domesticidade, pode ser utilizada como um instrumento à identificação de demandas, dos usuários, de suas ações, e assim, de um reconhecimento territorial e espacial, para proposições arquitetônicas e urbanísticas.

Outro possível desdobramento da pesquisa é a análise aprofundada dos *propósitos*, na identificação das motivações individuais para realização das ações. A utilização de uma metodologia de coleta de história oral, por exemplo, possibilitaria esse aprofundamento, na busca da identificação das motivações individuais em realizar ações simbólicas no espaço público. Por motivos metodológicos, na busca de atingir os objetivos da pesquisa, esse aprofundamento não foi contemplado.

Em uma análise fenomenológica pode-se ir adiante nessas identificações. O tema não está esgotado, mas apontado como uma possibilidade de entendimento da relação do homem com seu meio. Pretende-se continuar esta pesquisa, com aprofundamento da análise semiótica das ações simbólicas e nas motivações individuais que interferem na identificação individual e de uma coletividade.

Portanto, a pesquisa tem como aquisição a busca à interpretação dos corpos que usam a cidade, a identificação de fatores contemporâneos que interferem no indivíduo, o entendimento de como este processo resulta na experimentação espacial e na relação com o território. A domesticidade urbana, mais do que um estudo sobre um fenômeno urbano, é um olhar sobre os indivíduos, seus corpos, simbolizações, ações que refletem referências, vivências, histórias e memórias. As interpretações dessas simbolizações refletem os vínculos e apropriações de um espaço que sempre os pertenceu, mas se distanciaram pelos limites da privacidade.

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: SENAC, 2008.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BACHELARD, Gaston. **Os pensadores**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções de Joaquim José Moura Ramos (et al.). — São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARBOSA, Talita & SILVA, Odair. **Origens e significados do lazer**. Revista científica eletrônica de turismo. Ano VIII, n.14. Janeiro, 2011.

BARROS, Alice de Almeida; COUTO, Maria Emilia de Gusmão. Hábitos no habitar: um estudo sobre os hábitos de morar em diferentes perfis habitacionais. In. **Oculum Ensaio**, Campinas. Julho-Dez 2012.p. 96-101.

BAUDELAIRE, Charles. **Obras estéticas: filosofia da imaginação criadora**. Trad.: Edison Darci Heldt. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, [1863] 1993.

BENEVOLO, Leonardo, **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BONNEMAISON, Joel. Espace géographique et identité culturelle en Vanuatu (exNouvelles-Hébrides). **Journal de la Société des océanistes**, 1980, 36(68), pp. 181-188.

BURKE, Kennedt. **On Symbols And Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

_____. **A Grammar of Motives**. New York: Prentice-Hall, 1945.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Daniel Estima de; SUTTER, Mariana Bassi; POLO, Edison Fernandes; WRIGH, James Terence Coulter, **Construção de cenários: apreciação de métodos utilizados na administração estratégica**. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO1387.pdf>.> Acesso em fev. 2017.

CAVALCANTI, Christiane, et al. **Envelhecimento e Obesidade: um Grande Desafio no Século XXI**. Revista Brasileira de Ciências da Saúde: 2010. p. 87-92.

CERQUEIRA, Yasminie. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. Natal: UFRN, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar**. 9ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: ALMEIDA; ARRAES (Orgs.). **É geografia é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013a. p.122-143

_____. A virada cultural em Geografia. In: ALMEIDA; ARRAES (Orgs.). **É geografia é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013b. p.92-105.

_____. Geografia Cultural: Um balanço. **Revista Geografia**. Londrina: 2011. v.20,n.3,p.005-024.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua- espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **A Teoria da Deriva**. Texto originalmente publicado no nº2 da revista Internacional Situacionista em dezembro de 1958. In.: JACQUES, Paola B.(org) Apologia da Deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade. Tio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

DI MÉO, Guy. **Composantes spatiales, formes et processus géographiques desidentités**. Annales de Géographie. 2004, v. 113.

DICIONÁRIO ETIMOLOGICO. **Dicionário Etimológico: Etimologia e origem das palavras**. Disponível em < <http://www.dicionarioetimologico.com.br>>. Acesso em 15 de jan.2017.

EAGLETON, Terry. The Significance of Theory. In: SYKES, K (org). **O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FERNANDES, Marcos Aurélio. **O cuidado como amor em Heidegger**. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-8672011000200007> Acesso em fev. 2017.

FRAZER, Elizabeth. Public-private distinction. In HONDERICH, T. (Ed.), **The Oxford Companion to Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FREIRE, Madalena (coord.) **Observação, registro, reflexão – Instrumentos metodológicos I. Série Seminários**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

FRIENDS OF THE HIGH LINE. Disponível em < <http://www.thehighline.org/blog>>. Acesso em jan. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2008. 10. nº1. p.41.62.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIANNITRAPANI, Alice, **Introduzione alla semiotica dello spazio**. Roma: Carocci, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

GUNTHER, H.; ELALI, G. A., & PINHEIRO, J. Q. A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: características, definições e implicações. In PINHEIRO, J. Q. - H. GUNTHER (Orgs.), **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GUSFIELD, Joseph R. Introduction. In BURKE, Kenneth, **On Symbols and Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989, p. 1-49

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade**. Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008.

HAESBAERT, Rogério. BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgrafia**, V. 4, N. 7, 2002.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista eletrônica Etc., espaço, tempo e crítica**. n. 2, v. 1, ago. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à multiterritorialização**. In: Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004.

_____. **O mito da desterritorialização: Do "Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2006.

_____. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, A., org. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

HEIDEGGER, Martin. Construir, Habitar, Pensar. In HEIDEGGER, M., **Ensaio e Conferências**. Márcia Sá Cavalcante Schuback (trad.). Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas**. São Paulo: Abril, [1920] 1985.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos [1974] 1986.

LEPETIT, Bernard. **Por uma história urbana**. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação de Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: EDUSP, 2001.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2009.

MARANDOLA JR, Eduardo. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**. V. 3, n. 2, 2013.p.49-64.

_____. Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em 'Place and Placelessness', de Edward Relph. In. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre: Julho 2010.

_____. Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 81-94, jan./abr. 2012.

MAOSKI, Fabricio. **Ter um carro é... A percepção sobre o significado do carro e o comportamento do condutor**. Dissertação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

MENDONÇA, Rexane. **O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso "Ipatinga"**. Dissertação Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Online. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 08 de setembro 2016.

_____. Online. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 15 de janeiro 2017.

MONTANER, Josef Maria. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do séc XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

MUMFORD, Lewis. **The City in History**. New York: Harvest Book Harcourt, 1961.

NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica. 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NETO, Mario & NASCIMENTO, Elvira. **Vale do Aço: Antes & Depois**. Coronel Fabriciano: MCN Comunicação e Editora, 2010. p,443-460.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica.** 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações: o futuro não é mais o que era.** São Paulo: Edições Sesc. 2013.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** Trad. José Teixeira Coelho Neto, 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PEREIRA, José Ramón. **Introdução à história da arquitetura, das origens ao século XXI.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO. Disponível em <<http://www.fabriciano.mg.gov.br>>. Acesso em 12 set.2016

RAPOPORT, Amos. **Human Aspects of Urban Form: Towards a Man-Environment Approach to Urban Form and Design.** Oxford: Pergamon, 1977.

RIBEIRO, Wallace; LOBATO, Wolney e LIBERATO, Rita de Cássia. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, Betim, v.6, n.1, p. 42-65, set. 2009

RODRIGUES, Walter. Urbanidade e novos estilos de vida. **Sociologia- Problemas e práticas.** nº12, 1992. pp. 91-107.

RODRIGUES, Ricardo. **Análise e tematização da imagem fotográfica: determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica.** Tese. Brasília, 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: pequena história de uma ideia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEAMON, David. Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar. **Geograficidade**, v.3, n.2, p.4-18, inverno 2013.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem Público: as tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2014,

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contextos, 2011

SILVA, Edna e MENEZES, Estera. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Alberto. Gesto e Gestus: contribuições para teoria e prática do gesto em cena. **Revista Aspas**, 2013. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/aspas/article/view/68383/70924>>. Acesso em 10 de janeiro.2017

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. **O Espaço público e a Cidade Contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção**. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, 2006.

TELELISTA.NET. Disponível em <<http://www.telelistas.net>>. Acesso em 10 de jan.2017.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente**. Lisboa: Difel, 1974.

TURKLE, Sherry. **Reclaiming conversation: The power of talk in digital age**. Penguin Press, 2015.

VALADARES, Wagner. **A emancipação de Ipatinga: A Associação de Amigos de Ipatinga, o poder público e o processo de configuração territorial.** Dissertação. Governado Valadares: Univale, 2013.